



Marcos Quaini

**A teologia do presbiterado:
Uma análise sobre o percurso teológico entre
evento conciliar e sua recepção**

Dissertação de Mestrado

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Teologia Sistemático Pastoral pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia do Departamento de Teologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Antonio Luiz Catelan Ferreira

Rio de Janeiro
Janeiro de 2022



Marcos Quaini

**A teologia do presbiterado:
Uma análise sobre o percurso teológico entre
evento conciliar e sua recepção**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Teologia do Departamento de Teologia do Centro de Teologia e Ciências Humanas da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo assinada.

Antonio Luiz Catelan Ferreira
Orientador
PUC-Rio

Carlos Sérgio Viana
FACC-MT

Sandro Ferreira
PUC-PR

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2022.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem autorização do autor, do orientador e da universidade.

Marcos Quaini

Técnico em Agropecuária formado pela Escola Técnica Estadual Cruzeiro do Sul em 2007. No seminário, terminou o curso de Filosofia no ano 2011 pelo Studium Eclesiástico Dom Aquino Correia em Várzea Grande. Em 2014, convalidou o Curso de Licenciatura em Filosofia pela Faculdade Católica de Anápolis. Bacharelado em Teologia pela Faculdade Católica do Mato Grosso em Várzea Grande. Foi ordenado presbítero pela Diocese Sagrado Coração de Jesus de Sinop em 2018 onde desenvolve trabalhos pastorais.

Ficha Catalográfica

Quaini, Marcos

A teologia do presbiterado: uma análise sobre o percurso teológico entre evento conciliar e sua recepção / Marcos Quaini; orientador: Antonio Luiz Catelan Ferreira. – 2022.

131 f. ; 30 cm

Dissertação (mestrado)–Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2022.

Inclui bibliografia

1. Teologia – Teses. 2. Presbyterorum Ordinis. 3. Crise de identidade. 4. Presbíteros. 5. Sacerdócio. 6. Recepção pós-conciliar. I. Ferreira, Antonio Luiz Catelan. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Teologia. III. Título.

CDD: 200

Para todos os sacerdotes.

Agradecimentos

À minha família, pela ajuda incondicional.

À minha Diocese, na pessoa do Bispo Canísio Klaus, que me apoiou nesta jornada.

Às Paróquias São Judas Tadeu (Vera-MT); Cristo Redentor (Rio de Janeiro-RJ) e Sagrado Coração de Jesus – Catedral (Sinop-MT). Esta última, na pessoa do Padre João Alberto Konzen, que apoiou e deu condições para que eu concluísse a pesquisa e escrita desta dissertação.

Ao meu Professor e Orientador, Prof. Dr. Antonio Luiz Catelan Ferreira, pelo apoio, paciência e sabedoria na orientação.

Aos colegas no projeto PUC-Rio / UNIFACC MINTER-DINTER que enfrentaram junto comigo este desafio, mesmo diante da Pandemia.

Ao corpo docente e equipe do Departamento de Teologia da PUC-Rio, à Profa. Solange Maravai e Rosa Maria Pazinato que colaboraram com meu estudo, pesquisa e escrita da dissertação.

Às instituições UNIFACC e PUC-Rio que viabilizaram o MINTER.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

Resumo

Quaini, Marcos; Ferreira, Antonio Luiz Catelan. **A teologia do presbiterado:** Uma análise sobre o percurso teológico entre evento conciliar e sua recepção. Rio de Janeiro, 2022. 130p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Esta pesquisa analisa a recepção pós-conciliar da teologia do presbiterado do Vaticano II. O período pós-conciliar é entendido como o momento após o encerramento do Concílio até hoje. O estudo mostra o desenvolvimento da concepção renovada sobre a natureza e identidade dos presbíteros, que tem sua origem conceitual no reenquadramento proporcionado pela eclesiologia renovada, presente na Constituição Lumen Gentium, número vinte e oito. O trabalho assume o método da leitura bibliográfica e expõe os resultados do estudo dos principais documentos e eventos do Magistério Universal, bem como das duas principais correntes teológicas relacionadas ao tema. Estas duas frentes de pesquisa no pós-concílio têm em comum o fato de reproduzirem, com nuances diferentes, a polarização que se deu no Concílio entre uma linha mais cultural e outra missionária ou uma perspectiva mais cristológica e outra eclesiológica. Junta-se à análise do quadro de ideias a leitura de como alguns eventos histórico-teológico, sobretudo a crise de identidade teológica dos presbíteros marcou a recepção conciliar. Somado a isto, a obra traz uma rápida menção sobre questões atuais ligadas ao tema. Finalmente, com os dados levantados, o trabalho propõe uma leitura comparativa no último capítulo, expondo elos e rupturas, conceitos e ideias que marcaram definitivamente a leitura do Decreto Presbyterorum Ordinis, neste quase 60 anos de história.

Palavras-chave

Presbyterorum Ordinis; Crise de identidade; Presbíteros; Sacerdócio; Recepção pós-conciliar.

Riassunto

Quaini, Marcos; Ferreira, Antonio Luiz Catelan. **La teologia del presbiterio:** Un'analisi del percorso teologico tra l'evento conciliare e la sua ricezione. Rio de Janeiro, 2022. 130p. Tesi di Master – Dipartimento di Teologia, Pontificia Università Cattolica di Rio de Janeiro.

Questa ricerca analizza la ricezione postconciliare della teologia del presbiterio del Vaticano II. Il periodo postconciliare è inteso come il tempo successivo alla chiusura del Concilio fino ad oggi. Lo studio mostra lo sviluppo della rinnovata concezione della natura e dell'identità dei sacerdoti, che trova la sua origine concettuale nella riformulazione fornita dalla rinnovata ecclesiologia, presente nella Costituzione *Lumen Gentium*, numero ventotto. L'opera assume il metodo della lettura bibliografica ed espone i risultati dello studio dei principali documenti ed eventi del Magistero universale, nonché delle due principali correnti teologiche legate al tema. Questi due fronti di ricerca nel postconcilio hanno in comune il fatto di riprodurre, con sfumature diverse, la polarizzazione avvenuta al Concilio tra una linea più culturale e una missionaria o una prospettiva più cristologica ed ecclesiologica. All'analisi del quadro delle idee si aggiunge la lettura di come alcuni eventi storico-teologici, in particolare la crisi di identità teologica del sacerdozio, abbiano segnato l'accoglienza conciliare. In aggiunta a ciò, il lavoro porta un rapido accenno alle questioni attuali legate al tema. Infine, con i dati raccolti, l'opera propone una lettura comparativa nell'ultimo capitolo, esponendo collegamenti e rotture, concetti e spunti che hanno segnato definitivamente la lettura del Decreto *Presbyterorum Ordinis*, in questi quasi 60 anni di storia.

Parole chiave

Presbyterorum Ordinis; Crisi d'identità; Presbiteri; Sacerdozio; Accoglienza postconciliare.

Sumário

1. Introdução	132
2. O teologia do presbiterado no Vaticano II	137
2.1. O Concílio Vaticano II e a reflexão sobre os presbíteros	137
2.1.1. História e fontes do decreto sobre os presbíteros	19
2.1.2. Raízes teológicas do decreto <i>Presbyterorum Ordinis</i>	20
2.2. O Decreto <i>Presbyterorum Ordinis</i>	24
2.2.1. O presbítero na missão da Igreja	25
2.2.2. O ministério presbiteral	28
2.2.3. A vida dos presbíteros.....	33
2.3. Chaves interpretativas da <i>Presbyterorum ordinis</i>	39
2.3.1. A relação entre consagração e missão	39
2.3.2. O ministério cultural e sua integração no ministério profético e pastoral	40
2.3.3. De uma compreensão sacerdotal à compreensão presbiteral	42
2.3.4. O conceito do presbítero como <i>Alter Christus</i> e mediador e a relação com o conceito de presbítero que age <i>in persona Christi</i>	44
2.3.5. A reciprocidade entre santidade e o ministério	45
3. A recepção no pós-concílio	47
3.1. Publicações do Magistério sobre os presbíteros	48
3.1.1. <i>Sacerdotalis Caelibatus</i> (1967)	48
3.1.2. <i>Ultimis temporibus</i> (1971).....	50
3.1.3. O novo Ritual de Ordenação (1968 e 1989)	57
3.1.4. Sacerdócio ministerial (1983)	58
3.1.5. Documentos sobre a mulher e o sacerdócio ministerial.....	60
3.1.6. <i>Pastores Dabo Vobis</i> (1992)	63
3.1.7. Catecismo da Igreja Católica (1992)	66
3.1.8. Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros (1994 e 2013)	67
3.1.9. Instrução sobre a colaboração dos fiéis leigos no ministério dos sacerdotes (1997)	72
3.1.10. O Ano Sacerdotal (2009-2010).....	73
3.1.11. O Sínodo da Amazônia (2019)	74
3.1.12. Interação entre reflexão magisterial e teológica	76
3.2. A teologia do presbiterado na reflexão teológica	78

3.2.1. Polo cristológico	80
3.2.2. Polo eclesiológico	84
4. Uma análise de elementos do Concílio presentes no pós-concílio	93
4.1. Síntese das contribuições da <i>Presbyterorum Ordinis</i>	94
4.2. Pós-concílio: a teologia conciliar frente aos eventos histórico-teológicos	98
4.2.1. A crise de identidade teológica do presbiterado	98
4.2.2. Síntese das contribuições dos documentos Magisteriais.....	102
4.2.3. Síntese dos posicionamentos teológicos	109
4.3. A recepção da teologia conciliar do presbiterado	113
4.3.1. A crise de identidade teológica dos presbíteros: entraves e oportunidades	113
4.3.2. A solução conciliar: o tríplice múnus	114
4.3.3. O acento cristológico em chave eclesiológica e a questão da nomenclatura	116
4.3.4. O conceito de presbitério e as relações eclesiais	118
4.3.5. A teologia do presbiterado e o momento atual	119
5. Conclusão	121
6. Referências Bibliográficas	126

Abreviaturas

AG – Decreto Ad Gentes

CEC – Catecismo da Igreja Católica

CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

DMVP – Diretório para o Ministério e Vida dos Presbíteros

GS – Constituição Pastoral Gaudium et Spes

InI - Declaração Inter Insigniores

LG – Constituição Dogmática Lumen Gentium

OS - Carta Apostólica Ordinatio Sacerdotalis

OT – Decreto Optatam Totius

PDV – Exortação Apostólica Pós-Sinodal Pastores Dabo Vobis

PO – Decreto Presbyterorum Ordinis

QA - Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazonia

RJ – Rio de Janeiro

SC – Constituição Conciliar Sacrosanctum Concilium

SCa – Carta Encíclica Sacerdotalis Caelibatus

SMi - Carta Sacerdotium Ministeriale

UT - Documento pós-sinodal Ultimis temporibus

IFLMS - Instrução sobre a colaboração dos fiéis leigos no ministério dos sacerdotes

Lembrem-se os presbíteros que no exercício da sua missão nunca estão sós, mas estão apoiados na força onipotente de Deus: e assim, com fé em Cristo que os chamou a participar do Seu sacerdócio, deem-se com toda a confiança ao seu ministério.

Decreto Presbyterorum Ordinis, n° 23

1

Introdução

Esta dissertação de mestrado se insere no contexto de preparação para comemoração dos 60 anos da abertura do Concílio Vaticano II. Muitos trabalhos e publicações já foram feitas sobre o tema e muito será escrito ao longo dos próximos anos. Desde o início é preciso deixar claro que este trabalho não tem qualquer pretensão de oferecer uma resposta única sobre um assunto tão complexo como este, nem se colocar no rol de outros pesquisadores mais qualificados para o tema.

Esta pesquisa é movida por um desejo de compreender por que a teologia do presbiterado passou por tantas dificuldades de compreensão no pós-concílio. Dentre essas dificuldades, está a forte crise que atingiu o presbiterado nas décadas de 60 e 70. Quais foram suas causas? Qual o seu papel na recepção da teologia conciliar? Olhando para todo este período, como compreender as diversas e até opostas concepções teológicas do ministério ordenado? Estas são algumas perguntas de fundo que motivam a pesquisa. O desejo é que os resultados desta análise ajudem a entender por que caminhos passou ou está passando a recepção da teologia do presbiterado no pós-concílio. Com este trabalho, procura-se agregar valor para a experiência pessoal e apresentar algumas ideias que possam ser razoáveis para a reflexão atual.

O desenvolvimento pós-conciliar da teologia do presbiterado está fortemente ligado a eventos históricos que influenciaram a reflexão teológica, por exemplo, a crise mencionada acima; o fortalecimento da pauta feminista, sobretudo a partir do Ano Internacional da Mulher convocado em 1975 pela ONU, antes disso a admissão das mulheres ao cargo de pastoreio na Igreja Luterana e depois entre os Anglicanos; questionamento sobre o ministério ordenado, Eucaristia e comunidades, realizado em setembro de 2007 pela Província Dominicana dos Países Baixos¹. Além destes dados, é preciso mencionar a mudança de foco na preocupação com os presbíteros, sobretudo nos últimos 30 anos. Por isso, neste trabalho se optará por utilizar o termo “eventos histórico-teológicos” para se referir a estes e outros acontecimentos que têm marcado a recepção conciliar. O exemplo mais claro é a referida crise de identidade teológica dos presbíteros ocorrida nas décadas de 70 e 80.

¹ MARTÍNEZ, J. M. H. *La teología del ministerio ordenado hoy entre Escila y Caribdis*, p. 160-161.

O fato deste momento de crise ter acontecido pouco depois do encerramento do Vaticano II leva a afirmar com certeza o *post hoc*, mas não se pode afirmar com igual segurança o *propter hoc*². A sucessão temporal nem sempre indica uma relação de causalidade e, por conseguinte, o fato de uma crise de identidade teológica do presbítero ter sido vivida depois do último Concílio, não significa que a única explicação plausível seja que essa crise surgiu por causa do Vaticano II.

A clareza e precisão teológica da versão final do decreto sobre os presbíteros contrasta fortemente com a turbulência das duas décadas que se seguiram ao Concílio. Rapidamente um clima de crise e contestação se instalou. A diversidade nos posicionamentos teológicos exigiu do Magistério respostas rápidas e convincentes, a fim de estancar a crise e refazer as bases teológicas do presbiterado tão bem reforçadas pelo Concílio e que depois rapidamente ruíram. No trabalho será visto que este momento histórico-teológico deixou profundas marcas na recepção teológica pós-conciliar.

O trabalho irá apresentar como ponto de partida o vigésimo primeiro Concílio Ecumênico da história da Igreja. Nele amplas temáticas foram abordadas e uma variedade de documentos foram escritos. Seu grande objetivo foi o *aggiornamento*. Sobre ele o Papa João XXIII expressou: “O que mais importa ao Concílio Ecumênico é o seguinte: que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz”³. Através do Concílio a Igreja procurou realizar as reformas necessárias a fim de tornar mais eficaz o anúncio da Palavra de Deus, na fidelidade a Tradição. Temas como liturgia, Igreja, Revelação e anúncio do evangelho no mundo atual nortearam as discussões e abriram outros campos de reflexão, conforme será visto no trabalho. Dentre tantos temas abordados, surgiu na Constituição sobre a Igreja o tema do episcopado. É neste debate que o tópico sobre o presbiterado adquire vigor. Ao longo do Concílio o tema foi se desenvolvendo até aprovação de um documento próprio: o Decreto *Presbyterorum Ordinis*, promulgado em 07 de dezembro de 1965 pelo Papa Paulo VI.

O ponto central era o da adaptação do ministério dos presbíteros às exigências atuais. Era necessário “abordar na raiz a questão, não resolvida pela teologia

² GAGLIARDI, M. A doutrina católica sobre o sacerdócio ministerial, antes, durante e depois do Concílio Vaticano II, 3, § 1.

³ DISCURSO DO PAPA JOÃO XXIII NA ABERTURA SOLENE DO CONCÍLIO. In: DOCUMENTOS do Concílio Ecumênico Vaticano II, p. 26.

anterior, da natureza do presbiterado e se sua missão dentro da missão da Igreja”⁴. Nesta perspectiva que se desenvolve o debate em torno da missão, ministério e vida dos presbíteros⁵.

Para entender o quadro complexo do Concílio Vaticano II até hoje, esta dissertação se serve de uma clara delimitação na exposição dos dados da pesquisa, que foram levantados através de revisão bibliográfica. Serão trabalhados três capítulos: primeiro, um olhar atento voltado ao evento conciliar e ao Decreto *Presbyterorum Ordinis*; segundo, a recepção no pós-concílio, incluindo Magistério e reflexão teológica; terceiro, uma análise de elementos do Concílio presentes no pós-concílio.

Na escolha das fontes de pesquisa sobre o Decreto *Presbyterorum Ordinis*, fez-se uso do próprio decreto, dicionários e comentadores. No levantamento das fontes do Magistério, priorizou-se um número amplo de documentos universais; na escolha dos teólogos, os critérios foram dois: o de representatividade das diferentes correntes teológicas e o acesso ao material para pesquisa. No último capítulo realizar-se-á uma apreciação dos elementos do Concílio presentes no pós-concílio. Numa análise mais detalhada, destaca-se a seguir pontos essenciais de cada capítulo.

O capítulo primeiro traz como tema a teologia do presbiterado no Vaticano II. Uma investigação sensata e comprometida sobre a recepção pós-conciliar exige em primeiro lugar clareza sobre a teologia do Concílio. O capítulo é dividido em três tópicos. O primeiro, propõe uma rápida passagem histórica sobre os antecedentes e contexto da convocação e abertura do Vaticano II. Desta parte é importante a compreensão do termo *aggiornamento*, conceito chave para entender a motivação da discussão sobre o presbiterado. Logo depois é proposto um olhar para as raízes teológicas do decreto, trabalhando a teologia do presbiterado na LG e a eclesiologia presente na PO. O segundo tópico do capítulo expõe uma exegese sobre o decreto dos presbíteros. A análise de cada capítulo e número irá estabelecer uma base segura para observações posteriores a partir do documento. Já o terceiro tópico propõe cinco chaves interpretativas ou ideias centrais do decreto, frutos da renovação teológica do presbiterado promovida pelo Concílio. O elenco de tais

⁴ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 630.

⁵ O Decreto *Presbyterorum Ordinis* é dividido em três grandes partes: O presbítero na missão da Igreja (PO 2-3); O ministério presbiteral (PO 4-11) e A vida dos presbíteros (PO 12-21).

chaves interpretativas, de um lado, exigirá que se deixe uma série de outros elementos teológicos; por outro lado, permitirá a apropriação das grandes linhas do documento e irá favorecer a elaboração de uma síntese mais precisa sobre a recepção da teologia sobre os presbíteros.

O capítulo segundo tratará sobre a recepção da teologia do presbiterado no pós-concílio. São dois tópicos que guiam a reflexão. O primeiro irá proporcionar uma rápida análise de 10 documentos que envolvem a temática e são expressão segura de como o Magistério universal acolheu a teologia conciliar e 2 eventos relevantes que tocaram na temática sobre os presbíteros. Já o segundo tópico trata sobre a reflexão teológica do presbiterado. Para favorecer a organização de ideias e exposição, o conteúdo será agrupado em dois blocos representativos: um chamado polo cristológico e outro chamado polo eclesiológico. A escolha deste método de exposição se fundamenta em dados evidentes sobre como se deu a polarização das discussões pós-conciliares na reflexão teológica. Além disso, esta disposição do conteúdo ajudará na apresentação da análise comparativa a ser realizada no último capítulo. Uma justificativa mais clara sobre a escolha do material magisterial e dos teólogos estudados será exposta ao longo do trabalho.

O capítulo terceiro se propõe a uma análise de elementos do Concílio presentes no pós-concílio. Realizar-se-á uma análise comparativa dos dois capítulos anteriores. Para tal fim, o conteúdo será exposto em três tópicos. O primeiro realizará uma síntese das contribuições da PO; o segundo irá abordar a teologia conciliar frente aos eventos histórico-teológicos, dentro deste tópico será trabalhada a questão chave da crise de identidade teológica dos presbíteros e a síntese dos documentos magisteriais e dos posicionamentos teológicos. Já no terceiro tópico se dará a exposição sobre a recepção da teologia conciliar do presbiterado. O título de cada um dos cinco itens que compõe esse tópico apontará para os horizontes que se abrem a partir da análise comparativa dos dois grandes momentos.

Questões relevantes serão tratadas ao longo do trabalho, tais como: identidade presbiteral, tríplice múnus, articulação entre cristologia e eclesiologia, as relações dos presbíteros, o conceito de presbitério e uma abordagem sobre questões atuais em torno do presbiterado. Com relação a nomenclatura será frequente o uso dos termos “presbítero”, “sacerdote” para se referir a pessoa; para se referir ao sacramento em si será utilizado com maior frequência os termos “sacerdócio ministerial” e “ministério ordenado”. Esta multiplicidade será mantida

na escrita do trabalho a fim fazer ecoar a variedade dos nomes presente nas fontes e mostrar o desenvolvimento de compreensões de fundo.

A recepção da teologia do presbiterado formulada no Concílio Vaticano II é um tema complexo, continuamente enriquecido por produções teológicas de excelência e contemplado pelo Magistério. Este trabalho está longe de se colocar junto a estas contribuições de maior envergadura. Ele é fruto da pesquisa de um presbítero que procura corresponder ao dom imerecido do sacerdócio ministerial. Este esforço em agregar valor para a experiência pessoal, se transforma em serviço à reflexão teológica, numa abertura ao diálogo que aproxime da Verdade. Talvez aqui os interessados no assunto possam encontrar alguma ideia razoável.

Como visto, este trabalho inicia sob o impulso da eminente comemoração dos sessenta anos da abertura do Concílio Vaticano II. Precisamente o capítulo dois irá tratar sobre o contexto conciliar e o decreto *Presbyterorum Ordinis*. A partir daí será possível compreender como se deu a recepção da teologia conciliar sobre os presbíteros.

2

O teologia do presbiterado no Vaticano II

2.1

O Concílio Vaticano II e a reflexão sobre os presbíteros

O final do século XIX e primeira metade do XX foi um período fecundo em ideias teológicas e amplo no seu campo de ação. Com o impulso dos movimentos litúrgico, ecumênico, bíblico, de volta às fontes, teológico e leigo surgiram importantes elementos para o processo de reforma pelo qual passaria a Igreja com o Concílio Vaticano II⁶.

Sob a sombra de um Concílio inconcluso⁷, em meio a feridas causadas pelas duas grandes guerras e diante de importantes desafios pastorais o concílio é convocado pelo Papa João XXIII. Em 11 de outubro de 1962, no discurso de abertura *Gaudet Mater Ecclesia*, o Santo Padre indicou as ideias originárias que posteriormente seriam revisitadas no decorrer do Concílio Vaticano II. Em 21 de junho de 1963, dezoito dias após a morte de João XXIII, assume Papa Paulo VI, que conduziu o 21º Concílio Ecumênico da Igreja até seu encerramento em 08 de dezembro de 1965. Ao todo foram 168 Congregações Gerais divididas em 4 Sessões e 3 períodos de intervalo. Como fruto deste período conciliar foram redigidos 4 Constituições, 9 decretos e 3 declarações⁸.

⁶ BARROS, P. C. Concílio Ecumênico Vaticano II, item 1.

⁷ O Concílio Vaticano I (1869-1870) passou à história como um “concílio inacabado”. Em razão de circunstâncias que lhes foram impostas pelo momento histórico-político na Europa de então, os padres conciliares não puderam concluir satisfatoriamente a agenda proposta nesse concílio do século XIX. [...] Desta forma, restou aos papas posteriores a Pio IX a tarefa de retomar e concluir os trabalhos do Concílio Vaticano I, o que normalmente deveria ser feito através da convocação de uma nova assembleia conciliar”. (BARROS, P. C. Concílio Ecumênico Vaticano II, item 1.1).

⁸ Quatro Constituições: *Sacrosanctum Concilium*, *Dei Verbum*, *Lumen Gentium* e *Gaudium et Spes*. “As constituições são de grande autoridade e versam sobre os principais temas abordados pelo Concílio” (ZAMAGNA, D. Documentos Conciliares, p. 299). Nove decretos: *Ad Gentes*, *Presbyterorum Ordinis*, *Apostolicam Actuositatem*, *Optatam Totius*, *Perfectae Caritatis*, *Christus Dominus*, *Unitatis Redintegratio*, *Orientalium Ecclesiarum* e *Inter Mirifica*. Três declarações: *Gravissimum Educationis*, *Nostra Aetate* e *Dignitatis Humanae*. No Concílio Vaticano II os decretos contêm assuntos mais delimitados que as constituições, já as declarações dirigem-se a todos os homens e mulheres, não apenas aos católicos. Vale lembrar que este último gênero de documento eclesial é criação do Vaticano II. (ZAMAGNA, D. Documentos Conciliares, p. 299).

As motivações para convocação do Concílio estão expostas no discurso de abertura e em falas de João XXIII nos anos que antecedem o evento⁹. Seu objetivo é exposto pelo Papa na fala de abertura do Concílio: “O que mais importa ao Concílio Ecumênico é o seguinte: que o depósito sagrado da doutrina cristã seja guardado e ensinado de forma mais eficaz”¹⁰. O termo que sintetiza de modo profundo e claro as intenções do Santo Padre a respeito do Concílio é “*aggiornamento*”. Ele foi proferido publicamente pela primeira vez ainda em 25 de janeiro de 1959, no Primeiro anúncio de convocação do Concílio, na Basílica de São Paulo fora dos Muros¹¹. O Papa Paulo VI, em uma audiência na Semana de Atualização Pastoral em Roma apresenta o sentido da palavra. Primeiro, insere o termo num contexto geral, colocando-o ao lado de “reajustamento”, “adaptação à época”. No âmbito eclesiástico,

indica a relação entre valores eternos da verdade cristã e sua inserção na realidade dinâmica [...] da vida humana tal qual é [...]. Indica ela o aspecto relativo e experimental do ministério da salvação, o qual nada tem mais a peito do que é ser eficaz, e sabe o quanto a sua eficácia é condicionada pelo estado cultural, moral, social das almas a que ele se dirige¹².

Paulo VI fornece uma base conceitual segura para compreender a complexidade do termo *aggiornamento*. É neste contexto que se desenvolve a reflexão conciliar, incluindo o tema do presbiterado. A ligação do tema deste trabalho com o propósito de atualização pretendido pelo Concílio vem expresso no início do Decreto *Presbyterorum Ordinis*.

Por isso, para que no meio das situações pastorais e humanas, tantas vezes profundamente mudadas, o seu ministério se mantenha com mais eficácia e se proveja melhor à sua vida, este sagrado Concílio declara e estabelece o seguinte.

⁹ Os principais pronunciamentos de João XXIII se deram nas seguintes ocasiões: ao Conselho Geral da Ação Católica, em 14 de fevereiro de 1960; em 11 de setembro de 1960, numa exortação aos fiéis em Castel Gandolfo; no dia 24 de abril de 1961, em audiência com a União Internacional da Imprensa Católica e em 2 de fevereiro de 1962, no Motu Proprio Consilium, onde se estabelece a data do início do Vaticano II. (OLIVEIRA, A. G. C. Cronologia Geral do Concílio Vaticano II, p. 1018-1020).

¹⁰ DISCURSO DO PAPA JOÃO XXIII NA ABERTURA SOLENE DO CONCÍLIO. In: DOCUMENTOS do Concílio Ecumênico Vaticano II, p. 26.

¹¹ ALMEIDA, A. J. *Aggiornamento*. p. 8.

¹² KLOPPENGURG, B. Vaticano II. Vol. III, p. 501.

Além de procurar manter “com mais eficácia” o ministério ordenado, PO 1 vincula a renovação da Igreja à renovação da ordem dos presbíteros, visto esta “Ordem ter uma parte sumamente importante e cada vez mais difícil na renovação da Igreja de Cristo”.

2.1.1

História e fontes do decreto sobre os presbíteros

A reflexão sobre os presbíteros é um dos efeitos e ao mesmo tempo uma das causas do *aggiornamento* promovido pelo Concílio. O seu problema central era a adaptação do ministério às necessidades atuais. Para resolver esta questão pastoral viu-se a necessidade de descer às raízes teológicas do presbiterado, mais especificamente em sua natureza e seu lugar na missão da Igreja¹³.

O decreto tem origem no esquema *De ecclesiae* e adquiriu contornos definitivos ao longo Concílio. Desde a preparação imediata (1959 e 1962) até a promulgação (7 de dezembro de 1965) foram nove redações. “O processo que leva à PO implica uma mudança da intenção disciplinar inicial para uma abordagem radicalmente doutrinária”¹⁴. Esta mudança é evidente nos sucessivos títulos que foram dados a cada nova redação.

Após o *De presbyteris*, presente no esquema sobre a Igreja, surge o *De clericis*, que marca o início dos debates conciliares e as sucessivas redações que levarão à versão final. O esquema sobre os clérigos continha 43 parágrafos distribuídos em três capítulos: o primeiro sobre a perfeição da vida sacerdotal, o segundo sobre o estudo e ciência pastoral e o último sobre o uso dos bens. Pelos títulos percebe-se que o interesse não é doutrinal, mas prático¹⁵. Deste primeiro esquema conciliar até a versão definitiva, foram seis redações: *De sacerdotibus*; *De vita et ministerio sacerdotali*; três redações do *De ministerio et vita presbyterorum* e *De Presbyterorum ministério et vita*.

A passagem de uma abordagem jurídica para a doutrinal se torna mais evidente na medida que os debates na preparação da *Lumen Gentium* e de

¹³ “O problema principal que eles colocaram foi o da adaptação de seu ministério às necessidades atuais. Para resolvê-lo, no contexto pastoral do Concílio, se viu a necessidade de abordar na raiz a questão, não resolvida pela teologia anterior, da natureza do presbiterado e se sua missão dentro da missão da Igreja”. (MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 630).

¹⁴ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 629.

¹⁵ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 319.

documentos como *Christus Dominus*, *Optatam Totius* e *Ad Gentes* avançam. As discussões sobre os presbíteros foram, a princípio, reduzidas ao nº 28 da LG, parte integrante do capítulo 3: “Constituição hierárquica da Igreja e especialmente do episcopado”. A reflexão a partir da doutrina sobre os bispos favoreceu uma abordagem ampla e consistente sobre o presbiterado, cujas ideias chave, elaboradas na LG, são aprofundadas na PO¹⁶.

A clara intenção de renovação da doutrina sobre os presbíteros se reflete nas fontes da versão final do decreto. O AT é citado três vezes, do NT são mais de cem referências, com destaque para Rm 15,16 – passagem central na renovação doutrinal sobre os presbíteros - e Hb 5,1. As fontes litúrgicas antigas aparecem mais de vinte vezes, e tem como maiores representantes Inácio de Antioquia e Agostinho, que proporcionam o resgate da noção de presbitério e a leitura em chave ministerial. Tomás de Aquino é citado quatro vezes; o Concílio de Trento, três vezes; nove citações dos Papas Pio X a Pio XII; mais de quarenta citações de outros documentos do Vaticano II; duas citações de João XXIII e sete de Paulo VI. A observação deste quadro das citações revela o desejo de renovar a doutrina sobre os presbíteros a partir das perspectivas do Concílio Vaticano II e na linha da Tradição¹⁷.

2.1.2

Raízes teológicas do decreto *Presbyterorum Ordinis*

A apropriação da história e fonte do decreto sobre os presbíteros, favorece a compreensão de suas raízes teológicas. Para fins de objetividade, o tema será tratado em duas partes, primeiro a reflexão sobre a teologia do presbiterado na LG; segundo, a eclesiologia presente na PO.

O debate sobre os presbíteros foi sendo aprofundado conforme avançavam as seis redações da constituição sobre a Igreja. Dada esta ligação, propõe-se a observação dos desdobramentos do tema na LG. A reflexão sobre o presbiterado está concentrada no nº 28 da constituição sobre a Igreja. São três aspectos básicos que o número traz: o sacerdócio dos presbíteros, a natureza colegial do presbiterado nas dioceses e o conjunto de relações estabelecidas na vivência do ministério presbiteral¹⁸.

¹⁶ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis* y Vaticano II, p. 629.

¹⁷ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 326-327.

¹⁸ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis* y Vaticano II, p. 630.

A exposição sobre o sacerdócio dos presbíteros é claramente gestada no contexto da reflexão teológica sobre o episcopado. Nela aparece a temática da sacramentalidade e superioridade hierárquica do episcopado, primeiro grau da ordem; a origem sacramental da capacitação para o exercício da tríplice função, a concepção desta potestade não como poder se não como serviço e a junção do bispo no colégio episcopal, sucessor do colégio apostólico¹⁹.

Observando as semelhanças e diferenças entre presbíteros e bispos, entende-se que ambos são consagrados como verdadeiros sacerdotes do NT e exercem o tríplice múnus de acordo com o grau da ordem, porém os presbíteros não têm a “plenitude do pontificado” e dependem dos bispos no exercício dos seus poderes²⁰. Para exprimir esta compreensão, os padres conciliares pautam a reflexão a partir da Tradição da Igreja. Antes de trazer estas fontes da Tradição, é importante observar que o texto não utiliza o argumento bíblico para relacionar bispos e presbíteros, já que no NT não é clara a distinção entre os dois graus; também não há referência a prefigurações do AT, em especial a passagem bíblica que trata dos 70 que ajudavam Moisés²¹. A relação episcopado e presbiterado é entendida à luz de LG 21, onde a constituição expõe como pano de fundo a tradição procedente do argumento litúrgico, apoiado em Hipólito de Roma e presente nos ritos de ordenação. É a partir desta fonte que se compreende a afirmação de LG 28 sobre a relação bispo e presbíteros.

Conforme afirmado acima, os presbíteros não têm a “plenitude do pontificado” e dependem dos bispos no exercício dos seus poderes, mas ambos compartilham a “dignidade sacerdotal”²². O exercício desta dignidade sacerdotal, recebida pelo presbítero na ordenação, está subordinado ao bispo. O presbítero não governa como o bispo, no entanto é verdadeiro sacerdote.

O presbítero participa do sacerdócio de Cristo não de forma incompleta, mas em subordinação do seu ministério ao bispo, como prudente cooperador do mesmo no exercício da tríplice função. Ambos atuam na pessoa de Cristo²³.

¹⁹ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 630.

²⁰ LG 28.

²¹ Nm 11,16; 17,24.

²² LG 28.

²³ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 631.

Com relação a natureza colegial do presbiterado nas dioceses toma-se a afirmação lapidar presente no início do segundo parágrafo de LG 28: “Os presbíteros [...] constituem com o bispo um único presbitério”. Esta afirmação tem raízes nas Cartas de Santo Inácio e exprime uma relação vital dos presbíteros com seu bispo. A partir dela se compreende a representação dos bispos que os presbíteros realizam perante os fiéis a ele confiados e o fato de que “tomam sobre si uma parte” do encargo e solicitude pastoral próprios do episcopado. É também a partir da noção de presbitério a afirmação de que os presbíteros, “sob a autoridade do bispo, santificam e dirigem a porção da grei do Senhor que lhes foi confiada, tornam visível nesse lugar a Igreja universal”²⁴ e edificam o corpo de Cristo. Em razão desta estreita proximidade a relação do presbítero com o bispo deve ser como de um filho para um pai. E do bispo para com o presbítero a relação deve ser de amigos, tal como Cristo com os seus discípulos.

No que diz respeito ao conjunto de relações estabelecidas na vivência do ministério presbiteral, há a relação entre os presbíteros e destes com os fiéis leigos. A relação entre presbíteros deve se dar em virtude da ordem e missão, e ser manifesta em laços de fraternidade, traduzidos em uma “comunhão de vida, de trabalho e caridade”²⁵. Com os leigos os presbíteros são chamados a exercer uma paternidade espiritual, sendo modelo, governando e colocando-se a serviço. Devem mostrar, pela conduta e solicitude, a imagem do ministério sacerdotal e pastoral aos fiéis e infiéis. Por último, o convite a que os presbíteros sejam promotores da unidade do gênero humano, transformando-o assim em família de Deus.

Até aqui foi visto o presbiterado na LG. A segunda parte, diz respeito à eclesiologia presente na PO.

A LG foi promulgada em 21 de novembro de 1964 e a PO em 07 de dezembro de 1965. O intervalo entre as duas promulgações permitiu que a doutrina sobre o presbiterado fosse enriquecida e aprofundada. Apesar dos importantes fundamentos propostos pela constituição sobre a Igreja, algumas lacunas estavam ainda em aberto: era necessário um aprofundamento sobre a natureza do ministério dos presbíteros, sua missão e a ligação entre vida e ministério presbiteral. A leitura eclesiológica da PO será vista a partir do aprofundamento sobre os dois primeiros aspectos mencionados: natureza do ministério dos presbíteros e sua missão.

²⁴ LG 28.

²⁵ LG 28.

Na tentativa de responder a problemática da natureza e missão, duas tendências apareceram entre os padres no último ano de debates acerca do esquema sobre os presbíteros: aqueles que defendiam a primazia da função cultural do ministério dos presbíteros e aqueles que defendiam a primazia da função evangelizadora do ministério dos presbíteros. Estes dois polos ficaram conhecidos como polo da consagração e polo da missão, respectivamente. A redação final procurou integrar os dois polos a partir da articulação entre cristologia e eclesiologia, a primeira mais ligada ao polo da consagração e a segunda ao polo da missão. Observando a questão a partir de Cristo, percebe-se uma estreita ligação entre consagração e missão.

Parece óbvio que, no presbítero, como em Cristo, ‘a quem o Pai santificou e enviou ao mundo’ (Jo 10,36), a consagração é para a missão e que esta é condicionada por aquela. A missão tem, pois, origem sacramental, mas a natureza da mesma depende da finalidade da consagração²⁶.

Para chegar a esta harmonia entre os dois polos os redatores utilizaram o texto bíblico de Rm 15,16, no qual se expressa esta ideia: “ser ministro de Cristo Jesus junto às nações a serviço do evangelho”. Entende-se que a missão exige um serviço de natureza cultural. O ministro de Cristo torna-se sacerdote do evangelho. O apostolado é entendido como “um ofício litúrgico em que o ministro é o oferente e os gentios são a oblação dirigida ao Pai pela mediação do Filho e ação santificadora do Espírito Santo”²⁷.

A partir da relação entre consagração e missão, o ministério dos presbíteros é claramente situado no contexto do serviço a Igreja e em relação com os demais, como bem apresentou LG 28. Seu ministério não pode ser compreendido fora desta relacionalidade e inserção na missão da Igreja. “A sua missão flui com o dinamismo próprio da sua natureza relacional de verdadeiro sacerdote, subordinado ao seu bispo no exercício do tríplice múnus”²⁸.

Esta importante leitura eclesiológica será abordada mais a frente sob outra ótica, como uma das chaves interpretativas da PO. Feita esta contextualização sobre a história, fontes e raízes teológicas do decreto sobre os presbíteros, se tem melhores

²⁶ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis* y Vaticano II, p. 632.

²⁷ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis* y Vaticano II, p. 632.

²⁸ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis* y Vaticano II, p. 632.

condições de realizar uma leitura pormenorizada dos números do decreto sobre os presbíteros.

2.2

O Decreto *Presbyterorum Ordinis*

O proêmio expõe o motivo da redação de um decreto a parte sobre os presbíteros, os destinatários do documento, natureza do presbiterado e seu lugar na missão da Igreja e o desejo de que melhor se proveja o seu ministério e vida. Neste primeiro momento, será observado os três primeiros itens citados para fins de introdução. Todos estes pontos serão trabalhados ao longo da exposição analítica do decreto.

O proêmio expõe a necessidade que se viu de tratar dos presbíteros “com mais demora e profundidade”, a fim de favorecer a renovação da Igreja²⁹. Os destinatários são todos os presbíteros, em primeiro lugar os que têm cura de almas, com a devida adaptação aos presbíteros religiosos. Tendo claro os destinatários, o proêmio expõe o eixo para se compreender a natureza do presbítero e seu lugar na missão da Igreja: o vínculo ao tríplice múnus de Cristo.

Pela ordenação e missão recebida os presbíteros exercem o serviço de Cristo Mestre, Sacerdote e Rei em comunhão hierárquica com o bispo. Esta é a razão pela qual os padres que exercem a “cura de almas” são os destinatários privilegiados do decreto. “Eles exercem, de fato, de maneira mais explícita e integral todas as três tarefas”³⁰.

Outro tema evidente no proêmio e que irá perpassar o decreto, é a opção pela nomenclatura “presbítero” e não “sacerdote”. Por trás desta escolha está o entendimento de que todos, ao serem batizados, participam do sacerdócio de Cristo. Segundo esta ideia o específico do presbítero é o ministério, não o sacerdócio. A compreensão ministerial tem estreita ligação com a visão do sacramento da Ordem na perspectiva da diaconia³¹ presente em LG 24.

²⁹ “Esta necessidade de completude e aprofundamento decorriam da percepção precisa de que a doutrina do sacerdócio, nos termos culturais e sacrais em que foi formulada durante o segundo milênio, já não se harmonizava com a renovada concepção missionária da Igreja, do episcopado e dos leigos. É neste sentido que o prefácio recorda a *Ecclesiae Christi renovatio* - o programa geral do Vaticano II - para a qual os presbíteros contribuem de maneira extremamente importante”. (CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 342).

³⁰ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 343.

³¹ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 343.

Após se deter na natureza do presbiterado e seu lugar na missão da Igreja (Cap. 1), o proêmio termina expondo a necessidade de aprofundar a reflexão sobre o ministério do presbítero (Cap. 2) e a sua vida (Cap. 3). Está apresentado no proêmio, de modo embrionário, os três capítulos que compõe o decreto.

2.2.1

O presbítero na missão da Igreja

O capítulo primeiro compreende os números 2 e 3 e tem uma importante abordagem doutrinal, sobretudo em PO 2. Este número versa sobre a “ontologia do presbiterado”³², sua ideia central é “que a consagração-missão de Jesus pelo Pai é compartilhada por toda a Igreja e, na Igreja, pelos ministros ordenados de uma maneira específica”³³, dentre estes a atenção recai sobre os presbíteros, objeto deste decreto.

O quadro de ideias seguido por PO 2 é este: o Pai consagra e envia o Filho, este por sua vez, torna participante do seu ministério toda a Igreja, seu corpo místico, para que os fiéis formem um sacerdócio real e todos os membros do povo de Deus participem desta missão messiânica. Para favorecer tal unidade alguns ministros foram ordenados na sociedade dos fiéis: primeiro os apóstolos, depois seus sucessores, os bispos, cujo ofício foi transferido aos seus colaboradores, os presbíteros, em grau subordinado³⁴.

Nos três primeiros parágrafos PO 2 expõe o que se pode chamar de “corrente missionária”, que seria ligada por quatro elos³⁵. O primeiro e o segundo dizem respeito a consagração-missão do Filho pelo Pai e consagração-missão realizada pelo Filho na Igreja. Cristo, “a quem o Pai consagrou e enviou ao mundo”³⁶ torna a Igreja participante da sua consagração e missão, pois ela é seu Corpo Místico. Como consequência destes dois elos, entende-se que “todos os fiéis se tornam um sacerdócio santo e real”³⁷. Colhendo a contribuição de LG 10 e LG 34 o decreto

³² MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 632.

³³ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 347.

³⁴ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 347-348.

³⁵ A imagem sugerida denota uma estreita ligação entre os quatro elementos: o primeiro consiste na consagração e missão Pai – Filho; o segundo elo, consagração e missão Filho - Igreja; o terceiro é elo ministerial e o quarto o elo dos presbíteros, tema específico do decreto. Todos estes se interdependem e exprimem um dos principais pontos da renovação da teologia sobre os presbíteros.

³⁶ Jo 10,36.

³⁷ PO 2.

ênfatisa a igual dignidade entre todos os batizados e estabelece a diferença entre estes nas formas como cada um participa da missão na Igreja³⁸.

O terceiro elo é o ministerial. Primeiro é apresentada a noção de presbitério, depois se trata da missão dos apóstolos, bispos e presbíteros. “A razão pela qual Cristo constituiu ministros da Igreja é reconhecida na necessidade de os fiéis estarem unidos em um só corpo, na qual existem diferentes funções³⁹. A especificidade do ministro ordenado em relação aos demais membros do corpo é entendida em duas linhas: no fato de oferecer o sacrifício eucarístico e absolver os pecados e exercer publicamente o sacerdócio em nome de Cristo⁴⁰.

Este ministério se diferencia dos demais membros do corpo e está instituído em graus: bispo, presbítero e diácono. Tanto PO 2 como LG 28 afirmam a instituição do ministério ordenado em seus graus como um todo. Uma diferença é observada quanto à transmissão: enquanto LG apresenta os bispos como transmissores ativos do ofício do seu ministério – “estes, por sua vez, transmitiram legitimamente, em vários graus” - PO prefere a fórmula passiva – “cuja tarefa foi transmitida em grau subordinado aos presbíteros” - isto para fugir dos extremos: de um lado os que afirmavam que Cristo instituiu o sacerdócio episcopal e os outros teriam sido divididos pela Igreja; de outro lado os que desde o início defendiam que havia uma diferenciação formal entre os três graus, por vontade formal de Cristo⁴¹. Independente de qual seja o posicionamento, os Padres afirmam a origem apostólica do presbiterado.

O último elo trata dos presbíteros. Seguindo a linha da Tradição⁴² o decreto afirma que “o sacerdócio dos presbíteros [...] é conferido mediante um sacramento especial, em virtude do qual os presbíteros ficam assinalados com um carácter particular”⁴³. O texto não especifica a natureza deste carácter particular. A novidade está na afirmação de que “o sacerdócio dos presbíteros, [supõe] os sacramentos da iniciação cristã”⁴⁴. Esta afirmação é um passo importante na renovação conciliar, pois torna claro que o sacramento da Ordem “não é colocado ao lado do batismo e

³⁸ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 351.

³⁹ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 351; Rm 12,4; 1 Cor 12.

⁴⁰ PO 2,2.

⁴¹ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 352.

⁴² CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 354.

⁴³ PO 2,3.

⁴⁴ PO 2,3.

da confirmação, mas é enxertado neles”⁴⁵. Por fim, PO 2,3 lembra que os presbíteros, marcados com um “caráter particular”, são configurados a Cristo sacerdote (aspecto ontológico) e agem na pessoa de Cristo cabeça (aspecto ministerial)⁴⁶. Ambos os aspectos têm origem no sacramento da Ordem⁴⁷.

Enquanto o primeiro, segundo e terceiro parágrafos permitem compreender estes quatro elos da chamada “corrente missionária” o quarto parágrafo de PO 2 sintetiza a doutrina do tríplice múnus. PO 2,4 traz a referência a Rm 15,16 sem citar o texto bíblico, para explicar como se dá a relação entre as três funções sem cair nos posicionamentos teológicos que se opunham no Concílio: de um lado a visão de culto e do outro a visão missionária. Segue o texto:

Participando, a seu modo, do múnus apostólico os presbíteros recebem de Deus a graça de serem ministros de Jesus Cristo no meio dos povos, desempenhando o sagrado ministério do Evangelho, para que seja aceita a oblação dos mesmos povos e santificada no Espírito Santo.

Os Padres optam por uma visão integradora que promove uma leitura missionária do ministério presbiteral sob a ótica do culto. Antecipando o que será explicado em detalhes pelo documento nos números 4 a 6, entende-se que

o ministério dos presbíteros começa (*incipit*) com a proclamação do evangelho, extrai (*haurit*) sua força e eficácia do sacrifício de Cristo e tem como seu objetivo (*tendit*) que a Igreja inteira [...] se ofereça a Deus como sacrifício universal em Cristo⁴⁸.

A adoção da categoria sacerdotal-sacrificial, a partir de Rm 15,16, como chave de leitura da tríplice função - proclamação, culto e orientação⁴⁹ - permite compreender o quinto parágrafo da PO 2⁵⁰. Ele faz ver que o presbítero não está dividido em função sagrada ou profana, espiritual ou material, todo aspecto da vida e ministério do presbítero está a serviço dos homens e de Deus.

⁴⁵ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 354.

⁴⁶ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 354.

⁴⁷ A afirmação desta fonte comum e a problemática das expressões *in persona Christi agere* (PO 2), ou *personam Christi gerere* (PO 12 e 13), ligadas ao aspecto ministerial, serão aprofundadas mais adiante ao tratar das chaves interpretativas do documento.

⁴⁸ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 363.

⁴⁹ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 363.

⁵⁰ “Os presbíteros, portanto, quer se entreguem à oração e à adoração quer preguem a palavra de Deus, quer ofereçam o sacrifício eucarístico e administrem os demais sacramentos, quer exerçam outros ministérios favor dos homens, concorrem não só para aumentar a glória de Deus mas também para promover a vida divina nos homens”.

Para cumprir esta missão, PO 3 lembra que os presbíteros são separados do meio do Povo de Deus para consagrarem-se inteiramente à obra a qual o Senhor os chama. De um lado “não poderiam ser ministros de Cristo se não fossem testemunhas e dispensadores duma vida diferente da terrena”, de outro, não “poderiam servir aos homens se permanecessem alheios à sua vida e às suas situações”⁵¹. Neste sentido é proposta como última grande ideia do capítulo primeiro o apelo ao cultivo das virtudes humanas para que, estabelecendo laços com todos, cumpram fielmente sua tarefa pastoral. Entendida a natureza do ministério presbiteral é possível analisar os dois capítulos posteriores, considerados desdobramentos do primeiro.

2.2.2

O ministério presbiteral

Se o primeiro capítulo trata da “ontologia do presbiterado”, o segundo expõe a “deontologia presbiteral”⁵². Tal caracterização dos dois capítulos quer transmitir a ideia de que o reto agir dos presbíteros está intimamente ligado à natureza do seu ministério. Os temas tratados neste capítulo do decreto estão distribuídos em três seções: As funções dos presbíteros (4-6), relações dos presbíteros com os outros (7-9) e a distribuição dos presbíteros e as vocações sacerdotais (10-11).

A primeira seção (PO 4-6) trata das funções dos presbíteros. Dentre elas o anúncio da Palavra (*múnus docendi*) é posto como primeiro ofício do presbítero.

O Povo de Deus é reunido antes de tudo pela palavra de Deus vivo, que é justíssimo esperar receber da boca dos sacerdotes. Com efeito, como ninguém se pode salvar se antes não tiver crido, os presbíteros, como cooperadores dos Bispos, têm, como primeiro dever [*primum officium*], anunciar a todos o Evangelho de Deus⁵³.

A consciência sobre o anúncio da Palavra como primeiro ofício amadurece ao longo das sucessivas redações. Nos dois primeiros esquemas manifesta-se uma clara preferência em colocar a oferta do sacrifício eucarístico em primeiro lugar. A partir do *De vita et ministerio sacerdotali* o ofício da pregação é posto em primeiro lugar. Esta clara tomada de posição por parte da comissão redatora aprofundou o

⁵¹ PO 3.

⁵² MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis* y Vaticano II, p. 634.

⁵³ PO 4.

debate entre as três correntes teológicas existentes. Havia os que defendiam o anúncio da palavra como primeiro ofício, outros que queriam a liturgia e outros que queriam colocar a orientação pastoral nesta posição.

A questão é resolvida no penúltimo esquema, *De ministerio et vita Presbyterorum*, nele é mantida a referência ao duplo primado, exposta no esquema anterior. A pregação foi definida *primum munus* dos presbíteros e a celebração eucarística, o *munus praecipuum*. A prioridade dada ao anúncio da Palavra é deduzida não por uma leitura interna da hierarquia do tríplice múnus, mas a partir da dinâmica da origem da comunidade cristã. Citando Rm 10,17, PO 4 diz: “é pela palavra da salvação que é suscitada no coração dos infiéis e alimentada no coração dos fiéis a fé, mercê da qual tem início e se desenvolve a assembleia dos fiéis”.

Portanto, é através do anúncio do Evangelho que a comunidade dos fiéis começa e cresce. É deste fato objetivo - uma comunidade cristã começa antes de tudo (*primum*) da palavra de Deus - que o texto deduz o primado do ministério do anúncio nos presbíteros. Diante dos olhos dos Padres conciliares, não há imediatamente a forma do ministério, mas a forma da comunidade, a cujo serviço o ministério é colocado⁵⁴.

A isto se acrescenta o dever dos presbíteros de anunciar. “Os presbíteros são devedores de todos, para comunicarem a todos a verdade do Evangelho”⁵⁵. Não é apenas mais um encargo, constitui-se aqui uma obrigação real. Tal anúncio se estabelece em diferentes formas: o testemunho reto, a pregação aos não crentes, a catequese, a teologia e a leitura dos problemas atuais à luz de Cristo. “O *munus docendi*, como vemos nessas passagens, abrange um espectro muito amplo de atividades, que o decreto coloca dentro da própria natureza do ministério”⁵⁶.

No último parágrafo de PO 4, se estabelece a relação entre anúncio da Palavra e sacramentos a partir da pregação *ad gentes* e da pregação na comunidade cristã. No primeiro caso o anúncio visa colocar a fé e os sacramentos diante dos homens, no segundo, a pregação é exigida pelo próprio sacramento, sobretudo na Missa onde liturgia da Palavra e liturgia Eucarística se guiam segundo o mesmo esquema, qual seja: na liturgia da Palavra é anunciada a morte e ressurreição e o povo responde a esta realidade, na liturgia eucarística, é oferecido o sacrifício de Cristo, em que o povo adere pela oração e comunhão. Esta ligação entre Palavra e Sacramento

⁵⁴ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 379.

⁵⁵ PO 4.

⁵⁶ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 381.

impossibilita a oposição entre os dois ofícios correspondentes e torna-os inseparáveis. A Eucaristia permanece como fonte e ápice da atividade eclesial, mas sem a Palavra a Eucaristia permaneceria incompreensível⁵⁷.

A PO 5 dedica atenção ao presbítero como ministro do sacramento e especialmente da eucaristia (*múnus sanctificandi*). O acento aqui é colocado na tarefa da celebração. Os presbíteros são postos como “companheiros e colaboradores” de Deus na obra da santificação. Tão alta missão é exercida através do serviço humilde. Aqui a visão sagrada é equilibrada com a compreensão do ministério como serviço ao Povo de Deus. É nesta perspectiva que se insere a abordagem cultural em toda PO 5. As noções de “consagração”, “participação” no sacerdócio de Cristo e “ação” na pessoa de Cristo, marcaram a compreensão do ministério sacerdotal nos séculos antecedentes. O Concílio Vaticano II não descarta tal visão, mas a integra numa perspectiva missionária mais clara⁵⁸.

Seguindo o decreto, é de especial importância a lembrança da centralidade do mistério eucarístico na Igreja, expresso de duas formas: primeiro, pelo fato de que todos os sacramentos, apostolado e ministérios a ela se ordenam e, segundo, porque ela é fonte e coroa de toda evangelização⁵⁹. Está claro que o sentido do parágrafo é embasar a superioridade da tarefa eucarística dos sacerdotes sobre as outras duas tarefas e deixar evidente que

a dimensão cultural do ministério [...] resulta do fato de o sacerdócio ministerial estar ao serviço do batismal, isto é, de todo o povo de Deus, que encontra a raiz e a plenitude do seu ser e operar na Eucaristia⁶⁰.

Daí se conclui que o sacerdócio dos presbíteros não é entendido mais a partir da mediação com o sacerdócio de Cristo. A sequência que se estabelece é esta: “comunidade cristã reunida em torno da eucaristia – presença de Cristo – sacerdócio ordenado como serviço de presidência”⁶¹. É a partir deste esquema que o quarto e quinto parágrafo de PO 5 irá tratar do ofício divino e do zelo pela casa de Deus e liturgia, respectivamente.

PO 6 encerra a primeira seção do capítulo segundo e traz a reflexão a respeito do *múnus regendi*. A tarefa da orientação pastoral foi a menos discutida entre os

⁵⁷ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 382.

⁵⁸ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 388.

⁵⁹ PO 5, § 2.

⁶⁰ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 388.

⁶¹ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 388.

padres conciliares. O título – os presbíteros, educadores do povo de Deus – expressa que o pastoreio é entendido como serviço a edificação da Igreja e ao amadurecimento cristão dos fiéis⁶². Embora o assunto não tenha ocupado espaço significativo nas aulas conciliares, o tema da pastoralidade encontra-se em vários pontos do Decreto⁶³. No proêmio está a indicação de que os destinatários do decreto, são especialmente aqueles que tem cura de almas⁶⁴; em PO 2, 4 e 5, há ideia dos presbíteros como aqueles que reúnem o povo de Deus. Por fim, a pastoralidade aparece de modo mais contundente na terceira parte do decreto, ao tratar dos conselhos evangélicos, dos elementos práticos da vida presbiteral e da caridade pastoral⁶⁵.

Após abordar a tríplice função dos presbíteros, o decreto mostra, nos números 7 a 9, as relações dos presbíteros com os outros: com os bispos (7), com os demais presbíteros (8) e com os leigos (9).

A relação com os bispos é estabelecida pela comum consagração e missão, que exige dos presbíteros a comunhão hierárquica com os bispos. Comunhão esta que se manifesta de modo especial na concelebração eucarística presidida pelos bispos. Esta unidade a partir do sacramento da Ordem pede que os bispos tenham os presbíteros como seus conselheiros e cooperadores e por isso deve considerá-los como irmãos e amigos.

De especial importância é o conselho presbiteral. Previsto na PO 7, mas sem uma regulamentação precisa ainda, ele será composto por representantes do presbitério e ajudará o bispo no governo da diocese. Pela instituição e ação deste conselho, o bispo estreitará os laços com o clero e demonstrará preocupação pelo bem espiritual e material dos presbíteros, por sua santificação e formação e irá consultá-los e estabelecer diálogo com eles. Por sua vez, os presbíteros são

⁶² Martínez situa uma das preocupações de fundo que há no parágrafo sobre a orientação pastoral: “Haverão de dedicar-se especialmente aos mais necessitados e tender a formar uma autêntica comunidade cristã missionária, para isso nunca deverão ceder à ideologias, se não atuar como herdeiros do evangelho e pastores da Igreja”. (MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis* y Vaticano II, p. 634).

⁶³ “O léxico pastoral em *Presbyterorum ordinis* é abundante e bem distribuído por todo o documento: o verbo *pascere* ocorre duas vezes, o adjetivo *pastoralis* quatorze vezes e o substantivo pastor dezessete vezes, oito das quais se referem a Cristo e o restante a presbíteros ou ministros ordenados”. (CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 397).

⁶⁴ PO 1.

⁶⁵ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 398.

chamados a reverenciar nos Bispos a autoridade de Cristo e prestar-lhe caridade e obediência⁶⁶.

Em PO 8 é tratado de modo específico o tema do presbitério. As relações que o sustentam são de “íntima fraternidade sacramental”⁶⁷, resultado da incorporação na ordem dos presbíteros. Por isso, tanto os diocesanos como religiosos formam um único presbitério.

Cada membro do presbitério está ligado aos restantes por laços especiais de caridade apostólica, de ministério e de fraternidade. Isto mesmo desde os tempos remotos, é significado liturgicamente quando os presbíteros presentes juntamente com o Bispo ordenante, são convidados a impor as mãos sobre o novo eleito, e bem como quando concelebram, num só coração, a sagrada eucaristia. Cada presbítero se une, pois, com seus irmãos por um vínculo de caridade, oração e múltipla cooperação, e assim, se manifesta aquela unidade na qual o Cristo quis que os seus fossem consumados, para que o mundo conheça que o Filho foi enviado pelo Pai⁶⁸.

Esta forte ligação entre os presbíteros implica um esforço para superar barreiras entre as gerações, promover a vida comum, fomentar a convivência, criar associações de presbíteros para estimular a santidade e ajuda fraterna e atender com cuidado os que se encontram em dificuldades⁶⁹.

Por fim, PO 9 trata da relação com os leigos. Desde o início estabelece o batismo como fonte do discipulado, de modo que os presbíteros, antes de serem padres e mestres são *fratres inter fratres*. A redação do decreto é conduzida na perspectiva de sair dos *duo genera* estabelecido pelo *Decretum Gratiani*, que colocava o clero e religiosos de um lado e os leigos de outro, como se estes fossem inferiores àqueles. PO 9 defende algumas atitudes práticas com relação aos leigos.

A promoção da dignidade dos fiéis leigos e o respeito pela sua liberdade, afirma o segundo parágrafo, implicam algumas atitudes práticas: ouvir a sua opinião, valorizar as suas diferentes aptidões e ajudá-los a descobrir os seus carismas, favorecendo as suas iniciativas⁷⁰.

A última seção (PO 10-11) trata sobre a distribuição dos presbíteros e as vocações sacerdotais. PO 10 traz a necessidade da distribuição dos presbíteros na missão à luz da missão apostólica universal. Esta preocupação acompanhava os Padres desde a preparação do Concílio. Temas relacionados a isto iam desde

⁶⁶ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis* y Vaticano II, p. 635.

⁶⁷ PO 8.

⁶⁸ PO 8.

⁶⁹ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis* y Vaticano II, p. 635.

⁷⁰ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 416.

preocupações jurídicas, preparação dos presbíteros, passando pela revisão das normas de incardinação, criação de seminário internacionais, prelazias pessoais, até a preocupação sobre a necessidade de irem em grupos para missão além-fronteiras⁷¹.

Relacionado a isto está a preocupação com as vocações sacerdotais. PO 11 trata do fomento das vocações e apoio por parte dos fiéis, que devem ser motivados pelos presbíteros pela palavra e testemunho de vida, além disto apresenta a necessidade da oração pelas vocações. Além do empenho dos presbíteros em pregar e catequizar sobre a necessidade dos ministros ordenados e a dignidade do ministério sacerdotal, se coloca a responsabilidade dos pais e educadores e a importância das obras nacionais e diocesanas em prol das vocações⁷².

2.2.3

A vida dos presbíteros

O terceiro capítulo do decreto está ligado às necessidades e natureza do ministério presbiteral⁷³. São três as seções deste capítulo: a vocação dos presbíteros à santidade (12-14), exigências espirituais na vida dos presbíteros (15-17), meios para a vida presbiteral (18-21).

A primeira seção (PO 12-14) expõe o modo próprio dos presbíteros buscarem a santificação no ministério (PO 12), inserida na dinâmica do tríplice múnus (PO 13) e tendo a caridade pastoral como eixo que confere a unidade de vida do presbítero (PO 14).

Em PO 12 a vida espiritual e a necessidade da santidade estão articuladas com a missão dos presbíteros. Pela consagração batismal todos são chamados a santidade, mas estes, por uma consagração especial realizada na ordenação, são configurados a Cristo Sacerdote, tornam-se assim instrumentos vivos de Cristo e capacitados para agir em sua pessoa. “Por isso são ordenados à perfeição de vida

⁷¹ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 635.

⁷² MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 635.

⁷³ Os dois principais comentadores seguidos neste trabalho mostram a ligação deste capítulo sobre a vida dos presbíteros com as necessidades e natureza do ministério. Castellucci afirma que “segundo o decreto, a vida dos presbíteros - tanto na sua dimensão espiritual como na humana e ordinária - é moldada pelas necessidades e pela forma do ministério”. (CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 427). Martínez segue a mesma linha: “A matéria se ordena, depois das deliberações de outubro de 1965, em consonância com os princípios sobre a natureza do ministério presbiteral”. (MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 636).

por força das mesmas ações sagradas que realizam diariamente, bem como em todo o seu ministério”⁷⁴. Portanto, a santidade pessoal dos presbíteros favorece o cumprimento do seu ministério e o exercício deste ministério é determinante para a santificação pessoal. Com base nesta estrutura delineada em PO 12, o Vaticano II entende que a vida espiritual dos presbíteros está fundamentada na integração entre contemplação e apostolado.

O início de PO 13 declara que “os presbíteros atingem a santidade pelo próprio exercício do seu ministério”. É uma afirmação ligada ao número anterior e que abre para a reflexão sobre as tarefas dos presbíteros. A articulação entre a santidade e exercício do ministério pode ser lida na relação com cada uma das três tarefas, como expresso abaixo.

Em suma, o parágrafo afirma que os sacerdotes, como ministros da Palavra, leem e ouvem essa mesma Palavra que devem ensinar aos outros e assim se deixam transformar por ela. Como ministros dos sacramentos e especialmente da Eucaristia, eles são convidados a imitar o que tratam, participando daquela oferta e caridade com que Cristo se dá como alimento aos fiéis. Por fim, como ministros do bom pastor, são movidos pela caridade de Cristo a guiar com amor o povo de Deus que lhes foi confiado, mesmo enfrentando sacrifícios e sofrimentos.⁷⁵

Do intercâmbio entre vida espiritual e o tríplice múnus surge uma relação circular que define a santidade presbiteral. Os presbíteros se santificam no exercício do ministério em seus três múnus e este tem suas raízes na contemplação.

À luz da relação entre vida espiritual e exercício ministerial, PO 14 estabelece a base fundamental para unidade de vida no ministério presbiteral. A redação final do decreto propõe que os presbíteros, “fazendo as vezes do Bom Pastor, encontrarão no próprio exercício da caridade pastoral o vínculo da perfeição sacerdotal, que conduz a unidade de vida e ação”⁷⁶. Dois elementos são importantes: o “fazendo as vezes do Bom Pastor” como *repraesentatio Christi* e a caridade pastoral como eixo da unidade de vida.

Com relação ao primeiro elemento. Acontece um importante reenquadramento do fundamento cristológico do ministério presbiteral. A questão foi trazida a tona pela troca do termo *repraesentatio* pelo termo *participare*. A supressão do primeiro termo não seu deu porque “a noção de representação de Cristo está desatualizada [...], mas na possibilidade de ser interpretada como uma

⁷⁴ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 429-430.

⁷⁵ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 433.

⁷⁶ PO 14.

relação muito extrínseca entre os sacerdotes e Cristo”⁷⁷. Em outras palavras, a importante acentuação cristológica no ministério presbiteral foi posta na relação com a missão da Igreja. Como consequência, a ideia de *repraesentatio* atrelada ao conceito de Bom Pastor, agora diz respeito a característica pastoral de dar a vida pelo rebanho. Eis aqui o segundo elemento: a caridade pastoral. A vivência da caridade do Bom Pastor é capaz de prevenir a queda no ativismo ou intimismo, a partir do momento em que favorece a harmonia entre ação e contemplação, criando aquela “relação circular” que confere alegria e fecundidade ao ministério presbiteral.

A segunda parte de PO 14 lembra que a caridade pastoral, com a qual se alcança o vínculo da perfeição, “flui sobretudo do sacrifício eucarístico, que permanece o centro e a raiz de toda a vida do presbítero”⁷⁸. A comissão redatora fornece uma importante chave de leitura desta ideia ao dizer que “o vínculo da perfeição não está na celebração do sacrifício, mas no exercício da caridade”. A afirmação traz como embasamento Cl 3,14: “ revesti-vos da caridade, que é o vínculo da perfeição”. Com esta declaração a comissão redatora visa salvaguardar uma visão equilibrada capaz de integrar ação e contemplação.

A segunda seção (PO 15-17) trata das exigências espirituais na vida dos presbíteros. Evita-se uma apropriação dos votos de pobreza, castidade e obediência tal como se dá para a vida religiosa. Fala-se em humildade e obediência (PO 15), celibato (PO 16) e pobreza (PO 17) a partir da chave de leitura da caridade pastoral.

O número 15 expõe o exercício responsável e voluntário da humildade e obediência como meio de imitar a Cristo obediente. A caridade pastoral indica que o ministério presbiteral precisa

inserir-se na comunhão hierárquica de todo o corpo, nutrindo-se subjetivamente de fé e da liberdade e mantendo-se objetivamente vinculado aos superiores (papa e bispo) para poder colocar-se efetivamente ao serviço da edificação do corpo de Cristo⁷⁹.

A obediência é entendida a partir dos termos “responsável e voluntária”, que confere uma liberdade madura, chamada a ser vivida em um sentido integrativo. O Concílio propõe uma liberdade pastoral e espiritual. A primeira é atrelada ao tríplice

⁷⁷ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 438-439.

⁷⁸ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 441.

⁷⁹ PO 15.

múnus e pede um exercício propositivo, tanto pela busca de novos caminhos em favor da missão da Igreja, como por iniciativas em comunhão com as diretrizes recebidas dos bispos e pela sintonia com os superiores na condução das comunidades. A liberdade espiritual requer o distanciamento de projetos pessoais e a atitude de confiar-se a quem esteja no posto de comando na condução da Igreja, submetendo-se ao seu julgamento. Esta dupla liberdade é um fator essencial da obediência e não algo exterior e opcional⁸⁰.

O número 16, apresenta o celibato como “sinal e estímulo da caridade pastoral e fonte singular de fecundidade espiritual no mundo”⁸¹. O decreto reforça que não é exigido pela natureza própria do sacerdócio, citando a Igreja primitiva e a tradição das Igrejas Orientais e sustenta a existência de múltiplas conveniências (*multimodam convenientiam*) na relação do celibato com o sacerdócio.

Pela virgindade ou celibato observado pelo reino dos céus, os presbíteros consagram-se por um novo e excelente título a Cristo, aderem a ele mais facilmente com um coração indiviso, nele e por ele mais livremente se dedicam ao serviço de Deus e dos homens, com mais facilidade servem a seu reino e a obra da regeneração celeste, e tornam-se mais aptos para receberem, de forma mais ampla, a paternidade em Cristo⁸².

Com este posicionamento claro a comissão redatora se distancia dos polos opostos. De um lado, os que queriam superar a obrigatoriedade do celibato no ocidente, do outro lado, os que desejavam ligá-lo a natureza do sacerdócio. A partir deste reenquadramento da questão o decreto mantém e reforça a disciplina em vigor e exorta os presbíteros a pedir com humildade e perseverança “a graça da fidelidade, que nunca é negada aos que a suplicam, empregando ao mesmo tempo os auxílios sobrenaturais e naturais, que estão à mão de todos”⁸³.

O último número desta seção trata da pobreza voluntária e atitude para com o mundo e os bens terrenos. O primeiro parágrafo exorta que a pobreza proposta aos presbíteros visa um justo e equilibrado uso dos bens segundo o fim a que se destinam, não um desprezo pelos bens. O segundo e terceiro parágrafos especifica sobre a gestão dos bens eclesiais bem como dos ganhos vindos do exercício do ministério. Ambos devem visar os fins da Igreja. No caso dos ganhos pessoais, que sejam para honesta sustentação e cumprimento dos deveres de estado e não para

⁸⁰ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 449.

⁸¹ PO 16.

⁸² PO 16, § 2.

⁸³ PO 16 §3.

acumular riqueza para si ou para a família. Os dois últimos parágrafos exortam à pobreza voluntária, tendo como modelos Cristo e a Igreja primitiva e o exercício da comunhão de bens, que ajudam na vivência da caridade pastoral⁸⁴. Também aqui se mostra a caridade pastoral como um importante eixo deste número, assim como o foi nos números 15 e 16.

Tendo aprofundado no tema da vocação dos presbíteros à santidade (12-14) e nas exigências espirituais na vida dos presbíteros (15-17), agora o decreto se detém aos meios para a vida presbiteral (18-21).

Nesta terceira seção vem tratando os três tipos de auxílio para a vida dos presbíteros: espiritual (PO 18), intelectual (PO 19) e econômico (PO 20-21). “São meios que a Igreja recomenda e pede aos presbíteros para fomentar a união destes com Cristo em todas as circunstâncias de sua vida”⁸⁵.

Eis as indicações para o desenvolvimento da vida espiritual (PO 18). Primeiro vem recomendada a “dupla mesa da Sagrada Escritura e da eucaristia”, estes dois elementos foram abundantemente tratados em PO 13, por isso aqui são mencionados e não aprofundados novamente. Segue a indicação aos demais sacramentos, especialmente a confissão, preparada pelo exame de consciência diário, a *lectio divina* e o amor e devoção à Virgem Maria. Posteriormente indica-se adoração eucarística, retiro espiritual, direção espiritual e oração pessoal.

O número 19 trata de aspectos ligados a natureza do presbiterado, mais especificamente ao múnus de ensinar.

Os meios relacionados com o estudo e a ciência pastoral se reduzem ao recurso das fontes bíblicas e da tradição, ao magistério da Igreja e aos procedimentos modernos para estar em dia enquanto a métodos pastorais e avanços da ciência teológica.⁸⁶

O parágrafo tem forte conotação exortativa para os presbíteros e para os bispos. Estes, são chamados a criar condições favoráveis para que aqueles possam responder aos apelos do decreto⁸⁷.

⁸⁴ “Ainda algum uso comum das coisas, à maneira da comunhão de bens louvada na Igreja primitiva, prepara ótimo caminho para a caridade pastoral e, mediante tal forma de vida, podem os presbíteros louvavelmente praticar o espírito de pobreza, recomendado por Cristo”. (PO 16, §4).

⁸⁵ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 637.

⁸⁶ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 637.

⁸⁷ Percebe-se este dado pelo uso de palavras imperativas: “devem”; “é necessário que os presbíteros conheçam bem”; “os presbíteros são forçados”. Aos bispos também são dirigidas obrigações importantes, sobretudo no que diz respeito ao fomento de oportunidades para os padres em geral,

Os dois últimos números desta seção tratam da justa remuneração (PO 20) e do fundo comum e previdência social (PO 21). Quanto a justa remuneração dos presbíteros, PO 20 a coloca como um direito, para que possam levar uma “vida digna e honesta”. É dever dos leigos “procurar os meios necessários para que os presbíteros levem uma vida digna e honesta”. Aos bispos cabe lembrar os fiéis deste dever e estabelecer normas que assegurem “a honesta sustentação daqueles que desempenham ou desempenharam as suas funções no serviço de Deus”, tendo em conta que a mesma remuneração deve ser dada para todos que se encontram nas mesmas circunstâncias. Tal reforma do sistema de benefícios deve levar em conta a primazia do *officium* sobre o *beneficium*⁸⁸.

Em continuidade com o número anterior, PO 21 sugere a criação de um fundo comum diocesano para sustento dos presbíteros e outro, quando possível, a nível diocesano ou regional, para ajuda de outros que servem a Igreja e de dioceses mais pobres. No último parágrafo aparece a preocupação com o sistema de previdência social. Cabe às conferências episcopais a responsabilidade de prover a previdência e assistência à saúde e sustentação daqueles presbíteros debilitados. O parágrafo termina exortando os presbíteros a colaborarem fraternalmente com este sistema de sustentação, favorecendo o exercício da pobreza com o espírito alegre do Evangelho.

Uma oportuna observação merece destaque na conclusão: há uma expressão que não aparece nas outras partes do decreto: “ministros da Igreja”. Ministros de Cristo aparece duas vezes, nos números 2 e 3. Parece importante mencionar que “os dois genitivos, ‘de Cristo’ e ‘da Igreja’, foram usados em modos diferentes: o primeiro como genitivo subjetivo, indicando a origem e graça permanente do ministério sacerdotal; o segundo como genitivo objetivo, indicando o contexto e destino do mesmo ministério”⁸⁹.

A conclusão e exortação final assume inicialmente um tom pessimista falando do mundo em mudança e apontado situações desafiadoras para o exercício do ministério presbiteral, contudo, muda o tom ao exortar os presbíteros à confiança em Deus e a entregar-se com generosidade ao seu ministério. No último parágrafo

especialmente os novos e os que são enviados em missão, para estudarem e aprofundarem na vida espiritual e em métodos pastorais.

⁸⁸ MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis* y Vaticano II, p. 637.

⁸⁹ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 473.

merece destaque o tema da missionareidade como aspecto central e de grande valor. O decreto finaliza com um oportuno agradecimento aos presbíteros de todo mundo.

2.3

Chaves interpretativas da *Presbyterorum ordinis*

Após uma abordagem detalhada da estrutura do decreto é possível identificar cinco chaves interpretativas ou ideias centrais do documento, frutos da renovação teológica do presbiterado promovida pelo Concílio. São elas: a relação entre consagração e missão; o ministério cultural e sua integração no ministério profético e pastoral; da compreensão sacerdotal à compreensão presbiteral; o conceito do presbítero como *Alter Christus* e mediador e a relação com o conceito de presbítero que age *in persona Christi* e a reciprocidade entre santidade e o ministério.

2.3.1

A relação entre consagração e missão

O ponto de partida na abordagem sobre os presbíteros não é mais sacramental-sacrificial, mas missionário-ecclesial. Sem negar o modelo de Trento (sacramental-sacrificial), o Vaticano II reposiciona o presbítero na sua relação com a Igreja e o bispo. Sendo ligado à missão da Igreja, o seu ministério já não se limita aos sacramentos.

O Concílio amplia a modelo binário das *potestates* (poderes) e adota o modelo ternário dos *munera* (tarefas). O primeiro (*potestates*) considerava que o único ministério que advinha da ordem era o ligado aos sacramentos, especialmente o sacrifício eucarístico, sendo a proclamação da palavra e a orientação dos fiéis ligadas ao poder de jurisdição. Portanto, de um lado o culto e de outro as demais funções, eis o modelo binário. Nas discussões do Concílio formaram-se dois polos: consagração e missão. Ao longo das reflexões em torno da Sagrada Escritura e das antigas fontes percebe-se a vinculação dos ministérios à missionareidade, como visto antes com a adoção de Rm 15,16. Com isso o anúncio e orientação pastoral também ganham relevo. Eis então o modelo ternário: culto, anúncio e orientação dos fiéis ou celebração, proclamação e orientação. Estas três tarefas (*tria munera*) estão enraizadas no sacramento da Ordem, única fonte do ministério e são exercidas

dentro da comunhão hierárquica⁹⁰. No texto final de PO o modelo ternário é definitivamente assumido no texto e na estrutura do documento.

A presença deste modelo é vista fundamentalmente em três pontos distintos do texto: no nº 1 o exercício das três tarefas é posto em relação direta com a tríplice ação de Cristo. “Os presbíteros, em virtude da sagrada ordenação e da missão que recebem dos bispos, são promovidos no serviço de Cristo Mestre, Sacerdote e Rei”. No nº 7 o tríplice múnus favorece a relação bispos-presbíteros. Diz o texto que os bispos têm nos presbíteros “necessários cooperadores e conselheiros no ministério e múnus de ensinar, santificar e apascentar o povo de Deus”. Por fim, o nº 13 mostra que “o exercício do tríplice múnus exige e favorece a santidade”. Em geral, é percebido que o decreto possui uma estruturação a partir do modelo ternário. Como “ministros da Palavra de Deus”⁹¹ os presbíteros devem ler e ouvir a Palavra e ensinar os fiéis. Como “ministros das coisas sagradas”⁹² são chamados a “imitar aquilo que tratam”. Como “chefes da comunidade”⁹³ são convidados a conduzir e apascentar o povo de Deus, procurando o aperfeiçoamento no “desempenho do seu múnus pastoral”.

2.3.2

O ministério cultural e sua integração no ministério profético e pastoral

A clareza sobre a relação entre o ministério cultural com o ministério profético e pastoral irá contribuir para a harmonia entre os polos opostos de discussão e promover uma visão integral do ministério presbiteral.

A *Lumen Gentium* apresentava uma clara superioridade do ministério cultural sobre os demais⁹⁴. O que era uma questão fechada na constituição sobre a Igreja passou a ser problematizado nas elaboração do documento sobre os presbíteros⁹⁵. Conforme a elaboração dos esquemas a questão da clareza na relação entre as tarefas presbiterais ganhava maior importância.

⁹⁰ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 317-319.

⁹¹ PO 4.

⁹² PO 13.

⁹³ PO 13.

⁹⁴ “Participando, no grau próprio do seu ministério, da função de Cristo, Mediador único (1Tm 2,5), anunciam a todos a palavra de Deus. Exercem o seu ministério sagrado principalmente no culto ou assembleia eucarística”. (LG 28).

⁹⁵ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 319-320.

Os Padres conciliares haviam se reunido em torno de três posições básicas: alguém, nos moldes da doutrina anterior, propôs o primado absoluto do ministério sacramental-eucarístico; outros enfatizaram mais o aspecto puramente missionário da pregação; outros ainda viam no múnus pastoral a especificidade do presbitério⁹⁶.

Procurando harmonizar a visão cultural e missionária os redatores apresentam uma dupla primazia, que é aceita e mantida no texto definitivo. A pregação é colocada como *primum officium*⁹⁷ quanto a execução e o culto, o *munus praecipuum*⁹⁸, quanto a ordem ontológica. Com isto o documento final foge dos extremos que definiam o presbítero a partir da primazia do culto de um lado e a primazia da evangelização do outro.

A questão que foi resolvida pelos padres conciliares tem como origem a pergunta pela finalidade do ministério presbiteral. É fundamental entender este problema, visto que será uma das raízes da crise do ministério presbiteral no pós-concílio. Para isso, é preciso perceber melhor como PO articula os termos *primum officium* e *munus praecipuum* para responder à questão da finalidade do ministério presbiteral.

PO 2 toca particularmente no tema da finalidade do ministério presbiteral ao tratar da natureza do presbiterado.

O fim que os presbíteros pretendem atingir com o seu ministério e com a sua vida é a glória de Deus Pai em Cristo. Esta glória consiste em que os homens aceitem consciente, livre e gratamente a obra de Deus perfeitamente realizada em Cristo, e a manifestem em toda a sua vida.

A finalidade do ministério presbiteral é a Gloria de Deus, esta “consiste em que os homens aceitem consciente, livre e gratamente a obra de Deus perfeitamente realizada em Cristo”. Em outras palavras, a finalidade do ministério presbiteral é a santificação dos homens. O que fazer para cumprir esta finalidade? Esta é a questão que divide os padres conciliares. Para uns, a santificação dos homens se alcançava com a pregação, para outros, com a oferta do sacrifício eucarístico, para outros ainda, com a guia pastoral.

⁹⁶ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 320.

⁹⁷ PO 4.

⁹⁸ PO 13.

A questão foi resolvida, como já visto acima, sem provocar um rompimento com a tradição da Igreja, mas integrando a dimensão sacerdotal-sacrificial na dimensão do anúncio da Palavra de Deus. Esta integração aparece de modo claro em PO 2, já vista no item 2.2.1 deste trabalho. Dois textos deste número merecem atenção. O primeiro exprime que para os fiéis formarem um só Corpo, ou seja, para que todos alcancem a unidade, alguns fiéis foram instituídos ministros para que, possuindo o sagrado poder da Ordem, possam oferecer o Sacrifício, perdoar os pecados “e exercer oficialmente o ofício sacerdotal em nome de Cristo a favor dos homens”.

O mesmo Senhor, porém, para que formassem um corpo, no qual “nem todos os membros têm a mesma função” (Rm 12,4), constituiu, dentre os fiéis, alguns como ministros que, na sociedade dos crentes, possuísem o sagrado poder da Ordem para oferecer o Sacrifício, perdoar os pecados e exercer oficialmente o ofício sacerdotal em nome de Cristo a favor dos homens.

Este *munus praecipuum*, entendido como poder de oferecer o sacrifício, perdoar os pecados e desempenhar o ofício sacerdotal em nome de Cristo é lido na perspectiva do anúncio, que é o *primum officium*. Sobre isso, PO 2,4 se exprime nos seguintes termos:

Com efeito, o seu ministério, que começa pela pregação evangélica, tira do sacrifício de Cristo a sua força e a sua virtude, e tende a fazer com que toda a cidade redimida, isto é, a congregação e a sociedade dos santos, seja oferecida a Deus como sacrifício universal pelo grande sacerdote, que também se ofereceu a si mesmo por nós na Paixão para que fôssemos o corpo de tão nobre cabeça.

Portanto, o ministério dos presbíteros começa com o anúncio do evangelho (*primum officium*), extrai sua força e eficácia do sacrifício de Cristo (*munus praecipuum*) e tem como finalidade que a Igreja inteira se ofereça a Deus como sacrifício universal em Cristo⁹⁹, realizando assim a santificação do homem.

2.3.3

De uma compreensão sacerdotal à compreensão presbiteral

A terceira ideia versa sobre a nomenclatura “sacerdote” e “presbítero”. A adoção da perspectiva da missão que favoreceu a articulação dos *tria munera* no

⁹⁹ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 363.

ministério presbiteral promoveu uma releitura da perspectiva da consagração a partir de dois aspectos:

optando pelo vocabulário presbiteral a respeito do sacerdotal e adotando uma perspectiva comunitária - especialmente por meio da recuperação do presbitério - no que diz respeito ao individualismo até então prevalente¹⁰⁰.

Ao longo das sucessivas redações é perceptível a mudança do uso do termo “sacerdote” para “presbítero”. Enquanto no *De clericis* o termo presbítero aparece uma vez, no texto definitivo aparece 118 vezes. Os redatores utilizam o termo como consequência de três fatores: maior proximidade com o vocabulário do NT; maior objetividade na escrita e reflexão, já que sacerdote inclui também bispos e opção por uma linguagem menos individual e ligada ao culto. Como fruto desta opção o documento adquire um contorno mais eclesial do presbitério.

A doutrina sobre o presbiterado beneficiou-se, portanto, da renovação da eclesiologia conciliar, que gira em torno da ideia da missão de todos os batizados, e do aprofundamento da teologia do episcopado, que se baseia na colegialidade e na sacramentalidade¹⁰¹.

A recuperação do valor teológico do presbitério está presente na LG 28¹⁰² e ganha espaço no n° 8 da PO ao tratar do vínculo existente entre os presbíteros da mesma diocese¹⁰³. A menção ao tema do presbitério é importante, mas foi pouco explorada no texto oficial. Isto é compreensível se levar em consideração que havia defensores de uma analogia entre colegialidade episcopal e o presbitério. Tal analogia foi negada pelos redatores. Em resumo, o decreto integra a visão sacerdotal-cultural na visão presbiteral-ministerial e favorece o caráter comunitário, ligado à missão eclesial e episcopal em virtude do sacramento da Ordem¹⁰⁴.

¹⁰⁰ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 321.

¹⁰¹ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 321.

¹⁰² “Os presbíteros, como esclarecidos cooperadores da ordem episcopal e a sua ajuda e instrumento, chamados para o serviço do Povo de Deus, constituem com o seu Bispo um presbitério com diversas funções”.

¹⁰³ “Constituídos na ordem do presbitério mediante a ordenação, estão todos unidos por uma íntima fraternidade sacramental; mas de modo especial (*specialiter*) eles formam um único presbitério na diocese a cujo serviço são designados pelo próprio bispo”. (CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 321).

¹⁰⁴ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 322.

2.3.4

O conceito do presbítero como *Alter Christus* e mediador e a relação com o conceito de presbítero que age *in persona Christi*

Talvez um dos aspectos mais claros da renovação conciliar com relação aos presbíteros se dá no abandono do termo próprio do período tridentino *sacerdos alter Christus* e ampliação do conceito de *agere in persona Christi*. Ambos levavam a definir o sacerdote como mediador entre Deus e os homens, numa relação de estreita identidade com Cristo. O Concílio não anula esta compreensão, mas a insere no contexto teológico expresso aqui até agora.

Eis alguns elementos que permitem entender o motivo da mudança de nomenclatura e o reposicionamento do termo mediador: a fórmula *sacerdos alter Christus* foi abandonada porque exprimia a compreensão do sacerdote como alguém acima da Igreja e não se harmonizava com a renovação cristológica do presbitério a partir da eclesiologia conciliar. O mesmo se pode dizer do termo mediador. A Igreja, inserida em Cristo, único mediador, é sacramento de salvação¹⁰⁵. Não apenas o ministro ordenado, mas todo povo de Deus se integra nesta grande mediação.

Os presbíteros servem à mediação de Cristo ao serem assinalados com um “caráter especial e [...] configurados a Cristo sacerdote, de tal modo que possam agir na pessoa de Cristo cabeça¹⁰⁶”. Enquanto na LG 28 é expresso que o presbítero age *in persona Christi* apenas no múnus eucarístico, na PO isto é dito a partir dos *tria munera*, mas com diferentes graus. No n° 13 é dito que “como ministros das coisas sagradas, é sobretudo no sacrifício da missa que os presbíteros de um modo especial fazem as vezes de Cristo”. Logo, entende-se que

todo o ministério ocorre in persona Christi em um sentido geral (cf. PO 2), em um sentido mais específico (*praesertim*) o ministério dos sacramentos e em um sentido muito particular (*specialiter*) o ministério eucarístico¹⁰⁷.

De modo totalmente novo o decreto vê em toda a vida do presbítero, de modo constante, uma presença ativa e eficaz de Cristo. Presença que se torna mais clara nos sacramentos e atinge o ápice na Celebração Eucarística¹⁰⁸.

¹⁰⁵ Ver LG 1.9.48; AG 1.5; GS 45.

¹⁰⁶ PO 2.

¹⁰⁷ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 324.

¹⁰⁸ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 324.

2.3.5

A reciprocidade entre santidade e o ministério

A relação entre ministério ordenado e santidade é também um dos grandes temas da PO. Castellucci, ao comentar esta ideia, recorda que o Cardeal Mercier no início do século XX, tratando da relação dos religiosos e bispos com a contemplação, exprime a ideia de que o padre, tal como o bispo, é chamado a dar ao povo o que contemplou. Esta compreensão conduziu há um entendimento de que a vida espiritual é independente da ação pastoral, que por sua vez é algo externo ao ministério.

Para entender como o decreto aproxima santidade e ministério é necessário compreender, em primeiro lugar, que os presbíteros tendem a perfeição (PO 12). Tal exigência se dá em razão de sua consagração a Deus pela recepção do sacramento da Ordem, pelo qual tornam-se “instrumentos vivos do Sacerdócio eterno de Cristo”¹⁰⁹. Esta afirmação abre espaço para PO 13 proclamar que “os presbíteros atingem a santidade pelo próprio exercício do seu ministério”. E o próprio ministério é que molda a vida espiritual do presbítero. “O ministério, naturalmente, recebe vigor e orientação da contemplação, mas ele próprio se configura pela ação pastoral”¹¹⁰.

“Todos os fiéis, seja qual for o seu estado ou classe, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade”¹¹¹. Se a vivência da caridade é o elemento chave para o caminho de perfeição de todo cristão, para o presbítero a dimensão que unifica sua vida e o coloca no caminho de perfeição é a “caridade pastoral”¹¹². Assim, é possível afirmar que

O exercício do ministério favorece o crescimento da caridade pastoral e, por sua vez, se alimenta dela. Nesse sentido, a caridade pastoral é antes de tudo uma atitude interior, o espírito de dedicação ao crescimento do povo de Deus, mas seu campo de prova é a inserção efetiva do presbítero no tecido das relações eclesiais (com o bispo, o presbitério e povo de Deus: cf. PO 7-9) e o exercício fiel do tríplice múnus (cf. PO 4-6)¹¹³.

¹⁰⁹ É de grande relevância lembrar que os padres conciliares fazem depender o bom êxito da renovação interna da Igreja proposto pelo Concílio, deste esforço dos presbíteros por alcançar maior santidade. (PO 12 § 4).

¹¹⁰ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 325.

¹¹¹ LG 40.

¹¹² PO 14.

¹¹³ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 326.

A fonte desta caridade pastoral é o “sacrifício eucarístico, que permanece o centro e a raiz de toda a vida do presbítero” e o Bom Pastor é o modelo que exprime o modo pelo qual os presbíteros irão exercitar esta caridade. “Fazendo às vezes do Bom Pastor, encontrarão no próprio exercício da caridade pastoral o vínculo da perfeição sacerdotal, que conduz à unidade de vida e ação”¹¹⁴.

¹¹⁴ PO 14.

3

A recepção no pós-concílio

Aprofundar no estudo sobre a teologia do ministério ordenado, por si só é tarefa complexa, em primeiro lugar pela centralidade e importância do tema para a Igreja e ciência teológica, depois, pela abundância de produção bibliográfica. Isto inviabiliza qualquer pretensão de totalidade. A exposição dos dados da pesquisa neste capítulo centraliza-se em duas áreas: Magistério e reflexão teológica. Esta clara delimitação é importante para posteriormente estabelecer um quadro comparativo entre a teologia conciliar do presbiterado e sua recepção desde o encerramento do Concílio até hoje, proposta central deste trabalho.

A lista de documentos magisteriais estudados segue a proposta presente na obra *Llamados y enviados*, de Miguel Ponce Cuéllar e Nicolás Álvarez de Las Asturias¹¹⁵. A pesquisa não se limita ao conteúdo desta fonte, mas recorre aos próprios documentos citados. Optou-se por não citar obras do Magistério local, visto que a contribuição da reflexão Latino-Americana¹¹⁶ é variada e profunda. É inviável integrar a questão local na presente reflexão, sob o risco de tornar a exposição dos dados excessivamente superficial.

Para a segunda parte do capítulo é seguida a estrutura metodológica de Castellucci¹¹⁷. Esta segunda parte não tem como foco abarcar a totalidade da reflexão teológica pós-conciliar em si. Outras produções acadêmicas poderão fornecer informações mais detalhadas sobre o tema. Aqui o interesse é abordar a

¹¹⁵ CUÉLLAR, M. P.; DE LAS ASTURIAS, N. A. *Llamados y enviados*, p. 87-93.

¹¹⁶ Embora não sejam trabalhadas as fontes locais, é importante destacar a produção teológico-pastoral do CELAM. As quatro Conferências do Episcopado Latino-americano: Medellín (1968), Puebla (1979), Santo Domingo (1992) e Aparecida (2007), desempenharam importante papel no processo de recepção conciliar. “É óbvio que as conferências e seus documentos não esgotam a riqueza e complexidade do processo de recepção do Concílio na América Latina; no entanto, constituem uma testemunha privilegiada desse processo” (ZEPEDA, J. J. L. A luta pelo sentido do Vaticano II em seu processo de recepção nas Conferências Gerais, p. 121). O mesmo autor afirma que “as Conferências Episcopais têm sido instâncias fundamentais na recepção do Concílio Vaticano II nos últimos cinquenta anos”. De igual importância são as publicações da CNBB: Documento da CNBB, nº 20: Vida e ministério dos presbíteros - Pastoral Vocacional (1982); Documento da CNBB, nº 29: Situação do clero no Brasil (1981) e a recente publicação do Subsídio Doutrinal da CNBB, nº 5: Presbítero, Anunciador da Palavra de Deus, Educador da Fé e da Moral da Igreja (2010). De relevância é também o Simpósio: O Dom do Celibato na vida e na missão da Igreja (2011) realizado na PUC-Minas, que teve suas 11 Conferências publicadas pela CNBB (2012).

¹¹⁷ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 327-333.

questão a partir das grandes correntes teológicas que marcaram a recepção da teologia do presbiterado após o Concílio.

3.1

Publicações do Magistério sobre os presbíteros

Para situar a reflexão magisterial sobre o presbiterado no pós-concílio, destacam-se os seguintes documentos: Carta encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* (1967); *Ultimis temporibus* (1971), O novo Ritual de Ordenação; Sacerdócio ministerial (1983); Declaração *Inter insigniores* (1976) e Carta Apostólica *Ordinatio sacerdotalis* de João Paulo II (1994), ambos sobre a mulher e o sacerdócio ministerial; *Pastores Dabo Vobis* (1992); Catecismo da Igreja Católica (1992); Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros (edição de 1994 e edição de 2013) da Congregação para o Clero; Instrução sobre a colaboração dos fiéis leigos no ministério dos sacerdotes (1997). Dentre estes, o destaque são os documentos pós-sinodais *Ultimis temporibus* (1971) e *Pastores Dabo Vobis* (1992), dada a envergadura teológica e importância magisterial de ambos.

Estes 10 documentos, compreendem um espaço de tempo de 30 anos. Os últimos 25 anos estão representados pelos dois últimos eventos: o Ano Sacerdotal (2010) convocado pelo Papa Bento XVI e o Sínodo da Amazônia (2019), com o Papa Francisco¹¹⁸. Sobre estes dois últimos eventos será realizada uma análise de itens relacionados ao tema em questão.

A escolha destes documentos e não outros reside no valor representativo e por serem expressão universal da recepção que a Igreja fez da teologia do presbiterado, integrando elementos do Concílio e do posterior desenvolvimento teológico.

3.1.1

***Sacerdotalis Caelibatus* (1967)**

A publicação de uma carta encíclica sobre o assunto imediatamente após a conclusão do evento conciliar evidencia que a lei eclesiástica do celibato não era

¹¹⁸ Enquanto o primeiro momento favoreceu um aprofundamento na reflexão sobre a prática pastoral e espiritualidade do ministro ordenado, em meio a efervescência na mídia de problemas morais relacionados ao clero; o segundo momento abordou o tema da evangelização na Amazônia, em meio à forte discussão sobre o tema do celibato suscitada a partir de um contexto pastoral específico.

um ponto pacífico. Durante o Concílio um fato relevante envolvendo o tema simboliza todo contexto de discussão. No dia 11 de outubro de 1965, durante a Congregação Geral nº 146, a assembleia conciliar foi surpreendida com uma intervenção de papal, pedindo que o tema do celibato não fosse discutido publicamente. Os Padres que desejassem poderiam encaminhar suas observações ao Conselho de Presidência, que por sua vez, entregaria ao Papa¹¹⁹.

O clima vivido no Concílio não cessou com o encerramento da assembleia conciliar, mas passou a ocupar as reflexões na teologia e entre os fiéis. Era preciso recolocar as bases do celibato eclesiástico, para responder a esta necessidade surge a Carta Encíclica *Sacerdotalis Caelibatus*, publicada em 24 de junho de 1967. Das suas quarenta e oito citações, trinta e seis são de documentos do Concílio Vaticano II, o que torna a encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* um dos mais importantes documento que recolhe a teologia do celibato sacerdotal do Concílio Vaticano II e contribui para entendimento da questão em um ambiente cultural e religioso afetado por inúmeras transformações.

A carta inicia contextualizando a questão, defendendo que o celibato sacerdotal conserva todo o seu valor, mesmo em tempos marcados pela transformação de mentalidade e de estruturas. No entanto,

no clima atual de novos fermentos, manifestou-se também a tendência, e até a vontade expressa, de pedir à Igreja que torne a examinar esta sua instituição característica, cuja observância, segundo alguns, se tornou problemática e quase impossível no nosso tempo e no nosso mundo¹²⁰.

O documento propõe ideias claras para explicitar as raízes do celibato consagrado, fundamentando sua doutrina no significado cristológico, eclesiológico e escatológico do celibato. O sacerdócio cristão, que é novo, só pode ser compreendido à luz da novidade de Cristo [...] que instituiu o sacerdócio ministerial como participação do seu sacerdócio único¹²¹. Assim como Cristo “amou a Igreja seu Corpo, oferecendo-se inteiramente por ela”, também o sacerdote é chamado a entregar-se pela Igreja. Esta, por sua vez, constitui-se na terra como germe e início

¹¹⁹ KLOPPENGURG, B. Vaticano II. Vol. V, p. 257-258.

¹²⁰ SCa 1.

¹²¹ SCa 19.

do Reino. Ao mesmo tempo “aspira pelo reino perfeito e ambiciona, com todas as forças, unir-se com o seu Rei na glória”¹²².

Portanto, a continência perfeita, por amor do reino dos céus, constitui exatamente “um sinal particular dos bens celestes”¹²³. Da natureza teológica do celibato o documento tira todas as consequências deste para a vida do sacerdote, da Igreja e do mundo.

3.1.2

***Ultimis temporibus* (1971)**

A segunda Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos esteve reunida entre 30 de setembro e 6 de novembro de 1971 e trabalhou dois temas: O sacerdócio ministerial e a justiça no mundo. É de nosso interesse o documento pós-sinodal *Ultimis temporibus* que trata do sacerdócio ministerial. É o mesmo documento redigido no final do sínodo. Papa Paulo VI o aprovou na íntegra. Está dividido em duas partes: a primeira com princípios doutrinários e a segunda com diretrizes para a vida e o ministério sacerdotal.

Na introdução o documento revela a alegria pela renovação ocorrida no Concílio e reconhece que esta renovação envolve algumas dificuldades vividas particularmente por bispos e presbíteros. A descrição da situação gira em torno de uma certa dificuldade na relação entre ministério e mentalidade moderna, perda de referenciais para o anúncio do evangelho, dúvidas sobre o próprio ministério, dificuldade na relação com leigos e bispos e crise de confiança na Igreja. Estes elementos fazem parte do contexto de crise que se estabeleceu nos ministros ordenados nos anos que sucederam o término do Concílio. Mais à frente será observado com profundidade alguns elementos e desdobramentos deste contexto.

Após elencar as dificuldades, os padres sinodais reafirmam a fé, abrindo caminho para uma resposta à crise. “Não há dúvida de que o próprio Cristo, Filho de Deus e filho do homem, que pela Igreja se faz presente na história, se oferece como única e integral salvação para os homens”¹²⁴. Ele é o ponto de união capaz de revelar o pleno sentido da vida humana, individual e social. A missão da Igreja, portanto, não está superada. Em razão disto, afirma-se que

¹²² SCa 33.

¹²³ SCa 34.

¹²⁴ UT, Introdução.

“é função própria do ministro, no seio da Igreja, tornar presente o amor de Deus em Cristo por nós através da palavra e do sacramento e, ao mesmo tempo, despertar a comunhão dos homens, com Deus e entre eles”¹²⁵.

Em síntese, a introdução de *Ultimis temporibus* procura apresentar um caminho claro para responder a crise. O argumento gira em torno da compreensão do ministério sacerdotal como elemento de manifestação do desígnio divino e amor de Deus para com a humanidade. Em outras palavras, o documento quer firmar a verdade de que Cristo realiza sua obra por meio dos ministros ordenados.

Na introdução estão postas as bases para o que será tratado nas duas partes do documento, porém antes de tratar do documento propriamente dito, é importante deter-se com atenção nas raízes desta crise que se instalou logo nos primeiros anos após o Concílio. Compreender este momento é um passo importante para o desenvolvimento deste trabalho.

Embora a encíclica de Paulo VI sobre o celibato já tenha sido uma reação contundente ao clima de contestação presente nos anos que sucedem o Concílio, é no contexto do Sínodo dos Bispos de 1971 que as divergências são percebidas com maior clareza. Para compreender melhor este momento é importante lembrar que o Decreto *Presbyterorum Ordinis* foi aprovado em 7 de dezembro com 2390 *placet* e apenas 4 *non placet*. A quase unanimidade com que foi aprovado contrasta radicalmente com seu difícil processo de recepção no pós-concílio.

Nos anos que sucedem o Vaticano II, uma realidade de crise mais aguda passa a se desenvolver em torno da temática do presbiterado. Fala-se em crise de identidade sacerdotal. Para entendê-la é preciso dar um passo à frente e trazer uma informação fornecida pela *Pastores dabo vobis*, na década de 90. O documento aponta para a possível origem desta crise pós-conciliar.

Esta crise - dizia no meu Discurso final ao Sínodo - nasceu nos anos imediatamente sucessivos ao Concílio. Fundamentava-se numa compreensão errada, por vezes mesmo deliberadamente tendenciosa, da doutrina do magistério conciliar. Aqui se encontra indubitavelmente uma das causas do grande número de perdas então sofridas pela Igreja, perdas essas que feriram gravemente o serviço pastoral e as vocações ao sacerdócio, e em particular as vocações missionárias¹²⁶.

¹²⁵ UT, Introdução.

¹²⁶ PDV, 11.

Mais à frente será dedicada maior atenção na *Pastores dabо vobis*, no momento importa perceber que esta crise parece ter origem numa compreensão teológica equivocada do ministério ordenado. A expressão “crise”,

ausente nos textos do Vaticano II e nos primeiros anos imediatamente pós-conciliares, vem cunhada ao fim dos anos Sessenta e caracterizou o Sínodo dos Bispos de 1971. Por vinte anos se discutiu a esta crise em profundidade, tentando entender as razões e sair disso. Se os aspectos que mais impressionaram a opinião pública eram aqueles de escândalos [...] os motivos reais e mais profundos eram de natureza propriamente teológica e apresentava uma pergunta radical: qual é a razão de ser do ministério ordenado na Igreja?¹²⁷

O ponto fulcral da tensão que atinge o presbiterado no período pós-conciliar seria o questionamento sobre a própria razão de ser e natureza do ministério presbiteral¹²⁸. Como evidenciado na introdução ao documento *Ultimis temporibus*, alguns padres questionavam seu papel e lugar na sociedade, se aprofundavam as dúvidas sobre o específico do ministério, questionava-se elementos do sacerdócio que até então eram sólidos, tal como o aspecto cultural, o celibato e a noção clara de *Alter Christus*. Tudo isto parece ter gerado grave instabilidade na reflexão teológica e vivência pastoral.

A crise do século XX se assemelha àquela que o Concílio de Trento enfrentou com Lutero. Em ambas o sacerdócio foi duramente questionado. Um comparativo entre os dois concílios pode ajudar a iluminar a questão. Percebe-se que o primeiro foi realizado em contexto de crise provocada pelo advento da doutrina da Reforma Protestante, tanto que na história entende-se o Concílio de Trento como o principal componente da Contrarreforma. Este contexto exigiu do Concílio de Trento uma clara definição teológica e doutrinal dos temas tratados. Sua característica impositiva contrasta radicalmente com o estilo adotado pelo último Vaticano II, que por sua vez, não estava respondendo há um momento específico de crise. A palavra “crise” se quer aparece na *Presbyterorum Ordinis*. “O Vaticano II [...] limita-se a aprofundar pacificamente a figura teológica do padre em relação ao bispo e à Igreja”¹²⁹.

Em 1971, o Sínodo dos bispos, em meio a uma forte crise de contestação da doutrina sobre ministério ordenado, “não se contenta mais em reorganizar os dados revelados, mas recomeça a partir da mesma questão de Trento, explorando a razão

¹²⁷ CASTELLUCCI, E. *Il ministero presbiterale da Presbyterorum ordinis a oggi*, nº 2.

¹²⁸ LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 138.

¹²⁹ LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 136.

de ser de um sacerdócio ordenado”¹³⁰ e buscando a especificidade teológica do presbítero reafirmando elementos de base da cristologia inerente ao sacerdócio.

O que é surpreendente é como a recente reflexão magisterial parece não ter podido ou não ter querido fazer uso dos seus próprios pretextos conciliares sobre este tema, considerando, em vez disso, ser necessário voltar à abordagem pré-conciliar para salvaguardar a identidade do ministério ordenado¹³¹.

Para tentar compreender esta escolha é necessário observar dois pontos essenciais. Em primeiro lugar, a clara necessidade de uma resposta rápida e contundente para a grave crise de identidade sacerdotal. Em segundo lugar, é relevante que esta crise tenha motivado o Magistério a uma mudança na abordagem teológica sobre os presbíteros, justamente por ter se intensificado no pós-concílio e não antes ou durante. Após esta necessária contextualização da crise de identidade sacerdotal é possível compreender melhor a abordagem e contribuição do documento do Sínodo de 1971.

Ultimis Temporibus é o documento de maior relevância que, após o Concílio, trata do presbiterado. Uma de suas características marcantes é que parte da dimensão cristológica do ministério ordenado. Entendida a realidade da crise de identidade dos presbíteros compreende-se por que o forte acento cristológico do documento. Sua abordagem teológica

parte do sacrifício perfeito realizado por Cristo na cruz da qual nasce a Igreja. O sacerdócio de Cristo aparece como uma realidade única, pois introduz a comunhão com o Pai por meio do Espírito. Como Cristo também inclui em si mesmo a função profética e real, o mesmo acontece com o sacerdote. O acesso a Cristo ocorre por meio da Igreja dos apóstolos, mas no sentido de mediação¹³².

O conceito de mediação aqui especificado é o de LG 10 que apresenta a noção de um único ministério sacerdotal do Novo Testamento e que continua a obra de Cristo mediador, distinto em essência do sacerdócio comum dos fiéis. Este ministério sacerdotal

torna perene a obra essencial dos Apóstolos: de fato, anunciando eficazmente o Evangelho, congregando e orientando a comunidade, perdoadando os pecados e sobretudo pela celebração eucarística, torna Cristo o Cabeça da comunidade presente no exercício da sua obra de redenção humana e na glorificação perfeita do Deus.

¹³⁰ LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 136.

¹³¹ LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 136.

¹³² LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 138.

Por isso, entende-se que o sacerdócio está na Igreja a serviço da comunhão e não tem missão política, econômica ou social, mas religiosa. Isto é uma resposta do Sínodo a boa parte das dúvidas daqueles que não encontravam mais a razão de ser do presbítero e da Igreja. De um modo muito claro e didático a primeira parte do documento apresenta o esquema Pai – Filho – Igreja – Ministério Ordenado, reforçando a natureza teológica do presbiterado através da ligação deste com o desígnio salvífico do Pai realizado em Cristo através Espírito Santo na Igreja.

“A pedra angular do documento, [está na compreensão] de Cristo como aquele que expressa e manifesta a presença e eficácia do amor providente de Deus”¹³³. Se Cristo é este sinal, então pode se afirmar com segurança que “o sacerdote é sinal do desígnio divino e providente, hoje proclamado e eficaz na Igreja”¹³⁴. É o sacerdote que torna Cristo

sacramentalmente presente entre os seus irmãos e, precisamente, na sua vida pessoal e social. Ele é que o garante tanto do primeiro anúncio do Evangelho para que a Igreja seja reunida, como da renovação incansável da Igreja já reunida. Sem a presença e a ação daquele ministério que se recebe com a imposição das mãos e com a oração, a Igreja não pode ter plena certeza da própria fidelidade e da própria continuidade visível¹³⁵.

Esta dupla representação expressa na primeira parte de UT (diante de Cristo e diante da Igreja) deve ser lida a partir da categoria do “sinal do divino e providente desígnio”. Considerar o presbítero apenas como sinal divino torna individualizada a relação presbítero-Cristo. O presbiterado deve ser entendido também como sinal “providente”, ou seja, Deus se importa com a humanidade e a quer salvar. Assim o presbítero é entendido na relação com Cristo e diante da Igreja.

A segunda parte do documento apresenta as diretrizes para a vida e para o ministério sacerdotal. Ela está dividida em dois pontos: os sacerdotes na missão de Cristo e da Igreja e os sacerdotes em comunhão eclesial.

Primeiro ponto. Os padres sinodais esclarecem que a identidade do sacerdote está em estreita relação com a missão da Igreja e se estabelece na comunhão com todo povo de Deus. A missão dos ministros ordenados deve começar com a pregação da Palavra de Deus. O serviço à Palavra conduz aos sacramentos, estes

¹³³ LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 139.

¹³⁴ UT, I, 4.

¹³⁵ UT, I, 4.

por sua vez são celebrados em sintonia com o anúncio. A exposição desta relação visa harmonizar duas posições contrárias que já estavam presentes nos debates conciliares, uma que colocava a primazia do anúncio e outra na primazia dos sacramentos, especialmente a Eucaristia. “Uma divisão entre uma atividade e outra dividiria o próprio coração da Igreja a ponto de pôr em perigo a fé”¹³⁶.

Entendida a complementariedade entre Palavra e Sacramento, os padres sinodais insistem no anúncio integral do evangelho. “Qualquer presbítero tem uma responsabilidade especial na pregação de toda a Palavra de Deus e sua interpretação de acordo com a fé da Igreja”¹³⁷. Sua ajuda nas atividades profanas e políticas devem ter como raiz a vivência integral do seu ministério sacerdotal, evitando tomar para si atividades que competem aos leigos e ajudando-os na formação de uma reta consciência.

Com relação à vida espiritual, entende-se que tal como Cristo foi consagrado ao Pai, também o sacerdote o é.

Cada sacerdote encontrará na própria vocação e no seu ministério a razão profunda para poder conduzir a sua vida na unidade e no vigor do espírito. [...] Na vida sacerdotal, portanto, não pode haver ruptura entre o amor de Cristo e o zelo pelas almas¹³⁸.

A vivência da caridade pastoral o auxiliará a realizar as renúncias necessárias e “adaptar a sua vida espiritual a modos e formas de santificação que sejam mais adequados e sensíveis ao povo do seu tempo e cultura”¹³⁹.

Sobre o celibato. É um tema particularmente importante e que despertou inúmeras reações no Concílio e nas décadas subsequentes. Os padres mantêm o celibato sacerdotal como válido para toda Igreja latina. A exposição se coloca no rastro da encíclica *Sacerdotalis Caelibatus* (1967). O mérito da abordagem sinodal está em responder às objeções daqueles que entendem a lei do celibato como imposição da Igreja e causa do abandono do ministério. O Sínodo apresenta a coerência da opção celibatária com a vivência do ministério sacerdotal.

Em razão da conveniência íntima e múltipla entre o ofício pastoral e a vida celibatária, a lei em vigor é mantida: de fato, quem deseja livremente a disponibilidade total, que é a nota distintiva deste ofício, aceita igualmente a vida celibatária. O candidato deve conceber esta forma de vida não como imposta de fora, mas como a manifestação da sua dádiva gratuita,

¹³⁶ UT, II, 1, 1.

¹³⁷ UT, II, 1, 1.

¹³⁸ UT, II, 1, 3.

¹³⁹ UT, II, 1, 3.

que é aceita e ratificada pela Igreja através do Bispo. Desta forma, a lei torna-se a proteção e defesa da liberdade, pela qual o sacerdote se entrega a Cristo, e assim se torna um 'jugo suave'.

Visto que o celibato se harmoniza com o desejo de entrega total que é próprio do ministério sacerdotal, é importante que o ministro ordenado viva as condições necessárias para um reto e frutuoso sacerdócio ministerial¹⁴⁰.

Segundo ponto. Trabalha os sacerdotes em comunhão eclesial a partir de três relações específicas: com o Bispo, entre os presbíteros e com os leigos. Na relação com os bispos o princípio norteador é aquele presente em PO 7:

Todos os presbíteros participam de tal maneira com os Bispos no mesmo e único sacerdócio e ministério de Cristo que a unidade de consagração e missão requer a sua comunhão hierárquica com a Ordem episcopal.

A comunhão se requer pela própria natureza da consagração e missão de Cristo, da qual os presbíteros e bispos participam. O Sínodo defende que cabe especialmente aos bispos zelar pela aplicação deste princípio. Nesta linha de comunhão, aparece o conselho presbiteral, como forma institucionalizada de fraternidade existente entre os sacerdotes. Seu valor está na promoção do bem comum como fruto do diálogo e do entendimento da missão comum que une seus membros¹⁴¹.

A relação dos presbíteros entre si tem como fundamento a íntima fraternidade sacramental e de missão. O documento exorta à necessidade de “uma certa comunidade de vida ou algum tipo de convivência, que pode assumir diversas formas, ainda que não institucionais”¹⁴². As associações sacerdotais devem ser incentivadas, para que num espírito de comunhão eclesial e tendo aprovação da autoridade eclesiástica competente, possam promover os fins próprios de sua função, como por exemplo, o fomento da santidade no exercício do ministério”¹⁴³. Também deve ser incentivada a proximidade com os sacerdotes religiosos, em

¹⁴⁰ “Agora eles podem superar essas dificuldades, se as condições adequadas forem promovidas, a saber: o aumento da vida interior com a ajuda da oração, da abnegação, da caridade ardente para com Deus e o próximo, e com outras ajudas da vida espiritual; equilíbrio humano por meio de uma inserção ordenada na estrutura das relações sociais; relações fraternas e contatos com outros sacerdotes e com o Bispo, adaptando melhor as estruturas pastorais para este fim, e também com a ajuda da comunidade dos fiéis”. (UT, II, 1, 4).

¹⁴¹ UT, II, 2, 1.

¹⁴² UT, II, 2, 2.

¹⁴³ UT, II, 2, 2.

virtude da mesma Ordem, para uma autêntica fraternidade sacerdotal e ajuda mútua, sobretudo na dimensão espiritual.

Na relação com os leigos, os presbíteros são chamados a confiar-lhes tarefas e serviços, dando-lhes liberdade de ação e respeitando sua autonomia. Também aos leigos cabe ajudar os ministros ordenados com a oração e ação, a fim de que estes sejam auxiliados nas dificuldades e ajudados no cumprimento de seus deveres. Importante papel tem o Conselho Pastoral, enquanto instância de reflexão e organização da pastoral da diocese¹⁴⁴.

O último item do documento trata da questão econômica. Esta é apresentada a partir da comunhão e missão do Povo de Deus. “É dever de todos os fiéis contribuir para as necessidades da Igreja”¹⁴⁵. Deve-se levar em consideração o espírito de solidariedade, as condições da Igreja local, bem como de todas as dioceses da região ou país. Com relação à remuneração dos sacerdotes, indica-se que deve ser “justa e suficiente”, tendo em conta o valor da pobreza evangélica.

A conclusão do documento segue a linha da compreensão teológica do sacerdote presente na primeira parte. “O sacerdote é sinal do desígnio divino e providente, hoje proclamado e eficaz na Igreja”¹⁴⁶. Tendo Pedro e Paulo, “como modelos ideais para a renovação do sacerdócio”, a conclusão exorta à ação de Graças ao Pai, porque com o Sínodo é dado a oportunidade de manifestar com mais fidelidade o rosto de Cristo.

3.1.3 O novo Ritual de Ordenação (1968 e 1989)

Acolhendo as novas orientações do Concílio Vaticano II o novo ritual de ordenação foi promulgado por Paulo VI por meio da Constituição Apostólica *Pontificalis Romani Recognitio*, de 18 de junho de 1968. Nela o Santo Padre pede que se cumpra o que foi pedido pelo Concílio com relação a reforma do Pontifical Romano¹⁴⁷, especifica as mudanças em cada um dos três ritos de ordenação e posteriormente a matéria e forma correspondentes. No que diz respeito aos presbíteros, um texto da *Lumen Gentium* e outro da *Presbyterorum Ordinis* são

¹⁴⁴ UT, II, 2, 3.

¹⁴⁵ UT, II, 2, 4.

¹⁴⁶ UT, I, 4.

¹⁴⁷ SC 2.

citados. Ambos apresentam a estreita ligação entre presbiterado e episcopado, o primeiro de caráter mais cristológico enfatiza a diferença e semelhança para com o episcopado, estabelece a finalidade do presbiterado, ligada ao tríplice múnus e confirma o elemento identitário do presbiterado: “verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento”.

Embora os presbíteros não possuam o mais alto grau do pontificado e dependam dos Bispos no exercício do próprio poder, estão unidos a eles no ministério sacerdotal. Em virtude do sacramento da Ordem, segundo a imagem de Cristo, sumo e eterno sacerdote (Hb 5, 1-10; 7,24; 9, 11-28), são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino, como verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento¹⁴⁸.

O segundo, com entonação mais eclesiológica, recorda que os presbíteros estão a serviço de “Cristo Mestre, Sacerdote e Rei” e participam do seu ministério no qual a Igreja é edificada.

os presbíteros, pela sagrada Ordenação e missão dos Bispos, são colocados a serviço de Cristo Mestre, Sacerdote e Rei, participando do seu ministério, pelo qual a Igreja aqui na terra não cessa de ser edificada em povo de Deus, corpo de Cristo e templo do Espírito Santo¹⁴⁹.

Em 29 de junho de 1989 João Paulo II promulgou a segunda edição típica do Rito de Ordenação. Convém destacar os elementos novos relacionados ao presbiterado, pois exprimem importantes elementos de compreensão. Nesta, a ordem do livro vem modificada, coloca-se em primeiro lugar a ordenação dos bispos, para significar melhor que os presbíteros são seus colaboradores e os diáconos ordenados para o serviço. Na Prece de Ordenação são conservadas as palavras próprias da forma sacramental e acrescentados elementos neotestamentários que enfatizam o presbiterado como decorrente do sacerdócio de Cristo. Há também uma pergunta mais explícita dirigida ao ordenando presbítero a respeito do exercício do ministério da reconciliação e celebração da Eucaristia¹⁵⁰.

3.1.4 Sacerdócio ministerial (1983)

¹⁴⁸ LG 28.

¹⁴⁹ PO 1.

¹⁵⁰ CUÉLLAR, M. P.; DE LAS ASTURIAS, N. A. *Llamados y enviados*, p. 87-88

A carta aos bispos foi publicada com a finalidade de tratar “alguns pontos essenciais da doutrina da Igreja acerca do Ministro da Eucaristia”¹⁵¹. A Congregação para Doutrina da Fé afirma que nos últimos anos “começaram a ser difundidas e, por vezes, a ser postas em prática opiniões que, negando estes ensinamentos, ferem no mais íntimo a vida da Igreja”¹⁵².

São três as opiniões errôneas elencadas no documento. Primeiro, a compreensão de que toda e qualquer comunidade estaria apta a exercer os poderes que o Senhor concedeu à sua Igreja. Fundamentam esta afirmação dizendo que o poder transferido aos Apóstolos, assim o foi para toda Igreja, incluindo também as palavras da instituição da Eucaristia, que não teriam sido confiadas apenas aos Apóstolos, mas a todos. Uma segunda compreensão errônea afirmaria que o ministério dos Bispos e Presbíteros se diferencia do sacerdócio comum em razão do exercício e não como participação no Sacerdócio de Cristo. Disto decorre que “o chamado ofício de dirigir a comunidade seria um simples mandato conferido tendo em vista o bom funcionamento da mesma comunidade”¹⁵³. A última compreensão errônea versa que a comunidade, em razão da sua apostolicidade, se estivesse sem Eucaristia após longo tempo, poderia “reapropriar-se do seu poder originário e teria o direito de designar o próprio presidente e animador”¹⁵⁴, possibilitando-o de guiar a comunidade e presidir e consagrar a Eucaristia. Aqui estaria o entendimento da Celebração Eucarística ligada apenas a ideia de um encontro fraterno, um ato da comunidade local que se reúne para comemorar a Última Ceia. Tais opiniões “convergem todas na mesma conclusão: que o poder de realizar o sacramento da Eucaristia não está necessariamente ligado com a Ordenação sacramental”¹⁵⁵.

A terceira parte do documento expõe os pontos essenciais da teologia do ministro da Eucaristia. A Igreja, Corpo de Cristo, possui estrutura ministerial, que se concretiza nos poderes outorgados aos Apóstolos e sucessores, quais sejam, poder de santificar, ensinar e governar. A apostolicidade da Igreja, portanto, significa que ela continua o múnus apostólico através da estrutura da sucessão. A

¹⁵¹ SMi, I, 3.

¹⁵² SMi, I, 2.

¹⁵³ SMi, II, 2.

¹⁵⁴ SMi, II, 3.

¹⁵⁵ SMi, III, 1.

Igreja continua a crescer mediante a imposição das mãos sobre os eleitos e invocação do Espírito Santo. Fazendo isto

ela está cônica de administrar o poder do Senhor, o qual torna participantes de modo peculiar os Bispos, sucessores dos Apóstolos, da sua tríplice missão sacerdotal, profética e real. E os Bispos, por sua vez, conferem, em grau diferente, o ofício do seu ministério a diversos outros na Igreja¹⁵⁶.

Embora todos os batizados tenham a mesma dignidade, os poderes apostólicos específicos provêm do sacramento da Ordem. Dentre eles o de realizar a Eucaristia, renovando o Mistério Eucarístico, tal como Cristo deixou na Última Ceia. Para realizarem estas e outras funções o Senhor marca os sacerdotes com o “caráter”, os configurando a si de modo que

ao pronunciarem as palavras da consagração não agem por mandato da comunidade, mas sim *in persona Christi*, o que quer dizer algo mais do que ‘em nome de Cristo’ ou ‘fazendo as vezes de Cristo’ [...] dado que o celebrante, por uma razão sacramental particular, se identifica com o ‘sumo e eterno Sacerdote’, que é o Autor e o principal agente do seu próprio sacrifício, no que não pode na realidade ser substituído por ninguém¹⁵⁷.

Como consequência, o Mistério eucarístico só pode ser celebrado pelo sacerdote ordenado. Às comunidades que estejam privadas da Celebração eucarística o documento introduz a expressão “*cum voto sacramenti intime animati*”, com o qual os fiéis, unidos em oração com toda a Igreja, vivem em comunhão com a mesma Igreja e por isso recebem os frutos do sacramento¹⁵⁸. Concluindo, o documento exorta a permanecer na verdade e caridade, evitando o perigo de separar-se do Corpo de Cristo.

3.1.5

Documentos sobre a mulher e o sacerdócio ministerial

Dois acontecimentos influenciaram o crescente interesse sobre o acesso das mulheres ao sacerdócio ministerial. Em 1958 a Igreja Luterana da Suécia admitiu que mulheres recebessem o encargo de pastoreio. Os Anglicanos também aderiram a esta prática. Em 1975, no Ano internacional da mulher convocado pela ONU, o debate cresceu e levou a uma série de leituras dos dados dogmáticos e teológicos

¹⁵⁶ SMi, III, 3.

¹⁵⁷ SMi III, 4.

¹⁵⁸ SMi III, 4.

na linha feminista. Este contexto criou o ambiente para publicação da Declaração *Inter insigniores* em 15 de outubro de 1976. Anos depois, mas respondendo a mesma problemática, João Paulo II publica a Carta Apostólica *Ordinatio sacerdotalis* (1994). Ao tratar sobre a questão da admissão das mulheres a ordem sacra ambos os documentos revelam compreensões acerca da natureza teológica do sacramento da ordem que, embora não sejam novas, ajudam a compreender o percurso da argumentação teológica no pós-concílio.

Em 1976 a Congregação para Doutrina da Fé emitiu a Declaração *Inter insigniores*, para tratar a admissão das mulheres ao sacerdócio ministerial. A introdução do documento apresenta um panorama geral da reflexão acerca da presença e papel da mulher na sociedade e na Igreja, bem como as recentes questões sobre admissão da mulher em cargo de cura pastoral nas comunidades oriundas da Reforma. A Igreja Católica, questionada por esta situação e vendo a diversidade de opiniões inclusive entre teólogos católicos, oferece uma resposta à situação. O Papa Paulo VI pediu para que se fizesse ecoar sua declaração escrita dirigida à Congregação para a Doutrina da Fé em 30 de novembro de 1975. O objetivo da carta é “recordar que a Igreja, por um motivo de fidelidade ao exemplo do seu Senhor, não se considera autorizada a admitir as mulheres à Ordenação Sacerdotal”¹⁵⁹.

O documento, nos dois primeiros capítulos elabora uma consistente argumentação para mostrar a inexistência de qualquer indício de admissão das mulheres ao ministério apostólico. A Tradição e a Sagrada Escritura, na vida de Cristo e na prática dos apóstolos, atestariam este fato. O documento, lendo o ambiente de discussão, apresenta dois argumentos que questionam o atual posicionamento do Magistério: primeiro, que a Igreja primitiva não admitiu a prática por condicionamentos sócio-culturais; segundo, que à Igreja foi dado poder sobre os sacramentos e por isso ela poderia viabilizar a admissão das mulheres ao sacramento da Ordem. Respondendo às objeções, evidencia-se a forte presença das mulheres no ministério de Jesus e ação evangelizadora na Igreja primitiva e paralelamente a ausência de qualquer sinal de participação das mulheres no ministério ordenado. Com relação aos sacramentos, o documento diz que

¹⁵⁹ InI, introdução.

a Igreja não tem poder algum sobre a substância dos Sacramentos, quer dizer, sobre tudo aquilo que Cristo Senhor, conforme o testemunho das fontes da Revelação, quis que fosse mantido no sinal sacramental¹⁶⁰.

Tendo claro a opção da Igreja primitiva, cabe a pergunta retórica: “Poderia a Igreja desligar-se hoje da atitude de Jesus e dos Apóstolos, acabada de referir, considerada por toda a tradição até aos nossos dias como normativa?”¹⁶¹ Tendo clara a fundamentação da atual disciplina da Igreja na Tradição e Escritura, os dois últimos capítulos se detêm na reflexão teológica sobre a natureza do sacramento da Ordem e sua exclusividade aos homens, na relação com o mistério de Cristo e no ministério da Igreja.

À luz do mistério de Cristo é de se recordar a natureza sacramental do sacerdócio cristão. O presbítero ou bispo age *in persona Christi*. “É precisamente este valor de representação de Cristo que São Paulo considerava como característico da sua função apostólica”¹⁶². Há uma correspondência entre sinal e realidade sacramental¹⁶³, disto deriva a importância de que apenas o homem seja sacerdote, em fidelidade ao Filho de Deus, que assumiu o sexo masculino e para melhor significar o Cristo esposo que faz Aliança com a Igreja, sua esposa. Tal diferenciação não exclui a dignidade batismal comum entre homem e mulher. O documento termina lembrando que o sacerdócio não é privilégio ou sinal de superioridade, nem mesmo direito e objeto de promoção social, “mas depende da economia do mistério de Cristo e da Igreja”¹⁶⁴.

A Carta Apostólica *Ordinatio sacerdotalis*, publicada em 22 de maio de 1994 recolhe os ensinamentos da Declaração *Inter insigniores* e da Carta Apostólica *Mulieris dignitatem*, de 15 de agosto de 1988. Não há aprofundamentos teológicos, apenas a confirmação da doutrina emanada nos dois documentos citados. João Paulo II reconhece que a doutrina da Igreja continua sendo questionada por aqueles que afirmam que o posicionamento eclesial é de mera natureza disciplinar. Movido por este questionamento, o Papa se expressa, de modo contundente, nos seguintes termos:

¹⁶⁰ InI 4.

¹⁶¹ InI 4.

¹⁶² InI 5.

¹⁶³ “Os sinais sacramentais, diz Santo Tomás de Aquino, representam aquilo que eles significam por uma semelhança natural”. (InI 5).

¹⁶⁴ InI 6.

Portanto, para que seja excluída qualquer dúvida em assunto da máxima importância, que pertence à própria constituição divina da Igreja, em virtude do meu ministério de confirmar os irmãos (cfr Lc 22,32), declaro que a Igreja não tem absolutamente a faculdade de conferir a ordenação sacerdotal às mulheres, e que esta sentença deve ser considerada como definitiva por todos os fiéis da Igreja¹⁶⁵.

3.1.6

Pastores Dabo Vobis (1992)

A exortação é fruto do Sínodo de 1990 “sobre a formação sacerdotal e situação atual”. Foi promulgada em 25 de março de 1992. É composta por uma introdução, 6 capítulos e uma conclusão. São estes os temas tratados nos capítulos, respectivamente: A formação sacerdotal perante os desafios do final do segundo milênio; A natureza e missão do sacerdócio ministerial; A vida espiritual do sacerdote; A vocação sacerdotal na pastoral da Igreja; A formação dos candidatos ao sacerdócio; A formação permanente dos sacerdotes.

Como aspecto geral, destaca-se que o documento apresenta no início de cada capítulo uma frase bíblica que marca o desenvolvimento temático. O eixo do documento é Jr 3,15: “Dar-vos-ei pastores segundo o Meu coração”. Deste versículo é tirado o nome da Exortação. Ele aparece no topo da introdução e da conclusão, confere ao documento um tom de confiança e esperança e pede uma resposta generosa de toda a Igreja no fomento e acompanhamento do ministério sacerdotal.

Cinco chaves de leitura podem ser encontradas no documento, são elas: trinitária, sacramentalidade, cristológico-ecclesiológico, a formação e a caridade pastoral. Vejamos alguns aspectos de cada uma:

A referência trinitária, já presente no Concílio Vaticano II¹⁶⁶, nesta exortação constitui-se como um dos grandes eixos teológicos sobre o presbiterado. Com relação a identidade do sacerdote, entende-se o aspecto da sacramentalidade e relacionalidade, a partir da Trindade¹⁶⁷; é a Trindade que permite a compreensão do que é o ministério e como deve ser exercido¹⁶⁸; em sua vida espiritual é fundamental a comunhão com a Trindade¹⁶⁹ e é na perspectiva da presença da Trindade que se

¹⁶⁵ OS 4.

¹⁶⁶ LG 19, 28; PO 1, 2, 5, 6, 15, 16, 17; OT 2, 8.

¹⁶⁷ PDV 12, 18

¹⁶⁸ PDV 15; 26

¹⁶⁹ PDV 46, 47, 72

realiza formação, tanto a inicial como a permanente¹⁷⁰. A referência à Trindade é vital na vida e ministério do sacerdote, elemento fundamental para compreensão da sua identidade teológica¹⁷¹.

A segunda chave de leitura é a sacramentalidade. “Os presbíteros são, na Igreja e para a Igreja, uma representação sacramental de Jesus Cristo Cabeça e Pastor”¹⁷². A sacramentalidade diz respeito não apenas ao ministério, mas à pessoa mesma do ministro ordenado. “O presbítero, em virtude de sua ordenação, é um ser sacramental, sinal, ‘ícone’ ou instrumento da ação de Deus na Igreja”¹⁷³, tornando possível a atuação de Cristo Cabeça e Pastor, Servo e Esposo¹⁷⁴. Aqui se compreende de modo mais claro a insistência do documento na configuração do presbítero com Cristo¹⁷⁵.

A terceira chave é a cristológica-eclesiológica e está em estreita relação com a perspectiva da sacramentalidade. O sacerdote é entendido na perspectiva da “Configuração a Cristo cabeça, pastor, servidor e esposo da Igreja”¹⁷⁶, ele é a “reapresentação sacramental de Jesus Cristo cabeça e pastor”¹⁷⁷. Há um “vínculo ontológico específico que une o sacerdote a Cristo sumo sacerdote e bom pastor”¹⁷⁸.

Por isso o presbítero encontra a verdade plena da sua identidade no fato de ser uma derivação, uma participação específica e uma continuação do próprio Cristo sumo e único Sacerdote da nova e eterna Aliança: ele é uma imagem viva e transparente de Cristo Sacerdote.¹⁷⁹

A partir da cristologia compreende-se o desenvolvimento da identidade do sacerdote na ligação com a Igreja. A relação com Jesus Cristo Cabeça e Pastor está intimamente ligada à relação com a Igreja e é necessária para a definição da identidade do presbítero, mesmo que em PDV 12 se admita a relação com a Igreja como não sendo prioritária. Entende-se esta ligação cristológica-eclesiológica quando PDV 16, diz:

¹⁷⁰ PDV 45, 47, 72

¹⁷¹ GAMARRA, S. *Pastores dabo vobis*, p. 602.

¹⁷² PDV 15.

¹⁷³ GAMARRA, S. *Pastores dabo vobis*, p. 602.

¹⁷⁴ PDV 3, 15, 16.

¹⁷⁵ PDV 15, 16, 18, 20, 27, 49.

¹⁷⁶ PDV 3.

¹⁷⁷ PDV 15.

¹⁷⁸ PDV 11.

¹⁷⁹ PDV 12.

Não se trata de ‘relações’ simplesmente justapostas, mas profundamente unidas numa espécie de mútua imanência. A referência à Igreja inscreve-se na única e mesma referência do sacerdote a Cristo, no sentido que é a ‘representação sacramental’ de Cristo a fundamentar e animar a relação e referência do sacerdote à Igreja.

Para compreender o lugar do ministério ordenado e responder às tendências teológicas que priorizam seja a cristologia seja a eclesiologia PDV 16 defende que o ministério ordenado surge com a Igreja¹⁸⁰. “Enquanto representa Cristo Cabeça, Pastor e Esposo da Igreja, o sacerdote coloca-se não apenas na Igreja, mas também perante a Igreja”¹⁸¹.

Não se deve, pois, pensar no sacerdócio ordenado como se fosse anterior à própria Igreja, porque ele existe totalmente em função do serviço da mesma Igreja; nem muito menos se pode pensar como posterior à comunidade eclesial, de modo que esta pudesse ser concebida como já constituída independentemente de tal sacerdócio¹⁸².

O sacerdócio ministerial manifesta que a Igreja não pertence a si mesma e a Igreja recorda ao sacerdote que ele existe “para a promoção do exercício do sacerdócio comum de todo o Povo de Deus”¹⁸³. Em síntese, “os presbíteros existem e agem para o anúncio do Evangelho ao mundo e para a edificação da Igreja em nome e na pessoa de Cristo Cabeça e Pastor”¹⁸⁴.

A quarta chave de leitura diz respeito a formação. No título do documento o tema já está presente, além disto o assunto é tratado diretamente em três dos seis capítulos, tornando obrigatório tê-lo como um dos eixos de todo documento. O eixo da formação é desenvolvido a partir da identidade do sacerdote e tem como objetivo favorecer uma formação integral a partir das quatro dimensões formativas: humana, espiritual, intelectual e pastoral. Não apenas a formação inicial é pautada pelas quatro dimensões, também a formação permanente, de suma importância, deve seguir este modelo, com o diferencial de que é permanente¹⁸⁵. Outro importante aspecto do documento é a organicidade com a formação inicial. A formação permanente

¹⁸⁰ “O ministério ordenado surge, portanto, com a Igreja e tem nos Bispos, e em referência e comunhão com eles nos presbíteros, uma relação particular com o ministério dos Apóstolos, ao qual efetivamente ‘sucede’ ainda que, relativamente a esse, assuma diferentes modalidades de existência”. (PDV 16).

¹⁸¹ PDV 16.

¹⁸² PDV 16.

¹⁸³ PDV 16.

¹⁸⁴ PDV 15.

¹⁸⁵ PDV 76.

é a continuação natural e absolutamente necessária daquele processo de estruturação da personalidade presbiteral, que se iniciou e desenvolveu no Seminário ou na Casa religiosa com o itinerário formativo em vista da Ordenação.

A última chave de leitura é a caridade pastoral. Ela é de fundamental importância para a vida e ministério do sacerdote¹⁸⁶. Seu conteúdo essencial “é o dom de si, o total dom de si mesmo à Igreja, à imagem e com o sentido de partilha do dom de Cristo”¹⁸⁷. “Tem a sua fonte específica no sacramento da Ordem, encontra a sua plena expressão e supremo alimento na Eucaristia”¹⁸⁸. É fundamental na unificação da vida e pessoa do sacerdote, em seu ministério, na comunhão eclesial, na vivência do celibato e entrega total¹⁸⁹.

3.1.7 Catecismo da Igreja Católica (1992)

O Catecismo da Igreja Católica, publicado em 11 de outubro de 1992 trata do sacramento da Ordem nos números 1536 a 1600. Entre os números 857 e 865 trata sobre a apostolicidade da Igreja, estreitamente ligada ao ministério ordenado.

Após apresentação sobre as razões do nome sacramento da Ordem e o sacerdócio na antiga Aliança, apresenta o único sacerdócio de Cristo e a partir dele o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial. O Catecismo desenvolve a reflexão teológica sobre o sacerdócio ministerial trazendo a concepção cristológica.

No serviço eclesial do ministro ordenado, é o próprio Cristo que está presente à sua Igreja enquanto Cabeça de seu Corpo, Pastor de seu rebanho, Sumo Sacerdote do sacrifício redentor, Mestre da Verdade. A Igreja o expressa dizendo que o sacerdote, em virtude do sacramento da Ordem, age *in persona Christi Capitis* (na pessoa de Cristo Cabeça)¹⁹⁰.

Após a entonação cristológica, o Catecismo liga o sacerdócio ministerial à eclesiologia.

A tarefa do sacerdócio ministerial não é apenas representar Cristo – Cabeça da Igreja – diante da assembleia dos fiéis; ele age também em nome de toda a Igreja enquanto apresenta a Deus a oração da Igreja e sobretudo quanto oferece o sacrifício eucarístico [...] Todo o corpo,

¹⁸⁶ PO 14; PDV 23, 70.

¹⁸⁷ PDV 23.

¹⁸⁸ PDV 23.

¹⁸⁹ GAMARRA, S. *Pastores dabo vobis*, p. 603-604.

¹⁹⁰ CEC 1548.

‘*caput et membra*’ (cabeça e membros), ora se oferece, e é por isso que aqueles que são especialmente os ministros no corpo são chamados ministros não somente de Cristo, mas também da Igreja¹⁹¹.

A natureza do sacerdócio ministerial tem raiz cristológica, que por sua vez confere um seguro fundamento para sua concepção eclesiológica. A última frase do número 1553 exprime de modo claro esta realidade: “É por representar Cristo que o sacerdócio ministerial pode representar a Igreja”.

Após expressar elementos da identidade do sacerdócio ministerial, o Catecismo apresenta os três graus da ordem: bispo, presbítero e diácono. Toda sistematização está fundamentada basicamente em três documentos LG, PO, OT do Concílio, Sagrada Escritura e duas citações patrísticas.

Por fim, o Catecismo expõe aspectos da celebração do sacramento, quem é o seu ministro, quem pode recebê-lo e os efeitos do sacramento da Ordem: o caráter indelével, “pelo qual a participação na função de Cristo é concedida uma vez por todas”¹⁹² e a graça do Espírito Santo, que realiza a configuração a Cristo Sacerdote, Mestre e Bom Pastor.

3.1.8

Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros (1994 e 2013)

O Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros foi promulgado em 31 de janeiro de 1994, é fruto de pedidos dos bispos na Assembleia do Sínodo dos Bispos de 1990, que refletiu sobre “a formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais”. Desta assembleia sinodal surgiu a Exortação Apostólica Pós-Sinodal *Pastores dabo vobis*, em 1992 e posteriormente o documento em questão.

O diretório contém, além de uma introdução e conclusão, 3 capítulos que trabalham a identidade do presbítero, a espiritualidade sacerdotal e a formação permanente. Para o fim que este trabalho se propõe alcançar, será analisado apenas o capítulo primeiro sobre a identidade do presbítero, buscando compreender o desenvolvimento entre o Diretório de 1994 e sua atualização publicada em 2013, que recolheu contribuições dos 19 anos que separam um e outro.

As razões para elaboração de um Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros são entendidas a partir da necessidade da nova evangelização, que

¹⁹¹ CEC 1553.

¹⁹² CEC 1582.

“exige sacerdotes radical e integralmente imersos no mistério de Cristo, e capazes de realizar um novo estilo de vida pastoral”¹⁹³. Os presbíteros são os primeiros responsáveis por esta Nova Evangelização. Para serem capazes de desempenhar esta missão

têm necessidade de alimentar em si mesmos uma vida que seja pura transparência da própria identidade, e de viver uma união de amor com Jesus Cristo Sumo e Eterno Sacerdote, Cabeça, Mestre, Esposo e Pastor, alimentando a sua própria espiritualidade e o seu ministério com uma formação permanente e completa¹⁹⁴.

Passados os anos, o Diretório é revisado e a ele é acrescentado contribuições relevantes do ensinamento magisterial sobre o tema desde 1994 até o ano de 2013. Na apresentação, o Cardeal Mauro Piacenza indica com precisão a necessidade desta atualização. Segundo o Cardeal, o grande problema a enfrentar é o da secularização, que afeta profundamente a evangelização e conseqüentemente os primeiros responsáveis por ela: os presbíteros.

Se é verdade que a Igreja existe, vive e se perpetua no tempo por meio da missão evangelizadora, parece claro que, por isso mesmo, o efeito mais prejudicial causado pela difusão da secularização é a crise do ministério sacerdotal, crise que, por um lado, se manifesta numa sensível redução das vocações, e, por outro, na propagação de um espírito de verdadeira e própria perda do sentido sobrenatural da missão sacerdotal, formas de inautenticidade que, nas degenerações mais extremas, em não poucas vezes, deram origem a situações de graves sofrimentos¹⁹⁵.

Desta observação entende-se que “a reflexão sobre o sacerdócio coincide com o futuro da evangelização e, portanto, da própria Igreja”. Além deste contexto amplo, as razões próximas que motivam a nova edição do Diretório são: a experiência do Ano Sacerdotal, a promoção da Nova Evangelização, o ensinamento do magistério de Bento XVI e as dificuldades enfrentadas pela Igreja devido a conduta de alguns ministros ordenados. Tudo isto motivou a atualização do Diretório, de modo que “pudesse ser mais adaptado ao presente momento histórico, ainda que mantendo substancialmente inalterado o esquema do documento original”¹⁹⁶.

¹⁹³ DMVP (1994), introdução.

¹⁹⁴ DMVP (1994), introdução.

¹⁹⁵ DMVP (2013), Apresentação.

¹⁹⁶ DMVP (2013), Apresentação.

Já na apresentação fica clara a necessidade da atualização do Diretório e intenção da nova edição. Diz o documento:

vale a pena considerar alguns temas tradicionais que foram aos poucos obscurecidos ou às vezes rejeitados em benefício de uma visão funcionalista do sacerdote, considerado como “profissional do sagrado”, ou de uma concepção “política”, que lhe confere dignidade somente se for socialmente ativo. Tudo isto mortificou frequentemente a dimensão mais conotativa, que se poderia definir “sacramental” do ministro que, enquanto distribui os tesouros da graça divina, ainda que permanecendo nos limites de uma humanidade ferida pelo pecado, é ele mesmo misteriosa presença de Cristo no mundo¹⁹⁷.

Convém uma análise mais profunda dos elementos que aparecem no capítulo primeiro, para entender possíveis desenvolvimentos internos no Diretório no que diz respeito a teologia do presbiterado. A abordagem da identidade do presbítero é realizada a partir das dimensões trinitária, cristológica, pneumatológica, eclesiológica e encerra com a questão da comunhão sacerdotal.

De início o capítulo primeiro estabelece o fundamento para compreensão da identidade do presbítero. A Igreja está intrinsecamente unida ao seu Senhor,

ela recebe constantemente d'Ele mesmo o influxo de graça e de verdade, de guia e de sustento [...] O sacerdote ministerial encontra a sua razão de ser nesta união vital e operacional da Igreja com Cristo. Com efeito, mediante tal ministério, o Senhor continua a exercer no seu Povo aquela atividade que só a Ele pertence enquanto Cabeça do seu Corpo¹⁹⁸.

A nova edição do Diretório confirma que este dom, o sacerdócio ministerial, foi instituído por Cristo para continuar sua missão salvífica e acrescenta a referência eclesiológica, afirmando que a identidade dos presbíteros, “deriva da sua confirmação com a missão da Igreja”¹⁹⁹. Visto que a Igreja é continuadora da missão de Cristo, é plenamente compreensível que

a identidade do sacerdote deriva [...] da participação específica no Sacerdócio de Cristo, pelo qual o ordenado se torna, na Igreja e para a Igreja, imagem real, viva e transparente de Cristo Sacerdote, uma representação sacramental de Cristo Cabeça e Pastor. Por meio da consagração, o sacerdote recebe como dom um “poder” espiritual que é participação na autoridade com a qual Jesus Cristo, mediante o Seu Espírito, guia a Igreja.

¹⁹⁷ DMVP (2013), Apresentação.

¹⁹⁸ DMVP (1994), nº 1.

¹⁹⁹ DMVP (2013), nº 1.

Estabelecido estes fundamentos da identidade do presbítero, observa-se agora as quatro dimensões ligadas ao ministro ordenado, seguindo a versão de 1994 do Diretório e mencionando acréscimos realizados na nova edição de 2013.

A dimensão trinitária traz como elemento central a característica relacional da identidade do sacerdote. A unção sacramental do Espírito Santo, que conferem a graça e o carácter indelével “colocam o sacerdote em relação pessoal com a Trindade, uma vez que ela constitui a fonte do ser e do agir sacerdotal”²⁰⁰. A nova edição acrescenta citação de PO 2, no qual recorda a importância da devida iniciação cristã e sublinha, também seguindo o Concílio, que “o fim que os presbíteros pretendem atingir com o seu ministério e com a sua vida [é] a glória de Deus Pai em Cristo”²⁰¹.

Assim como a dimensão trinitária, a dimensão cristológica tem sua raiz no “sacramento que configura ontologicamente a Cristo Sacerdote, Mestre, Santificador e Pastor do seu Povo em favor do seu Povo”²⁰² e distingue o sacerdócio ministerial do comum de todos os fiéis. A partir desta clara identidade cristológica “o sacerdote deve ter consciência de que a sua vida é um mistério inserido totalmente no mistério de Cristo e da Igreja dum modo novo e específico”²⁰³.

A nova edição do diretório acrescenta mais três parágrafos, mostrando como a consciência da sua identidade cristológica “o empenha totalmente no ministério pastoral e dá sentido à sua vida”²⁰⁴. Tal consciência de sua identidade é fundamental diante do contexto cultural secularizado e afasta o perigo de uma compreensão “funcionalista” do sacerdócio. Consciente de sua identidade, o sacerdote “encontrará ocasião para exercitar o seu ministério específico de pastor, chamado a anunciar ao mundo o Evangelho”²⁰⁵.

A segunda parte da dimensão cristológica tem como título no Diretório de 1994 “No seio do Povo de Deus”, já a nova edição traz o título “Consagração e missão”. Trata-se de uma breve menção ao três múnus desempenhados pelo sacerdote. A eles a nova edição acrescenta uma menção à oblação de si mesmo e o

²⁰⁰ DMVP (1994), nº 5.

²⁰¹ DMVP (2013), nº 5.

²⁰² DMVP (1994), nº 6.

²⁰³ DMVP (1994), nº 6.

²⁰⁴ DMVP (2013), nº 6.

²⁰⁵ DMVP (2013), nº 7.

caráter expiatório na vivência do sofrimento e sacrifício próprios do ministério sacerdotal²⁰⁶.

A dimensão pneumatológica traz o caráter sacramental como sinal da contínua assistência do Espírito Santo e da condição permanente de ministro de Cristo e da Igreja. Pela presença e eficácia do poder do Espírito Santo o sacerdote poderá exercer seu ministério e viver a caridade pastoral. Posta a unção sacramental como sólido enraizamento que produz o caráter, o Diretório desdobra os três múnus vividos pelo sacerdote. A “comunhão pessoal com o Espírito Santo” é lida na perspectiva do anúncio da Palavra; a “invocação do Espírito”, sobretudo na Eucaristia e demais sacramentos manifesta que “é o próprio Cristo que age em favor da Igreja, por meio do Espírito Santo invocado na Sua potência eficaz pelo sacerdote, celebrante *in persona Christi*”²⁰⁷; por fim, a “força para guiar a comunidade” surge da comunhão com o Espírito Santo. O novo diretório evidencia melhor que a caridade pastoral deve modelar o comportamento, o pensar e agir do sacerdote e destaca melhor o valor sacrificial da Eucaristia.

Ao tratar da dimensão eclesiológica o Diretório parte do fundamento cristológico, reforçando a compreensão do sacerdote como aquele que está “na” e “diante da Igreja”. A nova edição traz a importante afirmação de que é na Igreja “que o ministério dos presbíteros encontra o seu *locus* natural e cumpre a sua missão”²⁰⁸. Também reestrutura o número sobre a missionareidade, que passa a ocupar oito números. A significativa mudança visa acomodar as referências à nova evangelização. Acrescenta-se ainda um item sobre a Paternidade espiritual, ligada ao serviço pastoral. Os três últimos itens são um alerta à tentação do clericalismo, democratismo e do igualitarismo, para os quais é apresentada uma correta visão da autoridade como serviço e estabelece uma clara relação entre sacerdócio comum e ministerial.

O último item do capítulo primeiro trata da comunhão sacerdotal. Todas as relações de comunhão que o presbítero estabelece tem como fonte a dimensão trinitária.

À luz de tudo quanto se disse sobre a identidade, a comunhão do sacerdote realiza-se antes de tudo com o Pai, origem última de todo o poder; com o Filho, em cuja missão redentora

²⁰⁶ DMVP (2013), nº 8.

²⁰⁷ DMVP (2013), nº 11.

²⁰⁸ DMVP (1994), nº 20.

participa; e com o Espírito Santo, que lhe dá a força para viver e realizar a caridade pastoral que o qualifica sacerdotalmente²⁰⁹.

Enraizado na comunhão trinitária o presbítero é chamado a especial comunhão eclesial. Tal comunhão se realiza de vários modos²¹⁰, especialmente mediante a ordenação sacramental, quando o presbítero estabelece laços especiais com o Papa, com o Corpo episcopal, com o Bispo próprio, com os outros presbíteros e com os fiéis leigos²¹¹.

3.1.9

Instrução sobre a colaboração dos fiéis leigos no ministério dos sacerdotes (1997)

O documento é elaborado por cinco congregações e dois conselhos ligados a Santa Sé e trabalha quatro princípios teológicos: o sacerdócio comum e o sacerdócio ministerial; unidade e diversificação das tarefas ministeriais; o ministério ordenado é insubstituível; a colaboração dos fiéis não-ordenados no ministério pastoral. O problema é posto pelo documento nos seguintes termos:

algumas práticas que visam suprir a carência numérica de ministros ordenados na comunidade, em certos casos, pretenderam apoiar-se em uma concepção de sacerdócio comum dos fiéis que confunde a sua índole e o seu significado específico, favorecendo, entre outras coisas, a diminuição dos candidatos ao sacerdócio e obscurecendo a especificidade do seminário como lugar típico para a formação do ministro ordenado²¹².

O documento convida a uma reta compreensão teológica dos ministérios ordenados e não-ordenados para sanar problemas pastorais que geram confusão e compreensão errada do papel de um e outro. Muitas vezes são práticas que surgem em situações emergenciais, movidas por um desejo legítimo de favorecer a atividade pastoral e acabam gerando consequências negativas. Ferem o entendimento sobre uma legítima comunhão eclesial. Eis alguns conceitos centrais que sustentam o documento.

²⁰⁹ DMVP (1994), nº 20.

²¹⁰ Estes vários modos são as expressões de comunhão que o documento traz além daquelas que se estabelecem com o vínculo sacramental: comunhão hierárquica, comunhão na celebração eucarística, comunhão na atividade ministerial, a incardinação, fraterna amizade sacerdotal, vida comum, comunhão com os membros dos Institutos de vida consagrada, incentivo à Pastoral vocacional e empenho político e social. [DMVP (2013), nº 29-44].

²¹¹ DMVP (1994), nº 21.

²¹² IFLMS, nº 1, 2.

“Cristo Jesus, Sumo e Eterno Sacerdote, quis que a Sua Igreja fosse partícipe do seu único e indivisível sacerdócio. Ela é o povo da Nova Aliança”. Entre todos os fiéis há igual dignidade; dentre estes, “alguns são constituídos, por vontade de Cristo, ‘mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais’”. O sacerdócio ministerial “difere essencialmente do sacerdócio comum dos fiéis porque confere um poder sagrado para o serviço dos fiéis”. Duas características marcam esta distinção do sacerdócio ministerial para o sacerdócio comum dos fiéis. Em primeiro lugar, “o sacerdócio ministerial tem a sua raiz na sucessão apostólica e é dotado de um poder sagrado que consiste na faculdade e na responsabilidade de agir na pessoa de Cristo Cabeça e Pastor”, em segundo lugar, “esse sacerdócio torna os ministros sagrados servidores de Cristo e da Igreja”, serviço este que se dá pela proclamação da palavra de Deus, celebração dos sacramentos e o governo pastoral²¹³.

3.1.10 O Ano Sacerdotal (2009-2010)

Bento XVI convocou o Ano Sacerdotal, que aconteceu de 19 de junho de 2009 a 11 de junho de 2010, motivado pelo 150º aniversário da morte de São João Maria Vianney. Também por ocasião desta convocação recorda-se a publicação, em 1º de agosto de 1959, da Encíclica *Sacerdotii Nostri primordia*, comemorando o centenário da morte do Cura d’Ars. No documento, João XXIII trata especialmente da vida espiritual e pastoral dos sacerdotes, mais que da doutrina sobre o sacerdócio. Esta abordagem já é um sinal do caráter eminentemente pastoral do Concílio Vaticano II. Tal orientação foi assumida também por Bento XVI.

Sem desmerecer a abordagem pastoral e espiritual presente nos textos do Ano Sacerdotal, convém observar a teologia que está por traz da reflexão sobre o ministro ordenado. A linha teológica proposta por Bento XVI está em estreita ligação com aquela que é fruto do seu labor teológico antes do pontificado. No próximo item deste capítulo será retomada a linha interpretativa de Ratzinger, aqui será vista no contexto do Ano Sacerdotal. Na Audiência Geral após a abertura do Ano Sacerdotal, ele diz

²¹³ IFLMS, nº 1, 1.

salientei há alguns anos que existem por um lado uma concepção social-funcional que define a essência do sacerdócio com o conceito de “serviço”: o serviço à comunidade, no cumprimento de uma função [...]. Por outro lado, existe a concepção sacramental-ontológica que, naturalmente, não nega a índole de serviço do sacerdócio, mas, ao contrário, vê-a ancorada no ser do ministro e considera que este ser é determinado por um dom concedido pelo Senhor através da mediação da Igreja, cujo nome é sacramento”. Também a passagem terminológica da palavra “sacerdócio” para os termos “serviço, ministério e encargo”, é sinal desta concepção diferente. Além disso à primeira, a ontológico-sacramental, está vinculado o primado da Eucaristia, no binómio “sacerdócio-sacrifício”, enquanto à segunda corresponde o primado da palavra e do serviço do anúncio.

O Concílio Vaticano II resolve esta questão harmonizando os dois conceitos, utilizando a Carta aos romanos 12,1²¹⁴, conforme já mencionado no capítulo anterior. A correta compreensão de serviço, que evite cair no funcionalismo ou como diz o Papa, “um serviço autêntico à Palavra”, exige um profundo desprendimento de si por parte do sacerdote. O presbítero é servo da Palavra e não “senhor”. “Ele não é a Palavra, mas, como proclamava João Batista, [...] é “voz” da Palavra²¹⁵.

A reflexão teológica que fundamenta o Ano Sacerdotal, fortemente ancorada na concepção de Ratzinger, entende o sacerdócio na clara referência cristológica do ministro como enviado, chamado a não levar nada de si, mas tudo de Cristo. Por outro lado, é verdade que “a missão do presbítero [...] realiza-se ‘na Igreja’”. Bento XVI, realça a dimensão eclesiológica. “Esta dimensão eclesial, comunitária, hierárquica e doutrinal é absolutamente indispensável para toda a missão autêntica”²¹⁶.

3.1.11 O Sínodo da Amazônia (2019)

Em 15 de outubro de 2017, o Papa Francisco convocou a Assembleia Sinodal para a Pan-amazônia indicando como finalidade principal encontrar novos caminhos para a evangelização da região amazônica. Este documento não tem como

²¹⁴ “Com efeito, é pela mensagem apostólica do Evangelho que se convoca e congrega o Povo de Deus, de modo que todos... se ofereçam a si mesmos como “hóstia viva, santa e agradável a Deus” (Rm 12, 1). Mas é precisamente pelo ministério dos sacerdotes que se consuma o sacrifício espiritual dos fiéis, em união com o sacrifício de Cristo, único Mediador que, em nome de toda a Igreja, é pelos mencionados sacerdotes oferecido incruento e sacramentalmente na Eucaristia, até que o próprio Senhor venha” (PO 2).

²¹⁵ BENTO XVI. Audiência Geral. Quarta-feira, 24 de junho de 2009.

²¹⁶ BENTO XVI. Discurso do Papa Bento XVI durante a audiência concedida à Congregação para o Clero. 6 de março de 2009.

tema principal a teologia do presbiterado, mas o assunto causou grande repercussão pela possibilidade de ordenação dos *virī probati*,

homens idôneos e reconhecidos pela comunidade, que tenham um diaconato permanente fecundo e recebam uma formação adequada para o presbiterato, podendo ter uma família legitimamente constituída e estável, para sustentar a vida da comunidade cristã mediante a pregação da Palavra e a celebração dos Sacramentos nas áreas mais remotas da região amazônica²¹⁷.

A proposta já aparecia no Sínodo de 1971. Naquela ocasião, para tratar da questão de ordenação de homens casados, duas fórmulas foram propostas para os votos dos Padres sinodais:

Fórmula A: Sem prejuízo do direito do Sumo Pontífice, a ordenação presbiteral de homens casados não é permitida, nem mesmo em casos particulares. Fórmula B: Compete exclusivamente ao Sumo Pontífice, em casos particulares, conceder para as necessidades pastorais, considerando o bem da Igreja universal, a ordenação presbiteral dos homens casados de idade madura e de comprovada probidade²¹⁸.

“A primeira fórmula foi a mais votada, recebendo 107 votos, enquanto a fórmula B obteve 87 votos”²¹⁹. Portanto, não foi permitida a ordenação presbiteral de homens casados. Já nas discussões do Concílio Vaticano II o tema apareceu e causou grande furor na mídia. Tanto é verdade que Paulo VI, como visto acima, interveio no Concílio e redigiu uma encíclica sobre o tema alguns anos depois. Recentemente, no Brasil, Pe. Antônio José de Almeida sugeriu na obra *Equipes de ministros ordenados: uma solução para a Eucaristia nas comunidades*, a criação de equipes de ministros ordenados, para atender a necessidade da celebração da Eucaristia nas comunidades que, hoje, não a tem devido a carência de presbíteros.

Ele propõe um caminho alternativo – uma nova proposta – diferente dos *virī probati*, do Sínodo de 1971. Esses presbíteros seriam chamados de “padres da comunidade”. Eles seriam casados, com experiência de vida e maduros, e escolhidos pela comunidade. Eles estariam a serviço de diferentes tipos de paróquias e comunidades. O acento recai, portanto, na comunidade e não na pessoa do presbítero. Ele a chama de *comunitates probate*. As comunidades, portanto, é que deveriam estar preparadas, com uma vida comunitária e ministerial madura, a fim de poder escolhê-los e, assim, propiciar a atuação deles em seu seio²²⁰.

²¹⁷ SÍNODO DOS BISPOS. Documento final: Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica, nº 111.

²¹⁸ UT, II, 4, f.

²¹⁹ HACKMANN, G. L. B. A identidade presbiteral depois do Vaticano II, p. 1100.

²²⁰ HACKMANN, G. L. B. A identidade presbiteral depois do Vaticano II, p. 1104.

Como visto, o tema é relevante e desde o Concílio aparece em diferentes contextos. A frequência com que é tratado mostra sua atualidade e importância no cenário eclesial e no ambiente da reflexão teológica.

No documento final do Sínodo, Papa Francisco não acolhe a proposta dos *virī probati* e mantém a disciplina do celibato para este contexto pastoral. O documento expõe a especificidade do ministro ordenado a partir dos sacramentos da Eucaristia e Penitência, afirmando que “nestes dois sacramentos, está o coração da sua identidade exclusiva”. O texto traz como embasamento a carta *Sacerdotium ministeriale*, da Congregação para a Doutrina da Fé; na Carta Apostólica *Mulieris dignitatem*; *Summa Theologiae* de Santo Tomás de Aquino; *Presbyterorum ordinis* e Carta Encíclica *Ecclesia de Eucharistia*²²¹.

Deste documento, chamamos atenção para a interconexão entre atitude pastoral e doutrina. Algo que pode ser vista também na dimensão teológica do Ano Sacerdotal, na qual elementos da concepção teológica de Ratzinger marcaram a abordagem pastoral. Não há condições de descer nesta complexa relação, até porque este trabalho tem o objetivo bem claro de analisar o desenvolvimento da teologia conciliar sobre os presbíteros no período pós-conciliar. Contudo é válido alertar para a riqueza da relação entre doutrina, pastoral e reflexão teológica e de como uma influencia a outra no tratamento sobre o presbiterado.

3.1.12

Interação entre reflexão magisterial e teológica

Nesta primeira parte do capítulo se expôs uma síntese dos documentos do magistério universal de maior impacto no desenvolvimento da teologia do ministério ordenado. Agora se tem uma visão mais ampla do caminho que a Igreja percorreu na aplicação da reflexão conciliar. Para favorecer esta visão de conjunto, é proposta aqui uma breve conclusão desta primeira parte, tentando desenhar um quadro mais abrangente, que possibilite uma imersão na reflexão teológica que será apresentada na sequência.

Sem diminuir a importância de cada documento, é possível identificar dois momentos principais que concentram a reflexão: o Sínodo de 1971 e o Sínodo de 1990, a partir dos seus respectivos documentos pós-sinodais: *Ultimus temporibus* e

²²¹ QA, 88.

Pastores Dabo Vobis. A profundidade e clareza com que exprimem o contexto histórico-teológico permite entendê-los como sendo as duas colunas que sustentam uma série de elementos para a reflexão teológica. O contrário também deve ser considerado: estes dois documentos pós-sinodais parecem integrar elementos das diferentes correntes teológicas que serão vistas a seguir.

A partir do que já foi exposto sobre cada documento, parece importante destacar a necessidade de manter uma tensão dialética entre os elementos cristológicos e elementos eclesiológicos²²². A articulação entre cristologia e eclesiologia afasta os riscos de um “cristomonismo” – quase identificação entre o sacerdote ordenado e Cristo – e do “eclesiomonismo” – uma Igreja como realidade absoluta da qual deriva o ministério²²³. Esta questão revela que atrelada à identidade do presbítero encontra-se um forte elemento relacional.

Assim se pode compreender a conotação essencialmente “relacional” da identidade do presbítero: mediante o sacerdócio, que brota das profundezas do mistério de Deus, ou seja, do amor do Pai, da graça de Jesus Cristo e do dom de unidade do Espírito Santo, o presbítero é inserido sacramentalmente na comunhão com o Bispo e com os outros presbíteros²²⁴.

Como visto no estudo do decreto *Presbyterorum ordinis*, a reflexão sobre os presbíteros nasce a partir do aprofundamento teológico sobre o episcopado, portanto, este caráter relacional está na raiz das discussões sobre o presbiterado. A luz desta realidade, entende-se que *Ultimus temporibus* e *Pastores Dabo Vobis* colaboraram de modo decisivo para um reposicionamento da teologia do presbiterado, articulando elementos clássicos com o novo contexto teológico. Outro elemento importante que nasce da observação dos documentos magisteriais é a saída de uma crise de identidade teológica para uma crise de identidade pastoral.

Meio século após a conclusão do Vaticano II, o problema dos presbíteros não é mais o da “crise da identidade teológica”, como no período da recepção imediata do concílio e nos anos 70 do século passado, mas parece um pouco com o de uma “crise de identidade pastoral”, ou seja, a dificuldade de viver praticamente a harmonia entre as várias tarefas decorrentes do ministério²²⁵.

²²² LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 143.

²²³ LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 143.

²²⁴ LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 144.

²²⁵ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 400.

No entanto, isto não quer dizer que a preocupação com a teologia da ordem tenha decaído; na verdade, em meio às concepções teológicas está logicamente atrelado o problema da identidade pastoral do ministro ordenado.

3.2

A teologia do presbiterado na reflexão teológica

O marco temporal deste trabalho compreende o encerramento do Concílio Vaticano II até hoje e tem como foco uma visão ampla sobre o desenvolvimento do tema em linhas gerais no período pós-conciliar. Para este fim, é importante considerar uma visão global do tema a partir das principais linhas da reflexão teológica.

A partir do encerramento do Concílio Vaticano II uma série de estudos foram compondo o quadro bibliográfico do assunto. Desde a reflexão a nível universal até a realização de simpósios, seminários sobre o tema em diferentes realidades locais. Os trabalhos de pesquisa têm se acumulado nestas últimas décadas, sobretudo em momentos quando o tema foi tratado com maior densidade pelo Magistério, para citar: O Sínodo dos bispos de 1971 e 1990, o Ano Sacerdotal em 2010 e o mais recente Sínodo sobre a Amazônia em 2019²²⁶. Muitas obras teológicas têm se ocupado sobre a recepção do tema no pós-concílio, ora reforçando os aspectos novos surgidos do debate conciliar e defendendo um rompimento com determinadas concepções pré-conciliares, ora lendo os avanços do concílio numa continuidade com as concepções pré-conciliares. A complexidade do tema exige uma postura prudente diante destes posicionamentos sobretudo se o objetivo é entender o desenvolvimento da teologia conciliar.

Talvez nenhum outro documento do Vaticano II tenha sido recebido de forma mais atormentada do que o *Presbyterorum ordinis*: poucos anos após a conclusão das obras conciliares, de fato, a contestação colocou em jogo a mesma figura do presbítero, obrigando a um trabalho de releitura dos fundamentos do ministério ordenado²²⁷.

²²⁶ Quando a questão é tratada a partir do Magistério foram citados uma série de documentos e eventos eclesiais de relevância universal e local, não será repetido aqui a relação deles. No entanto, é relevante o fato de provocarem a reflexão teológica e serem importantes indicadores de concentração do debate teológico em determinado contexto.

²²⁷ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 327.

Em virtude deste quadro complexo não será aprofundada a pesquisa a partir de teólogos, mas estes serão agrupados em dois principais polos de debate: cristológico e eclesiológico e a partir deles citar determinados posicionamentos teológicos. Os dois polos foram centro de importantes reflexões magisteriais e teológicas²²⁸, isto fornece uma base segura para expor os dados da pesquisa. Além disto, entende-se que para uma análise mais relevante a ser realizada no último capítulo é importante concentrar a pesquisa nestas áreas comuns tratadas pelo Magistério e pela teologia, a fim de melhor perceber o desenvolvimento temático.

Na análise dos dois polos será seguida a síntese e estruturação de Castellucci²²⁹. O autor trata do polo cristológico e polo eclesiológico, subdividindo-os em duas perspectivas. Na cristologia há um grupo que se liga mais ao culto e outro à missão e representação. Na eclesiologia, seguindo a nomenclatura adotada por Castellucci, há uma “perspectiva moderada” e outra chamada de “perspectiva radical”. Maior ênfase receberá a perspectiva de missão ligado ao polo cristológico e a perspectiva moderada do polo eclesiológico, visto que são os dois posicionamentos com maior ressonância nos documentos magisteriais. Foi escolhido um representante de uma cristologia ligada à missão e outro representante de uma eclesiologia moderada, respectivamente, Joseph Ratzinger e Francisco Taborda. O primeiro, é apresentado com profundidade por algumas das fontes sobre o assunto²³⁰; o segundo é referência no Brasil, reconhecido no estudo sobre ministérios ordenados e com importantes publicações²³¹.

²²⁸ A análise a partir dos chamados polo cristológico e polo eclesiológico, aparece em muitas obras teológicas consultadas, por isso a escolha em centrar a reflexão nestes dois elementos. CASTELLUCCI, E. *Il ministero presbiterale da Presbyterorum ordinis a oggi*, nº 1-10; CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 328-333; LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 129, 136-137, 138, 141-144; MARTÍNEZ, N. L. *Presbyterorum Ordinis y Vaticano II*, p. 638; HACKMANN, G. L. B. A identidade presbiteral depois do Vaticano II. *Horizonte: Revista de estudos de teologia e ciências da religião da PUC Minas, Belo Horizonte*, v. 9, n. 24 (Especial), p. 1090-1112, dez. 2011, p. 1100; SCORDATO, C. *Teologia del Presbiterato: orientamenti teologici postconciliari*. SORCI, P (ed.). *Il presbitero nella Chiesa: dopo il Vaticano II*. Trapani: Il Pozzo di Giacobbe, 2005. p. 145-196. Taborda não traz estes nomes, mas fala em “concepção pneumatológico-ecclesial” e “concepção cristológico-individualista”. A ideia é a mesma. (TABORDA, F. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*. São Paulo: Paulus, 2016).

²²⁹ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 327-333.

²³⁰ GAGLIARDI, M. A doutrina católica sobre o sacerdócio ministerial, antes, durante e depois do Concílio Vaticano II, cap. 3, § 3 e 4.; CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 328-330.

²³¹ Neste trabalho a atenção é dada a duas de suas obras: TABORDA, F. *A Igreja e seus ministros: uma teologia do ministério ordenado*. São Paulo: Paulus, 2016; TABORDA, F. *O ministério eclesial à luz da atuação de Jesus a propósito do Ano Sacerdotal*. *Perspectiva Teológica*, v. 42 n. 116, p. 13-43, 2010. Disponível em:

3.2.1 Polo cristológico

No polo cristológico destacam-se dois grupos, um mais ligado a perspectiva de culto, que privilegia a leitura do ministério ordenado a partir do conceito de sacerdócio, e outro mais próximo da perspectiva da missão, ligado a questão pastoral e que desenvolve a categoria de representação.

Dentre o primeiro grupo há aqueles que se colocam mais distantes de elementos da *Presbyterorum ordinis* e estabelecem uma relação direta entre o ministro ordenado e o sacerdócio de Cristo. Tais interpretações vão na linha de uma estreita relação entre ambos, a ponto de entender o próprio ministro ordenado como mediador entre Deus e os homens. Há uma valorização do conceito de sacerdócio-vítima. Nesta visão a Eucaristia é o aspecto central do ministério. O livro de Hebreus é uma referência constante. Embora não fale de outros cristãos com categorias sacerdotais, exprime com clareza o que é o sacerdócio cristão. Esta abordagem confere uma quase identificação do ministro ordenado com Cristo, e com isso a doutrina do sacerdócio comum dos fiéis parece ficar segundo plano.

O limite observado por diversos estudiosos recentes consiste no fato de alguns representantes dessa orientação teológica entenderem o *munus sanctificandi* como o “ser” do presbítero e os munera *docendi et regendi* apenas como o “fazer”, pondo em risco a unidade entre os tria munera. Essa aplicação do modelo sacral ou sacerdotal da teologia do presbiterato não coincide perfeitamente com os textos sobre o presbiterato do Vaticano II, que falam da supremacia do *munus sanctificandi*, mas não o separam claramente dos outros dois munera²³².

Ainda na linha cristológica, há um segundo grupo que entende a missão de Cristo como ponto de partida da teologia do sacramento da ordem. Dentre estes teólogos está Joseph Ratzinger²³³. Sua leitura cristológica da Ordem passa pela

<<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/293/548>> Acesso em: 16 jun. 2020.

²³² GAGLIARDI, M. A doutrina católica sobre o sacerdócio ministerial, antes, durante e depois do Concílio Vaticano II, cap. 3, § 2.

²³³ Para aprofundamento da teologia do presbiterato de Ratzinger utilizaremos: RATZINGER, J. Compreender a Igreja Hoje. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992; RATZINGER, J. *Ministerio y vida del sacerdote*. In: ORGANIZADORES. *Convocados en el Camino de la Fe: la Iglesia como Comunión*. Madrid: Ediciones Cristiandad, 2005, p. 159-180. Indicamos aqui outras duas obras que podem ser consultadas: RATZINGER, J. *Elementi di Teologia fondamentale. Saggi sulla fede e sul ministero*. Bréscia: Queriniana, 2005; RATZINGER, J. *Natura del sacerdozio*. In: La Chiesa. *Una comunità sempre in cammino*. Milão: Paoline, 1991, pp. 75-93.

dimensão de missão, e não em primeiro lugar do conceito de sacerdócio como ponto de união entre Cristo e o ministro ordenado. A leitura é feita na linha de uma autocompreensão do envio de Jesus pelo Pai. Aquele que é enviado, envia seus apóstolos, desta compreensão decorrem todas as formas de ministerialidade no NT. Para Ratzinger, a missão “constitui a natureza do ministério e o coloca em uma linha vicária em relação a Jesus: é sempre Cristo quem, presente no ministro, continua sua missão”²³⁴.

Fundamentando-se em Jo 7,16, e Jo 5,19.30²³⁵, Ratzinger²³⁶ afirma que Jesus, numa missão dada pelo Pai, “prega uma mensagem que não foi inventada por ele próprio”²³⁷, no entanto, o mesmo Cristo afirma: “Sem mim nada podeis fazer”²³⁸. Jesus anuncia uma doutrina que não é dele e envia os apóstolos dando a eles sua autoridade²³⁹. Com isso, Ratzinger expressa a ideia de que nada é de Jesus Cristo, tudo Ele recebe do Pai. A missão dos apóstolos é exercida na comunhão com este “nada” de Cristo, que é todo voltado para o Pai. O teólogo conclui que “esta ligação com o Senhor, que capacita o homem a fazer aquilo que não pode, mas o que o Senhor realiza, é sinônimo da estrutura sacramental”²⁴⁰. Uma imagem desta ideia é o exemplo de Agostinho. Este, ao tratar sobre a natureza do ministério sacerdotal, apresenta João Batista. “A missão do sacerdote é, pura e simplesmente, ser voz da Palavra”²⁴¹, que é Cristo.

Nesta linha da missão e do aspecto vicário de Cristo se abrem horizontes que rompem a polarização entre o aspecto ontológico e aspecto funcional. Esta abordagem encontra importante ressonância em PO 1, quando trata da natureza do presbiterado a partir da ligação Pai – Cristo – apóstolos – bispos – presbíteros. Até aqui está claro o caráter cristológico do sacerdócio, que segundo o autor, deve ser lido na perspectiva eclesial. Com relação ao caráter eclesial, este “não pode se separar de seu fundamento cristológico-trinitário”²⁴². Ratzinger entende que

²³⁴ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 329.

²³⁵ Na ordem, são estas as passagens: “Minha doutrina não é minha, mas daquele que me enviou” e “O Filho, por si mesmo, nada pode fazer”.

²³⁶ RATZINGER, J. Compreender a Igreja Hoje, p. 59-73.

²³⁷ RATZINGER, J. Compreender a Igreja Hoje, p. 63

²³⁸ Jo 15,5.

²³⁹ Mt 10,40; Jo 13,20.

²⁴⁰ RATZINGER, J. Compreender a Igreja Hoje, p. 64-65.

²⁴¹ RATZINGER, J. *Ministerio y vida del sacerdote*, p. 170.

²⁴² RATZINGER, J. *Ministerio y vida del sacerdote*, p. 171.

crisologia e eclesiologia são inseparáveis entre si: a ação de Deus cria o “povo de Deus” e o “povo de Deus” se transforma a partir de Cristo em “corpo de Cristo”, segundo a profunda interpretação que Paulo faz na carta aos Gálatas da promessa a Abraão. Ela foi feita – assim lê São Paulo o Antigo Testamento – “à descendência” de Abraão, portanto não a muitos, mas a um. A ação de Deus, segundo São Paulo, tem como objetivo que nós, os muitos, cheguemos a ser não simplesmente “um”, mas “de um”, na comunhão corporal com Jesus Cristo (Gal 3,16s.28).

Neste sentido compreende-se que a fé nunca é apenas relação subjetiva ou privada do fiel com Cristo, mas totalmente eclesial. Esta ideia abre caminho e confere contornos claros à relação entre presbíteros e bispo. A relação do presbítero necessariamente passa pela mediação da Igreja, na pessoa do Bispo. Os presbíteros estão “orientados para o bispo: eles o representam, agem em seu nome e por seu mandato”. A obediência, portanto, torna-se elemento central nesta relação.

A obediência eclesiástica torna-se concreta na obediência ao bispo. Não significa apenas uma obediência formal. “Consiste naquele que é em si mesmo obediente e que personifica Cristo obediente”²⁴³. A obediência ao bispo é obediência a Igreja universal, não apenas local, visto que ele representa a Igreja inteira. É uma obediência concreta.

Não obedecer a um Jesus que eu ou outros imaginamos a partir das Escrituras; assim eu obedeceria apenas às minhas próprias ideias preferidas e adoraria a mim mesmo na imagem de Jesus criada por mim. Não, obedecer a Cristo significa obedecer a seu corpo, a ele em seu corpo. [...] Só desta maneira chegará a ser real a refutação da autodivinização. Somente assim Adão será vencido dentro de nós e terá início o novo ser humano²⁴⁴.

A ideia de obediência deve combater uma concepção errada de liberdade, que colocou no centro os gostos pessoais, sendo o eu a última medida de todas as coisas.

Num tempo em que a emancipação é vista como o núcleo próprio da libertação e a liberdade aparece como sendo o direito de fazer tudo e somente aquilo que eu mesmo quero, o conceito de obediência está, por assim dizer, anatematizado. A obediência não somente foi eliminada de nosso vocabulário, mas até do nosso pensamento. Porém é justamente este conceito de liberdade que dá origem à incapacidade de relacionamento pessoal, à incapacidade de amar. Escraviza os homens. Por isso, a obediência, compreendida de forma correta, deve ser reabilitada e situada novamente no centro da espiritualidade cristã e sacerdotal²⁴⁵.

Até aqui fica claro no pensamento de Ratzinger a ideia de que a fidelidade do presbítero passa pela mediação da Igreja, na pessoa do Bispo e para que esta se

²⁴³ RATZINGER, J. *Ministerio y vida del sacerdote*, p. 172.

²⁴⁴ RATZINGER, J. *Ministerio y vida del sacerdote*, p. 173.

²⁴⁵ RATZINGER, J. *Ministerio y vida del sacerdote*, p. 173.

concretize a obediência é um valor fundamental, obediência que hoje não é compreendida em seu valor pela falsa noção de liberdade. Junto a esta noção eclesial, Ratzinger afirma a necessidade de se ter clareza quanto ao uso do termo “sacerdote”.

O teólogo aponta o risco de dessacralização provocado pelo abandono do termo sacerdote. O teólogo aponta para uma conexão interna entre sacerdócio do AT e NT. No cristianismo encontra-se o cumprimento do sacerdócio veterotestamentário. A partir da ressurreição Cristo é o novo Templo, não feito por mão humana. “Este templo vivo – Cristo – é ele mesmo o novo sacrifício, que tem no corpo de Cristo, a Igreja, seu hoje permanente. A partir dele e nele existe o verdadeiro ministério sacerdotal do novo culto”²⁴⁶. A partir disso deve-se afastar qualquer interpretação que defenda um rompimento pleno entre Antiga e Nova Aliança. Se assim o fosse, “o Novo Testamento não seria a realização, mas uma contraposição à Antiga Aliança; a unidade interna da história salvífica seria destruída”²⁴⁷. Nesta linha de pensamento compreende-se corretamente todo valor da herança cultural e sacerdotal que foi assumida e renovada no cristianismo.

Neste sentido, devemos dizer com decisão, e não envergonhados quase que pedindo desculpas: sim, o sacerdócio da Igreja é continuação e recepção do sacerdócio veterotestamentário, que, justamente na novidade radical e transformadora, encontra sua autêntica realização²⁴⁸.

Ratzinger mostra que esta concepção sacerdotal não é empecilho para compreensão do sacerdócio batismal. Santo Agostinho denomina os cristãos como servos de Deus. Para ele, os sacerdotes são servos dos servos e considera os batizados como seus senhores. Nesta compreensão de serviço Ratzinger traz a imagem bíblica do lava-pés, indicando que o sacerdócio cristão está em continuidade com este gesto. Sua grandeza se expressa na sua humildade²⁴⁹.

Seguindo a linha de uma cristologia moderada o teólogo Leo Scheffczyk defende o uso da categoria de representação e considera a perspectiva da missão como insuficiente, uma “vez que nada diria de específico sobre a relação entre os

²⁴⁶ RATZINGER, J. *Ministerio y vida del sacerdote*, p. 179.

²⁴⁷ RATZINGER, J. *Ministerio y vida del sacerdote*, p. 179.

²⁴⁸ RATZINGER, J. *Ministerio y vida del sacerdote*, p. 180.

²⁴⁹ RATZINGER, J. *Ministerio y vida del sacerdote*, p. 180.

apóstolos e Cristo, e optam pelo conceito de representação, típico da visão anterior ao Vaticano II, mas também recebida por ele”²⁵⁰.

De fato, o Vaticano II adota a concepção de *representatio*. “São sobretudo os escritos paulinos e joaninos que enquadram o apóstolo como aquele que de alguma forma torna presente Cristo que o enviou”²⁵¹. Sabendo que no NT, após os apóstolos, permanece a estrutura ministerial através da imposição das mãos, “pode-se concluir que a capacidade de representar Cristo continua sendo o cerne essencial e perene do ministério ordenado na Igreja”²⁵².

Entende-se então que a perspectiva moderada, ligada à missão, salvaguarda o conceito de sacerdócio comum dos fiéis e entende que o *proprium* do sacerdócio ministerial consiste “em tornar presentes e ativos os dons que a Igreja recebe constantemente do Senhor: a Palavra, os sacramentos e a caridade”. Seguindo a perspectiva conciliar os autores abandonam os termos *mediator* e *alter Christus*, devido ao fato de que poderiam gerar compreensões distorcidas e adotam a compreensão de que a *repraesentatio Christi*, é exercida *in persona Christi* e *in nomine Christi*²⁵³. “Nesse sentido, a posição cristológica moderada [...] reconhece plenamente alguns traços fundamentais da doutrina conciliar expressa no *Presbyterorum ordinis*”²⁵⁴.

3.2.2 Polo eclesiológico

No segundo posicionamento, de caráter eclesiológico, há um primeiro grupo, defensor de uma linha carismático-funcional, que conduz a absolutização do caráter eclesiológico, o que se pode chamar de perspectiva radical. Os defensores desta linha rejeitam qualquer ontologização do ministério ordenado e entendem a sacerdotalização ocorrida a partir do século III como um desvio daquilo que era vivido pelas primeiras comunidades. Predomina uma visão da Igreja como comunidade animada pelo Espírito Santo, que recebe dons e carismas para o serviço²⁵⁵. A partir deste dado a Ordenação não é compreendida como uma

²⁵⁰ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 330.

²⁵¹ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 329.

²⁵² CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 330.

²⁵³ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 330.

²⁵⁴ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 330.

²⁵⁵ 1 Cor 12,28; Rm 12,8.

uma consagração de cima, mas uma designação de baixo: a comunidade elege, ainda que temporariamente, um de seus membros em que discerne a presença do carisma de coordenação e animação dos dons que já possui toda a comunidade, enriquecida pelo Espírito²⁵⁶.

Outro dado importante desta linha é a seguinte compreensão: o que é transmitido aos Doze é válido apenas para eles ou é válido para toda Igreja. “Não existe, portanto, uma missão apostólica específica exercida na Igreja por uns aos outros”²⁵⁷. O que existe, segundo essa visão é a comunidade toda como realizadora da missão apostólica, numa visão mais democrática. Quanto ao ministério, é uma “expressão da comunidade e tem uma função de liderança, coordenando os carismas e presidindo seu anúncio e suas celebrações por delegação de baixo”²⁵⁸.

Não raro, além disso, algumas orientações teológicas propuseram-se à sistemática dessacralização e até à “desacerdotalização” do ministério presbiteral. O presbiterado foi interpretado preponderantemente, quando não exclusivamente, de modo funcional e não ontológico²⁵⁹.

Dentre os representantes desta interpretação²⁶⁰ democrática da Igreja está Hans Küng, que com a obra *Wozu Priester?*, de 1971, definia a Igreja como comunidade de igualdade, liberdade e fraternidade e visava um ministério puramente funcional e dessacralizado²⁶¹. Nos anos 80 duas obras de Edward Schillebeeckx suscitaram diversas reações. Ambas tratavam do tema da identidade dos presbíteros. A primeira, escrita em 1980, *Kerkelij ambt. Voorgangers in de gemeente van Jezus Christus*; a segunda em 1985, *Pleidooi voor mensen in der kerk: Christelijke identiteit em ambten in der kerk*²⁶². “Registre-se que a intenção de Schillebeeckx, ao escrever a obra de 1985, foi responder aos críticos da obra de

²⁵⁶ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 332.

²⁵⁷ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 331.

²⁵⁸ CASTELLUCCI, E. *Il ministero presbiterale da Presbyterorum ordinis a oggi*, nº 5.

²⁵⁹ GAGLIARDI, M. A doutrina católica sobre o sacerdócio ministerial, antes, durante e depois do Concílio Vaticano II, cap. 3, § 11.

²⁶⁰ Além dos autores citados no corpo do texto, elencamos estes: RAHNER, K. com as seguintes obras: *L'aggancio teologico per la determinazione dell'essenza del sacerdozio ecclesiastico*; *Considerazioni teologiche sulla figura del sacerdote di oggi e di domani*; *Sull'autocomprensione del sacerdozio ministeriale*; BOFF, L. Igreja: Carisma e poder.

²⁶¹ CASTELLUCCI, E. *Il ministero presbiterale da Presbyterorum ordinis a oggi*, nº 5.

²⁶² Essa obra está em português com o título: Por uma Igreja mais humana: identidade cristã dos ministérios. São Paulo: Paulinas, 1989. Hackmann, na nota de rodapé de um artigo que publicou afirma que segundo seu parecer o título está mal traduzido (HACKMANN, G. L. B. A identidade presbiteral depois do Vaticano II, p. 1100).

1980, que foram muitos”²⁶³. Nesta obra de 1985, Schillebeeckx defende uma concepção “mais eclesial-horizontal dos ministérios ordenados. O ministério do Novo Testamento é para ele essencialmente uma função orientadora”²⁶⁴, pois este

não se desenvolveu em torno da Eucaristia ou da liturgia, mas em torno da edificação apostólica da comunidade, por meio da pregação, da exortação e da direção. Não importa quantas variações tenham que sofrer, ministério e liderança andam de mãos dadas. Os ministros são guias, animadores e modelos de identificação evangélica da comunidade²⁶⁵.

Sua concepção dá a entender uma superioridade da perspectiva eclesiológica sobre a cristológica. Um exemplo disso é a defesa que faz da ideia “de uma presidência eucarística por não ordenados, quando esta for exigida por necessidades particulares”²⁶⁶. Sua posição teológica leva em consideração o direito das comunidades cristãs de receber a Eucaristia, dada a estreita ligação deste sacramento com a Igreja²⁶⁷.

Ainda na linha eclesiológica, há um segundo grupo de caráter mais moderado, que parte do conceito da Igreja como povo sacerdotal²⁶⁸. Não apenas os Doze, mas neles, toda Igreja é chamada a levar a salvação através do anúncio, celebração dos sacramentos e testemunho da caridade²⁶⁹. Na comunidade cristã há variados dons e carismas, dentre eles é exercido também o carisma de serviço à unidade. Segundo esta visão, a própria estrutura da comunidade cristã, animada pelos dons e carismas, exige a presença de um ministério hierárquico que preste o serviço da unidade. A existência deste ministério não provém unicamente de um mandato de Cristo, mas da própria natureza da estrutura carismática da Igreja²⁷⁰.

Taborda, seguindo esta linha moderada de interpretação eclesiológica afirma que “o ministro existe para a Igreja e, por isso, a Igreja vem primeiro”²⁷¹. Para o teólogo, entender o ministro como anterior a Igreja levaria a compreensão do ministro ordenado como aquele que é dotado de poder; sendo a Igreja compreendida

²⁶³ HACKMANN, G. L. B. A identidade presbiteral depois do Vaticano II, p. 1100-1101.

²⁶⁴ CASTELLUCCI, E. *Il ministero presbiterale da Presbyterorum ordinis a oggi*, nº 5.

²⁶⁵ SCHILLEBEECKX, E. *Pleidooi voor mensen in der kerk*, p. 135.

²⁶⁶ CASTELLUCCI, E. *Il ministero presbiterale da Presbyterorum ordinis a oggi*, nº 5.

²⁶⁷ Para aprofundamento pode ser lido o artigo de Antônio José De Almeida (ALMEIDA, A. J. Milhares de comunidades sem eucaristia interpelam o Sínodo da Amazônia, p. 585-616).

²⁶⁸ 1 Pd 2,5-9; Ap 1,6; 5,10; 20,6.

²⁶⁹ Mt 18,18-20.

²⁷⁰ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 332.

²⁷¹ TABORDA, F. A Igreja e seus ministros, 19.

em primeiro lugar, se dá espaço a comunidade eclesial, possuidora de carismas, dentre os quais o do ministro ordenado.

Na primeira parte da obra, numa abordagem a partir da Escritura e patrística o autor enfrenta a questão da nomenclatura. Jesus Cristo é o fim do sacerdócio veterotestamentário, fim tanto no sentido de “término” como de “meta”. Não há outro entre Deus e o homem, todos estão diante de Cristo. Desta forma, não há por que distinguir entre sagrado e profano. Se todos estão diante de Cristo, tudo é sagrado e profano ao mesmo tempo²⁷². Devido a esta ambiguidade, Taborda defende que o termo sacerdote não seja usado, especialmente com relação aos ministros. Para o autor, os dois conceitos que fundamentam a compreensão do ministro ordenado na Igreja é o modelo do Servo de YHWH e o modelo do Bom Pastor.

Não se designando sacerdote, Jesus qualifica a si próprio como Servo de YHWH, aquele cujo poder se afirmar na fraqueza e nesse sentido realiza sua missão. Temos assim a categoria-chave para explicitar a função ministerial no interior da Igreja: o modelo do ministro é o Servo de YHWH²⁷³.

Em continuidade com a ideia de Servo está o modelo do Bom Pastor, que na tradição joanina adquire os contornos próprios que a fez tão cara à Tradição da Igreja.

Para ser aplicada aos ministros da Igreja, a metáfora do pastor tem que ser lida à luz de dois textos da tradição joanina: Jo 10 e Jo 21. A alegoria do ‘bom pastor’ relê a figura do pastor a partir da função do Servo de YHWH, pois o ‘bom pastor’ entrega sua vida em prol de suas ovelhas²⁷⁴.

Desta compreensão se tiram as consequências para os inúmeros ministérios no NT. Há ministérios básicos (apóstolos, profetas, doutores) e outros responsáveis pela estruturação das comunidades, que se apresentam de modo diverso, mas que se influenciam mutuamente e se orientam para o tríplice ministério (epíscopos, presbíteros e diáconos)²⁷⁵. A partir deste fundamento, observa-se um desenvolvimento histórico da concepção de ministro ordenado. No primeiro

²⁷² TABORDA, F. A Igreja e seus ministros, 44.

²⁷³ TABORDA, F. O ministério eclesial à luz da atuação de Jesus a propósito do Ano Sacerdotal, p. 15.

²⁷⁴ TABORDA, F. A Igreja e seus ministros, 70.

²⁷⁵ TABORDA, F. A Igreja e seus ministros, 75-106.

milênio predomina a concepção pneumatológico-ecclesial, no segundo milênio a concepção cristológico-individualista.

Sua obra, na segunda e terceira parte irá se deter nos dados sistemáticos e litúrgicos, respectivamente. Especialmente na segunda parte, Taborda mostra a evolução de uma concepção pneumatológica-ecclesial, no primeiro milênio, para cristológico-individualista, no segundo milênio e a síntese realizada pelo Concílio Vaticano II. Na visão do primeiro milênio, dois elementos são importantes: o gesto sacramental da imposição das mãos e a prece de ordenação e a ligação do candidato a uma comunidade local. “Em vista desta comunidade impõe-se as mãos ao ordenando e por esta ‘incardinação’ a tal comunidade local a imposição das mãos adquire sentido”²⁷⁶.

No segundo milênio há a predominância da concepção cristológico-individualista. A imposição das mãos é tirada do contexto local e recebe certa autonomia. A ordenação válida pressupõe unicamente matéria e forma. Nesta visão o sacerdote recebe na ordenação o poder de ordem e não de jurisdição, que cabe ao bispo. Com isto estabelece-se a diferença entre ambos. Por consequência, o episcopado é visto como título. A Eucaristia é central e o valor da comunidade é relativizado. Estabelece-se assim uma distância entre o sacerdote e os leigos, logo, entre sacerdotes e comunidade. A estruturação desta concepção do segundo milênio se dá desta forma: Cristo – ministro – comunidade. Esta visão é cristalizada pelo Concílio de Trento, que irá combater a Reforma. A partir da valorização do sacerdócio comum, os protestantes negariam a especificidade teológica do ministro ordenado²⁷⁷. Caberá portanto ao Vaticano II procurar uma integração entre as duas visões e a partir dela procurar um caminho que “privilegie a perspectiva pneumatológico-ecclesial e leia a partir dela a perspectiva cristológico-individualista do segundo milênio”²⁷⁸.

O Concílio Vaticano II promove uma síntese superando a concepção medieval em três pontos: a dicotomia entre poder de ordem e poder de jurisdição integrados no poder sagrado, que é entendido a partir do tríplice múnus e a visão do

²⁷⁶ TABORDA, F. A Igreja e seus ministros, 108.

²⁷⁷ TABORDA, F. A Igreja e seus ministros, 112-119.

²⁷⁸ TABORDA, F. A Igreja e seus ministros, 133.

ministério a partir do episcopado. Entretanto, para Taborda, esta conquista ainda não foi suficientemente “recebida” nos anos posteriores²⁷⁹.

Taborda propõe uma teologia do ministério ordenado que privilegia a perspectiva pneumatológica-ecclesial e a partir dela integre a cristológica-individualista. Seu pensamento é expresso na conceituação de Igreja local/particular e de ministério ordenado. Com relação a Igreja local/particular, o teólogo, recuperando o Concílio Vaticano II expõe os quatro elementos estruturais da Igreja particular. “Estes elementos poderiam ser articulados da seguinte forma: a Igreja local é congregada no Espírito Santo por meio do Evangelho e dos sacramentos em comunhão com seu pastor”²⁸⁰. O Espírito Santo é o que edifica, isto implica no reconhecimento da Igreja como um “nós” dos cristãos. Todos cooperam no crescimento da Igreja local. “Nela (e não acima dela) é que se coloca a função dos ministros ordenados que, por indispensáveis que sejam, não são autossuficientes”²⁸¹.

O ministro ordenado deve ser compreendido a partir da realidade da Igreja local. Nela e por ela (através da fé, pregação e testemunho dos cristãos) o Espírito suscita carismas e o ministério. O ministro é representante da Igreja,

mas, embora escolhido de forma humana, não representa a Igreja por delegação humana, senão que por obra do Espírito de Cristo. Neste sentido, o ministro é representante da Igreja por encargo de Cristo, em nome de Cristo. O ministro está na comunidade, não vem simplesmente de fora, de outra esfera da realidade, mas está por seu ministério diante da comunidade, representa a Cristo pela virtude do Espírito Santo²⁸².

Esta compreensão traz como consequência a ideia fundamental de que o ministro só pode representar a Cristo estando inserido na fé e na comunhão da Igreja e, portanto, estando na comunidade. Nesta relação entre Igreja e ministro ordenado é necessário considerar não apenas esta visão sincrônica, e sim uma visão diacrônica: “o ministério está na Igreja dentro de uma sucessão” e se configura em

²⁷⁹ TABORDA, F. A Igreja e seus ministros, 129.

²⁸⁰ TABORDA, F. A Igreja e seus ministros, 141. É importante destacar que Taborda realiza uma inversão dos quatro elementos apresentados nos documentos conciliares. Segue transcrição da sua nota de rodapé: “Devido ao contexto, o decreto *Christus Dominus* põe os quatro elementos numa ordem diferente da acima proposta: *pastori suo adhaerens ab eo per Evangelium et Eucharistiam in Spiritu Sancto congregata* (unida a seu Pastor e reunida por ele no Espírito Santo por meio do Evangelho e da eucaristia). Evidentemente o Espírito Santo é o fator fundamental, mas atua de forma encarnatória através do triplice múnus confiado ao bispo: reger (“unida a seu Pastor e reunida por ele”), ensinar (“por meio do Evangelho”) e santificar (“... e da Eucaristia”).

²⁸¹ TABORDA, F. A Igreja e seus ministros, 142.

²⁸² TABORDA, F. A Igreja e seus ministros, 157.

comunhão com a Igreja através dos séculos. O ministério é exercido numa realidade concreta, e a comunhão dever ser realizada numa Igreja local que o insere na Tradição, através da sucessão apostólica.

Após um olhar mais apurado para a teologia do ministério ordenado de Taborda, trazemos aqui, a partir de Castellucci²⁸³, outros dois teólogos que forneceram importantes elementos para a reflexão magisterial e teológica: Yves Congar e Gisbert Greshake.

O primeiro sobressai como um dos principais teólogos da abordagem eclesiológica moderada. A teologia do ministério da ordem seguida por Congar traz a ministerialidade como conceito chave. A partir dela a transformação ontológica do ministro ordenado é posta linha do serviço à comunidade cristã²⁸⁴.

Se até o Vaticano II, afirma o teólogo dominicano, a ordem na teologia católica dependia apenas da cristologia ou era inteiramente delegada aos canonistas, após o concílio já não se pode prescindir da eclesiologia. A porta de entrada no ministério já não será Cristo diretamente, mas a Igreja como comunidade inteiramente sacerdotal. É nesta linha que, em sua opinião, deve ser recuperada a teologia do caráter como afirmação do valor definitivo do sacramento recebido: isto é, não a transformação de um cristão em super-cristão, mas a qualificação permanente de exercer em nome de Cristo os atos de seu ministério messiânico. Assim, Congar, longe de negar a distinção essencial da ordem e do batismo, coloca-o na linha da ministerialidade: o cristão ordenado é transformado ontologicamente em ministro do Senhor, não para si mesmo, mas para a comunidade cristã.²⁸⁵

Próxima a abordagem de Congar está a de Gisbert Greshake, chamada de “fundamentação trinitária” ou escatológica, que reagiu à visão eclesiológica funcional. Esta concepção une a representação de Cristo e a representação da comunidade através da dimensão trinitária.

Assim se estabelece a interseção entre a autoridade e o poder de Cristo (*auctoritas e potestas*), fruto da representação de Cristo (*in persona Christi*), e o carisma na comunidade eclesial (*communio*), fruto da representação do Corpo de Cristo (*in persona ecclesiae*). Portanto, em Cristo (*in persona Christi*) o presbítero representa a cabeça da Igreja e na comunidade (*in persona ecclesiae*) o Corpo de Cristo congregado e plenificado de sua vida por meio do Espírito Santo²⁸⁶.

A articulação entre os conceitos teológicos de *in persona Christi* e *in persona Ecclesiae* parece ser um possível caminho para aprofundar a identidade dos

²⁸³ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 330-333.

²⁸⁴ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 332.

²⁸⁵ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 331-332.

²⁸⁶ HACKMANN, G. L. B. A identidade presbiteral depois do Vaticano II, p. 1101.

presbíteros a partir do diálogo entre eclesiologia e cristologia. Tal caminho adquire maior força se lembrarmos que esta é a visão que o Magistério adotou a partir da *Pastores Dabo Vobis*²⁸⁷.

Saindo desta análise dos dois polos, cabe uma palavra sobre outros aspectos relevantes para o contexto histórico-teológico do tema. Desde a década de 90 o Magistério, recolhendo estas importantes contribuições da reflexão teológica, estabeleceu melhores relações entre o polo cristológico e polo eclesiológico. A partir disto, outra preocupação passa a ser observada: deixa-se de lado a questão da identidade teológica do presbítero e questões práticas e pastorais passam a tomar espaço na discussão.

Hackmann, observando o contexto brasileiro, constata que houve um deslocamento da questão teológica para a questão pastoral. Temáticas teológicas parecem não ter o mesmo espaço que tinha nos anos 70 e 80. Nesta mesma linha, partindo do contexto europeu, Castellucci, realiza a mesma leitura, mas com nuances diferentes. O primeiro apresenta que

no caso específico do Brasil, [...] o interesse da literatura teológica sobre o ministério presbiteral passou do enfoque teológico, das décadas de 1970 e 1980, para a abordagem de questões práticas da vida do presbítero, na década de 1990. O número de publicações também caiu, não contando, hoje, mais do que 50-70 títulos. Hoje o tema é a “experiência vivida”, ao passo que aquela versava sobre questões teológicas. O novo enfoque tem propiciado pesquisas sociológicas e não estudos teológicos²⁸⁸.

O segundo, analisa de modo semelhante, mas vai além afirmando a existência de uma “crise de identidade pastoral”. Para ele, “esta nova frente não é mais sobre questões radicais sobre a razão de ser teológica do ministério, mas gira em torno de sua configuração pastoral”²⁸⁹. As causas são variadas, mas inicialmente percebe-se um deslocamento da atenção para o próprio presbítero: com a busca da atenção pessoal; a preocupação com a distância entre o ideal de Igreja e a realidade atual do catolicismo²⁹⁰; além disso, há problemas de ordem psicológica, cultural e

²⁸⁷ “O presbítero, de fato, em virtude da consagração que recebe pelo sacramento da Ordem, é enviado pelo Pai, através de Jesus Cristo, ao qual como Cabeça e Pastor do seu povo é configurado, de modo especial, para viver e atuar, na força do Espírito Santo, ao serviço da Igreja e para a salvação do mundo. [...] Não se pode, então, definir a natureza e a missão do sacerdócio ministerial, senão nesta múltipla e rica trama de relações, que brotam da Trindade Santíssima e se prolongam na comunhão da Igreja como sinal e instrumento, em Cristo, da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (PDV, 12).

²⁸⁸ HACKMANN, G. L. B. A identidade presbiteral depois do Vaticano II, p. 1103.

²⁸⁹ CASTELLUCCI, E. *Il ministero presbiterale da Presbyterorum ordinis a oggi*, nº 6.

²⁹⁰ HACKMANN, G. L. B. A identidade presbiteral depois do Vaticano II, p. 1103.

pedagógica, esta última relacionada a formação nos seminários²⁹¹, que tem afetado profundamente os ministros ordenados e ganhado atenção também na reflexão teológica.

Como vimos, as questões relacionadas ao presbiterado são variadas. Muitas temáticas merecem atenção hoje, tais como: questões psicológicas, administrativas, pastorais e morais. Contudo, um dos temas que tem ganhado espaço é o relacionado ao surgimento dos chamados “padres novos”. A reflexão foi enriquecida com a recente publicação dos resultados de uma pesquisa de campo feita no Brasil. Na obra “O novo rosto do clero: perfil dos padres novos no Brasil”, Agenor Brighenti com ajuda de especialistas, analisa o perfil de padres formados sobretudo nos últimos vinte anos. O estudo não se limita a um olhar sobre os novos membros do clero, mas inclui também padres ordenados nas décadas anteriores, leigos e religiosos. Três linhas norteiam a exposição dos dados: 1. A visão de mundo dos católicos no Brasil e o perfil dos “padres novos”; 2. A visão de Igreja dos católicos no Brasil e o perfil dos “padres novos”; 3. A visão dos católicos no Brasil sobre o ministério presbiteral e o perfil dos “padres novos”. São elementos de fundamental importância, pois estão no horizonte de compreensão da Igreja e dos presbíteros hoje.

Com esta aproximação teológica da problemática do presbiterado há a possibilidade de estabelecer um quadro comparativo entre o decreto sobre os presbíteros do Concílio Vaticano II e o desenvolvimento de sua teologia a partir dos citados documentos magisteriais e concepções teológicas.

²⁹¹ “Não me arrisco a identificar as causas desta “crise de identidade pastoral”; sem dúvida devemos procurá-las em diferentes direções, tais como: a tão proclamada fragilidade psicológico e afetivo do mundo juvenil, talvez mais capaz de impulsos generosos e menos de doação constante; a complexidade e a fragmentação da nossa cultura, na qual é tão difícil orientar-se, discernir o bem do mal e permanecer fiel ao Evangelho; o esforço de alguns seminários em implantar cursos de formação que, por um lado, evitem o retorno ao modelos cúlticos e sacros e, por outro, evitam acomodação “burguesa” aos ventos culturais da moda...”. (CASTELLUCCI, E. *Il ministero presbiterale da Presbyterorum ordinis a oggi*, nº 6).

4

Uma análise de elementos do Concílio presentes no pós-concílio

Analisar os elementos conciliares sobre o presbiterado presentes no pós-concílio é um empreendimento ousado. Sabendo dos riscos da necessária delimitação das fontes de pesquisa realizada nos capítulos dois e três, neste quarto capítulo empreende-se o esforço de realizar uma análise a partir dos dados apresentados anteriormente.

Antes de qualquer análise são necessárias algumas considerações sobre os diferentes polos teológicos vistos ao longo da pesquisa²⁹², visto que são grande fator de influência na elaboração teológica do concílio e permanece no período pós-conciliar.

É preciso recordar que não foi a Reforma, o Concílio de Trento, o Concílio Vaticano II ou os movimentos teológicos pré-conciliares no século XX a origem de uma concepção mais cultural e outra mais missionária ou pastoral.

Esta diversidade de acentos responde a complexa realidade do ministério ordenado tal como foi configurado ao longo da história. Mais concretamente, as concepções de ministério que viemos esboçando estariam representadas emblematicamente por dois modelos que vem desenvolvendo-se desde a Igreja antiga: o modelo sacerdotal do Pseudo-Dionísio, que vê o ministro como mediador da graça entre Deus e os homens, e o modelo pastoral de Santo Agostinho, que contempla o ministro como pastor da comunidade cristã. Assim, em vez de insistir na sua oposição dialética, parece-nos preferível elaborar uma concepção de síntese que respeite e articule as várias dimensões do sacramento²⁹³.

O fato de as duas concepções virem desde a Igreja Antiga não exclui o dado de que as diferenças teológicas podem ser mais agudas conforme se privilegie uma ou outra hermenêutica dos textos conciliares.

Na raiz desta disparidade de pontos de vista, pode haver outros pressupostos mais gerais, como, por exemplo, a hermenêutica dos textos conciliares. Assim, enquanto alguns - como M. Gagliardi - consideram que o Vaticano II nada mais fez do que confirmar a doutrina "bimilenar" (sic) da Igreja sobre o sacerdócio ministerial, outros - como os dominicanos holandeses - pensam que o Concílio inverteu o modelo piramidal da Igreja que o sustentava e abriu a porta para novas configurações²⁹⁴.

²⁹² Foi visto no capítulo segundo que dois posicionamentos se destacam no Vaticano II: um cultural e outro missionário. No pós-concílio, estudado no capítulo terceiro, os documentos magisteriais e os autores estudados permite afirmar a existência de um polo cristológico e outro eclesiológico. Parece ser a mesma polarização que perpassa os dois períodos.

²⁹³ MARTÍNEZ, J. M. H. *La teología del ministerio ordenado hoy entre Escila y Caribdis*, p. 162.

²⁹⁴ MARTÍNEZ, J. M. H. *La teología del ministerio ordenado hoy entre Escila y Caribdis*, p. 162.

Além de considerar que há elementos distintos desde os primórdios da fé cristã e de que determinadas hermenêuticas priorizam este ou aquele elemento, é preciso ponderar outros dois fatores que influem na análise sobre o desenvolvimento da teologia do presbiterado: o *aggiornamento*, que abre o debate sobre o que é essencial e o que pode ser mudado no ministério ordenado e a consideração de desdobramentos históricos que acentuam uma ou outra concepção de ministério ordenado. Como por exemplo, o forte acento doutrinal e cultural em Trento como reação à Reforma protestante. Por isso, é válida a pergunta: que eventos condicionaram o desenvolvimento da teologia do presbiterado no pós-concílio?

Para que este trabalho alcance seu fim, a atenção concentra-se primeiramente em dois momentos, levando em conta o que foi exposto nos capítulos dois e três. Em primeiro lugar, uma síntese das principais contribuições da PO (a partir do capítulo dois). Em segundo lugar, um levantamento dos fatores histórico-teológicos que possam ter provocado diferentes acentuações na teologia do presbiterado no pós-concílio (a partir do capítulo três). Num terceiro momento, será possível articular os elementos teológicos com os possíveis condicionamentos históricos e entender como a teologia do presbiterado do Concílio Vaticano II se desenvolveu até hoje.

4.1

Síntese das contribuições da *Presbyterorum Ordinis*

A polarização entre uma visão e outra na teologia do presbiterado é antiga. É próprio da teologia manter esta tensão. Não se quer aqui limitar a contribuição deste trabalho a uma simples tomada de posição entre uma e outra visão, mas a partir destes diferentes posicionamentos abrir horizontes para reflexão.

O decreto sobre os presbíteros conseguiu harmonizar os distintos posicionamentos teológicos. Esta harmonia alcançada na elaboração de PO deve ser um marco teológico importante que indica caminhos seguros para uma enriquecedora reflexão a respeito do desenvolvimento teológico do presbiterado. A partir disto é possível elencar as principais contribuições do decreto.

A exegese do texto conciliar realizada no item 2.2 permitiu a identificação de cinco chaves interpretativas da PO no item 2.3. O elenco destas cinco ideias centrais

foi realizado a partir de Castellucci²⁹⁵. Seu estudo é referência importante. La Delfa²⁹⁶, em um artigo consistente já citado neste trabalho embasa sua leitura justamente nas contribuições teológicas de PO expressas por Castellucci²⁹⁷. Tal aproximação entre dois importantes autores confere segurança para firmar aqui as grandes contribuições do decreto conciliar sobre os presbíteros: 1. O presbiterado entendido em chave missionária; 2. O tríplice múnus; 3. O reenquadramento do conceito de sacerdote a partir da compreensão presbiteral; 4. centralidade do conceito da ação em *in persona Christi* e 5. reciprocidade entre santidade e ministério. Estas cinco contribuições do decreto são como os frutos de uma raiz comum, que é a integração entre a dimensão cristológica e eclesiológica.

A necessária aproximação entre a dimensão cultural e dimensão missionária, a primeira tendo como núcleo elementos mais ligados à cristologia e a segunda elementos mais ligados eclesiologia, possibilitaram o desenvolvimento da teologia do presbiterado no Concílio Vaticano II.

Antes de adentrar na síntese das cinco contribuições, uma importante consideração de linguagem precisa ser feita. Deste ponto será adotada em alguns momentos a seguinte nomenclatura para se referir aos dois polos: cultural-cristológico de um lado e missionário-eclesial do outro. Embora esta reflexão esteja bem delimitada a um período histórico, com esta linguagem se quer acentuar o posicionamento da temática em um nível mais abrangente. A adoção desta linguagem também facilita a exposição do conteúdo.

A primeira contribuição faz ver que o Concílio elaborou a teologia da ordem na perspectiva missionária-eclesial. Se Trento elaborou a doutrina sobre o sacerdócio a partir da visão sacramental – sacrificial: da Eucaristia à Ordem. O Vaticano II expõe sua doutrina, sem negar Trento, em uma perspectiva mais global. O foco agora é missionário-eclesial: da missão da Igreja à ordem. “A novidade [...] na doutrina conciliar do padre é a sua recolocação no âmbito da missão de toda a Igreja, da qual o Bispo representa a imagem paradigmática”²⁹⁸. A dimensão cultural-cristológico é claramente recolocada a partir da ideia de serviço ao anúncio da

²⁹⁵ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 317-326.

²⁹⁶ LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 131-132.

²⁹⁷ CASTELLUCCI, E. *Il Ministero Ordinato*, p. 246-247.

²⁹⁸ LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 132-133.

Palavra, afastando certa concepção de tendência individualista, como se o ministério sacerdotal estivesse isolado da ação eclesial e bastasse a si mesmo.

A segunda contribuição diz respeito ao tríplice *múnus*. A interação entre cristologia e eclesiologia aparece de modo claro ao contribuir para a harmonia entre os aspectos cultural, proveniente da *potestas ordinis*, e do anúncio e orientação pastoral, provenientes da *potestas iurisdictionis*. A teologia conciliar diluiu o dualismo eclesiológico sob a qual se fundamentava a distinção da atividade da Igreja em duas *potestates* e reconduziu os três aspectos ao sacramento da ordem. Culto, anúncio e orientação pastoral estão agora enxertados no sacramento da ordem e são expressão do “vínculo ontológico que a ordenação estabelece entre o presbítero e Cristo e, conseqüentemente, entre o presbítero e o bispo”²⁹⁹. Percebe-se aqui uma valorização da dimensão cristológica que favorece uma maior clareza da dimensão eclesiológica. O sacramento da Ordem é compreendido como a origem dos três *múnus* e isto se dá pela vinculação ontológica presbítero-Cristo e presbítero-bispo.

A terceira contribuição trata do reenquadramento do conceito de sacerdote a partir da compreensão presbiteral. Em PO 2 é claramente recuperada a doutrina de Trento sobre o sacerdócio e agora atualizada na perspectiva da renovação eclesiológica, que parte da missão de todos os batizados.

O mesmo Senhor, porém, para que formassem um corpo, no qual “nem todos os membros têm a mesma função” (Rom. 12,4), constituiu, dentre os fiéis, alguns como ministros que, na sociedade dos crentes, possuísem o sagrado poder da Ordem para oferecer o Sacrifício, perdoar os pecados e exercer oficialmente o ofício sacerdotal em nome de Cristo a favor dos homens. E assim, enviando os Apóstolos assim como Ele tinha sido enviado pelo Pai, Cristo, através dos mesmos Apóstolos, tornou participantes da sua consagração e missão os sucessores deles, os Bispos, cujo cargo ministerial, em grau subordinado, foi confiado aos presbíteros, para que, constituídos na Ordem do presbiterado, fossem cooperadores da Ordem do episcopado para o desempenho perfeito da missão apostólica confiada por Cristo. O ministério dos sacerdotes, enquanto unido à Ordem episcopal, participa da autoridade com que o próprio Cristo edifica, santifica e governa o seu corpo. Por isso, o sacerdócio dos presbíteros, supondo, é certo, os sacramentos da iniciação cristã, é, todavia, conferido mediante um sacramento especial, em virtude do qual os presbíteros ficam assinalados com um carácter particular e, dessa maneira, configurados a Cristo sacerdote, de tal modo que possam agir em nome de Cristo cabeça.

A estreita articulação entre eclesiologia e cristologia permite compreender como o conceito de sacerdócio é salvaguardado pela teologia conciliar, que o

²⁹⁹ LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 132-133.

assume e integra numa perspectiva mais ampla, que é a perspectiva eclesial. De acordo com PO 2, o sacerdócio é conferido mediante o sacramento da Ordem, “em virtude do qual os presbíteros ficam assinalados com um carácter particular e, dessa maneira, configurados a Cristo sacerdote”. Aos presbíteros, em grau subordinado, foi confiado o cargo ministerial e assim constituídos na Ordem do presbiterado, tornam-se “cooperadores da Ordem do episcopado para o desempenho perfeito da missão apostólica confiada por Cristo”.

A quarta contribuição trata do conceito da ação *in persona Christi*. Este termo é o que melhor se acomoda na compreensão conciliar. O termo *sacerdos alter Christus* não aparece no texto conciliar por trazer um acento individualista, contudo seu significado em si não é negado. O termo mediador aparece duas vezes no decreto, sempre se referindo a Cristo. Tal escolha visa reforçar Cristo como único mediador e favorecer a compreensão da Igreja como sacramento da salvação. Importante fruto desta concepção é o entendimento de que não apenas na Celebração eucarística o presbítero age *in persona Christi*, mas em toda a sua vida verifica-se de um modo constante, uma presença ativa e eficaz de Cristo³⁰⁰. A dimensão cristológica salvaguarda o vínculo ontológico entre o presbítero e Cristo, no entanto, é expressa de um modo que possibilite o entendimento de Cristo como único mediador, o que contribui para a dimensão missionário-eclesial.

A quinta contribuição diz respeito a reciprocidade entre santidade e ministério. Em primeiro lugar, a Igreja é “indefectivelmente santa” e esta santidade manifesta-se “nos frutos da graça que o Espírito Santo produz nos fiéis”; “exprime-se de muitas maneiras em cada um daqueles que, no seu estado de vida, tendem à perfeição da caridade” e na “prática dos conselhos evangélicos”³⁰¹.

Os presbíteros tendem a santidade pela vivência da caridade pastoral. Tal exigência se dá em razão de sua consagração a Deus pela recepção do sacramento da Ordem, pelo qual tornam-se “instrumentos vivos do Sacerdócio eterno de Cristo”³⁰². O decreto dos presbíteros, no número 14 recorda que: “fazendo as vezes

³⁰⁰ “Como ministros das coisas sagradas, é sobretudo no sacrifício da missa que os presbíteros dum modo especial fazem as vezes de Cristo, que se entregou como vítima para a santificação dos homens”. (PO 13). Segundo Castellucci, “todo o ministério ocorre *in persona Christi* em um sentido geral (cf. PO 2), em um sentido mais específico (*praesertim*) o ministério dos sacramentos e em um sentido muito particular (*specialiter*) o ministério eucarístico”. (CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 324).

³⁰¹ LG 39.

³⁰² PO 12.

do Bom Pastor, encontrarão no próprio exercício da caridade pastoral o vínculo da perfeição sacerdotal, que conduz à unidade de vida e ação”³⁰³. A dimensão cultural-cristológico traz naturalmente em si a exigência de que o presbítero viva a caridade pastoral no exercício do ministério. Em outras palavras, o aspecto missionário-ecclesial é dependente do aspecto cultural-cristológico e vice-versa.

Uma consideração central precisa ser feita. O núcleo dos dois polos opostos que percorrem a história teológica desde os primórdios do cristianismo: cultural-cristológico de um lado e missionário-ecclesial de outro, quando integrados, deixam de ser fonte de divisão e tornam-se principal componente para a grande renovação do presbiterado e consequentemente da Igreja, pretendido pelo Concílio Vaticano II.

4.2

Pós-concílio: a teologia conciliar frente aos eventos histórico-teológicos

Após a síntese das cinco contribuições da PO a atenção é voltada para o pós-concílio. Três pontos de reflexão trazidos por este trabalho parecem essenciais na análise deste momento: primeiro, a questão da crise de identidade teológica do presbiterado nos anos que sucedem o Concílio; segundo, a síntese dos doze documentos magisteriais estudados anteriormente; terceiro, uma síntese dos posicionamentos teológicos.

4.2.1

A crise de identidade teológica do presbiterado

Que fatores podem ter condicionado a recepção da teologia do presbiterado nas décadas que sucedem o Concílio Vaticano II? A crise de identidade do presbiterado tratada no capítulo três é o principal evento histórico-teológico que provocou turbulências na recepção dos documentos conciliares. Aqui é importante entender o seu papel no desenvolvimento da teologia do presbiterado e não exatamente suas causas.

³⁰³ PO 14.

Em primeiro lugar, a complexidade da situação não permite que se afirme a correspondência direta entre Concílio Vaticano II e crise presbiteral. Pe. Mauro Gagliardi ao tratar desta relação expressa o seguinte:

O fato disso ter acontecido pouco depois da conclusão do Vaticano II nos leva a dizer com certeza *post hoc*, mas não podemos afirmar com igual segurança também o *propter hoc*. A sucessão temporal nem sempre indica uma relação de causalidade e, por conseguinte, o fato de uma “crise de identidade do presbítero” generalizada ter sido experimentada depois do último Concílio não significa que a única explicação plausível seja que essa crise surgiu por causa do Vaticano II.

A precipitação em afirmar o *propter hoc* não permite compreender o papel da crise pós-conciliar na recepção do Concílio Vaticano II. A ideia de colocar o Concílio como causa da crise do presbiterado parece ser fruto de uma tentativa simplista de solucionar a questão. Tal posicionamento conduziria a negação do Concílio Vaticano II. Não parece ser este um caminho prudente, sobretudo se levar em conta que a teologia deve, com liberdade e responsabilidade, iluminar e apontar caminhos para a reflexão magisterial e não provocar a divisão.

Há que se considerar também a proximidade entre Igreja e ministério ordenado. O ministério presbiteral é sensível a qualquer mudança de autocompreensão da Igreja. Toda vez que a Igreja passa por um processo de renovação o ministério presbiteral passa por profundos questionamentos e mudanças³⁰⁴. Entendido isto, não é estranho que um profundo reposicionamento da Igreja, no âmbito interno e externo, tenha também provocado este momento de crise³⁰⁵. Feitas as duas ponderações sobre a origem da crise, três teólogos (Gagliardi, Ratzinger e Castellucci) irão guiar o aprofundamento sobre a crise presbiteral. É importante lembrar aqui o objetivo deste aprofundamento: entender não exatamente suas causas, mas o seu papel no desenvolvimento da teologia do presbiterado.

Gagliardi diz que no período pós-conciliar “parece ter acontecido certo afastamento do texto conciliar, para desenvolver outras visões do sacerdócio”. Isto teria provocado “um desvio nas publicações sobre o ministério ordenado”. Entre as décadas de 70 e de 80, as publicações estariam se orientando não tanto pelos textos

³⁰⁴ HACKMANN, G. L. B. A identidade presbiteral depois do Vaticano II, p. 1091-1092.

³⁰⁵ Tal proximidade entre Igreja e ministério ordenado, salvo as devidas proporções, pode ser constatado também no Concílio de Trento: o ministério ordenado foi diretamente impactado pelas reformas promovidas pelo concílio tridentino. Pode-se afirmar que a reforma Católica foi implementada em boa parte com as reformas que atingiram o ministério ordenado.

conciliares, mas “ao tema dos ministérios do Novo Testamento e ao estudo sobre a razão de ser do ministério ordenado na Igreja”³⁰⁶. Esta compreensão abre aquilo que Ratzinger irá afirmar com maiores detalhes.

O teólogo alemão defende que o Concílio forneceu respostas válidas, mas que posteriormente se mostraram insuficientes para contrapor os novos argumentos trazidos por uma exegese pautada por pressupostos protestantes e articulada com concepções da Reforma.

É certo que os textos do Vaticano II não foram muito além do contexto tradicional, sendo assim insuficientes para oferecer uma nova fundamentação e uma nova elucidação sobre a natureza do sacerdócio em uma situação mudada³⁰⁷.

Segundo ele, as importantes publicações do Sínodo de 1971 e os textos da Comissão Teológica Internacional enriqueceram o debate teológico e pouco a pouco foram sendo dadas respostas mais contundentes a esta e outras questões levantadas pela crise pós-conciliar.

Além deste elemento exterior ao Concílio, Ratzinger sinaliza para um elemento interno da reflexão conciliar. Em sua opinião, uma janela para a crise se abre quando os Padres reenquadram o significado da teologia do episcopado, consequentemente isto causou confusão no que diz respeito a clareza do conceito de sacerdócio católico³⁰⁸.

A luz do que é refletido pelo teólogo, entende-se que se instalou um clima de instabilidade teológica a respeito do conceito de sacerdócio católico, agravado pelo influxo da concepção protestante presente na exegese moderna. Esta, segundo Ratzinger, teria colaborado para provocar a dessacralização do ministro. “O sagrado era cada vez menos compreendido, e o funcional era exaltado como única categoria determinante”³⁰⁹. Esta tendência também era presente na interpretação do Novo

³⁰⁶ GAGLIARDI, M. A doutrina católica sobre o sacerdócio ministerial, antes, durante e depois do Concílio Vaticano II, 3, § 1.

³⁰⁷ RATZINGER, J. Sobre a natureza do sacerdócio, p. 59.

³⁰⁸ “Quando os Padres sublinharam o significado autônomo do ministério episcopal diante do ministério do sucessor de Pedro, deviam estar seguros de que, na opinião pública da Igreja, havia um amplo acordo a este respeito, e mesmo poderia ser dito especialmente no âmbito do ecumenismo cristão. Por outro lado, o conceito católico de sacerdócio também havia perdido o seu valor original dentro da consciência eclesial; certamente, a crise deste conceito, que depois do concílio pôde ser percebida rapidamente e deu origem à crise existencial dos sacerdotes e das vocações sacerdotais, ainda não havia se expressado plenamente, porém já estava a caminho”. (RATZINGER, J. Ministério e vida do sacerdote, p. 159).

³⁰⁹ RATZINGER, J. Ministério e vida do sacerdote, p. 159.

Testamento, que parecia apontar para uma visão não-sagrada dos ministérios eclesiais, além disso,

Não se via continuidade entre os ministérios sagrados do Antigo Testamento e os novos ministérios da Igreja nascente; muito menos poder-se-ia reconhecer uma ligação com as representações pagãs do sacerdócio. A novidade do cristão parecia se manifestar exatamente na dessacralização dos ministros. Os servidores das comunidades cristãs não se chamavam sacerdotes (*hiereis*), mas presbíteros (mais velho). É evidente que nesta maneira de interpretar o Novo Testamento estava em ação, fundamentalmente, a origem protestante da exegese moderna³¹⁰.

A estes dados apresentados a partir de Gagliardi e Ratzinger, acrescenta-se o que já foi exposto no item 3.1.2, quando trata da contextualização do documento *Ultimis Temporibus*. Castellucci tenta dar a sua contribuição sobre as origens da crise pós-conciliar. O teólogo italiano estabelece uma relação entre o contexto histórico-teológico de Trento e do Vaticano II. O primeiro respondeu à já instalada crise provocada pela Reforma, por isso o seu claro aspecto combativo e doutrinário, já o segundo se deu num contexto pacífico, o que possibilitou o aprofundamento teológico sobre o presbiterado. Neste caso, a crise veio depois do término do Concílio. A formulação conciliar muito cedo foi posta à prova por perguntas que ainda não eram claras no Concílio ou estariam presentes apenas de modo embrionário³¹¹.

Sabendo que não cabe aqui uma resposta sobre as origens da crise pós-conciliar e após esta abertura de horizontes proporcionada pelos três teólogos, uma pergunta fulcral deve ser feita: qual o papel da crise de identidade do presbiterado na recepção da teologia conciliar?

Em primeiro lugar, é necessário entender que a teologia do Vaticano II promoveu o importante equilíbrio entre o presbiterado e episcopado e reenquadrou o conceito de sacerdócio. Estas são algumas das importantes conquistas da teologia conciliar do presbiterado. Como visto, segundo Gagliardi, alguns irão se afastar do texto conciliar. Já segundo Ratzinger, posteriormente a teologia conciliar será confrontada com questionamentos vindos da exegese moderna.

Em segundo lugar, a crise pós-conciliar provocou o Magistério a dar respostas às questões levantadas pela modernidade e pela teologia, a partir das conquistas da

³¹⁰ RATZINGER, J. Ministério e vida do sacerdote, p. 160.

³¹¹ Vale lembrar que a palavra “crise” se quer aparece na *Presbyterorum Ordinis*. “O Vaticano II [...] limita-se a aprofundar pacificamente a figura teológica do padre em relação ao bispo e à Igreja. (LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 136).

teologia conciliar. De modo específico, a interação entre os polos teológicos cultural-cristológico e missionário-ecclesial, no pós-concílio, criou um ambiente complexo que estimulou o posicionamento do Magistério ao longo das décadas. Isto foi visto nos principais documentos elaborados neste período (item 3.1).

Compreendido o contexto e continuando a busca pela resposta à pergunta inicial, resta agora entender quais foram as principais ideias trazidas pelo Magistério e teologia.

4.2.2

Síntese das contribuições dos documentos Magisteriais

Será seguido o mesmo método de resumo aplicado ao Decreto sobre os Presbíteros no item 4.1 (Síntese das contribuições da *Presbyterorum Ordinis*). Realizar-se-á uma síntese das principais ideias teológicas desenvolvidas nos documentos expostos no item 3.1 (Publicações do Magistério sobre os presbíteros). Como primeira aproximação, de caráter mais geral, foram separados os documentos estudados em três categorias, para posteriormente entender o peso de cada um no delineamento da reflexão magisterial.

Há documentos que respondem a questões gerais: *Ultimis temporibus* (1971), Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros (1994 e 2013), o Ano Sacerdotal (2009-2010).

Outros documentos respondem a questões objetivas: *Sacerdotalis Caelibatus* (1967), Sacerdócio ministerial (1983), *Inter insigniores* (1976), *Pastores Dabo Vobis* (1992), *Ordinatio sacerdotalis* (1994), Instrução sobre a colaboração dos fiéis leigos no ministério dos sacerdotes (1997), Sínodo da Amazônia (2019).

Por fim, há outras publicações que são consequência direta do Concílio Vaticano II: Ritual de Ordenação (1968 e 1989) e o Catecismo da Igreja Católica (1992).

O primeiro grupo é composto por dois documentos e um evento. *Ultimis temporibus* (1971), é uma resposta imediata do Magistério à crise de identidade dos presbíteros. Os argumentos giram em torno da necessidade do ministério ordenado por questões soteriológicas. O Diretório para o ministério e a vida dos presbíteros de 1994 é fruto do Sínodo sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais e procura situar o presbítero no contexto da Nova Evangelização. A abordagem da

identidade do presbítero é realizada a partir das dimensões trinitária, cristológica, pneumatológica, eclesiológica e encerra com a questão da comunhão sacerdotal. Na edição de 2013 o esquema é mantido, mas considera-se de modo mais claro o tema da secularização e se estabelece com maior clareza pontos de ligação entre identidade e missão. O Ano Sacerdotal (2009-2010), a partir de São João Maria Vianney, aprofunda nos elementos principais da identidade e missão do sacerdote, peça fundamental para o anúncio do evangelho e para o exercício da missão da Igreja.

O segundo grupo é formado por sete documentos. Dois temas de grande relevância desde o Concílio até hoje aparecem com intensidade: o celibato (*Sacerdotalis Caelibatus*) e a admissão de mulheres ao sacerdócio ministerial (*Inter insigniores; Ordinatio sacerdotalis*).

A contestação da manutenção da lei do celibato no ocidente exigiu um forte posicionamento do Magistério e isto se deu apenas dois anos após a conclusão do Concílio. Desde então o tema vem sendo reafirmado constantemente pelo Magistério e foi tema polêmico também nas discussões do Sínodo da Amazônia³¹². Com relação a admissão de mulheres ao sacerdócio ministerial, a Igreja se viu confrontada com o avanço do debate sobre feminismo e isto criou um ambiente de contestação. Os dois documentos apresentam notável fundamentação teológica e antropológica. Somados a estes há pronunciamentos importantes de todos os Papas do pós-concílio sobre o assunto, sempre reforçando a doutrina vigente. A relação entre sacerdócio comum e sacerdócio ministerial aparece quando se trata sobre o Mistério Eucarístico (SMi) e liturgia geral (IFLMS). A formação também é tema importante e frequente com relação ao presbiterado (PDV).

O terceiro grupo concentra outras publicações que são consequência direta do Concílio Vaticano II: Ritual de Ordenação (1968 e 1989) e o Catecismo da Igreja Católica (1992). Embora não sejam publicações exclusivamente voltadas para reflexão sobre o presbiterado, trazem o tema de modo conciso e sistematizado. São fontes que permitem uma compreensão clara sobre o posicionamento do Magistério

³¹² O tema provocou discussões a nível mundial. Um material que é fruto destes debates é a obra SARAH, R; BENTO XVI (Col.). Do profundo de nosso coração. São Paulo: Fons Sapientiae, 2020. A obra é expressão do pensamento de dois teólogos e traz elementos teológicos relevantes para o debate atual.

no período em questão e expressão concreta do *aggiornamento* promovido pelo Concílio.

Até aqui dividiu-se as doze obras elencadas no item no item 3.1 (Publicações do Magistério sobre os presbíteros) em 3 grupos e rapidamente se falou de aspectos gerais sobre cada grupo de documentos. Isto permite uma compreensão maior sobre a relevância de cada um no contexto em estudo.

A partir da leitura dos documentos e posterior síntese realizada no item 3.1 é possível destacar as três maiores contribuições da reflexão magisterial pós-conciliar. 1. O sacerdócio de Cristo: batismal e ministerial; 2. Derivação cristológica: A configuração com Cristo Cabeça e Pastor; 3. Fundamento eclesiológico: O presbítero na comunhão e missão da Igreja. Poder-se-ia elencar também outros temas relevantes, tais como: a raiz sacramental do presbiterado, o tríplice múnus, presbiterado e laicato e a relação santidade e ministério. No entanto, estas e outras contribuições encontram-se de certo modo contempladas nestes três grandes temas anteriormente citados.

O magistério pós-conciliar deixou muito claro em seus principais documentos, sobretudo aqueles que tocam no tema da relação com os leigos, a derivação do sacerdócio comum ou batismal e sacerdócio ministerial ou hierárquico, do único sacerdócio de Cristo.

O documento *Ultimis Temporibus* expõe a dificuldade com o tema do sacerdócio comum já nos anos imediatos após o Concílio,

muito oportunamente, o recente Concílio recordou a fecunda doutrina tradicional sobre o sacerdócio comum dos fiéis. Mas também daqui, devido a uma espécie de movimento comutador, surgem algumas questões que dão a impressão de turvar a condição do ministério sacerdotal na Igreja e que perturbam profundamente a mente de alguns sacerdotes e fiéis³¹³.

Embora o Sínodo de 1971 tenha trabalhado a questão, nas décadas seguintes foram necessários novos esclarecimentos. O tema ocupou lugar central no aprofundamento de três questões polêmicas: a impossibilidade do admissão de mulheres ao sacerdócio ministerial, a compressão equivocada entre sacerdócio comum dos fiéis e celebração eucarística e iniciativas errôneas que visam suprir a carência numérica de ministros ordenados nas comunidades³¹⁴. Em todos os casos,

³¹³ UT, Introdução.

³¹⁴ A três questões elencadas estão presentes em três documentos, respectivamente: Declaração *Inter insigniores* (1976); Sacerdócio ministerial (1983); IFLMS (1997). Com relação a temática da

constata-se que o desejo de favorecer a evangelização, somado a falta de clareza sobre o real significado do sacerdócio comum e ministerial leva a resultados extremamente negativos e que prejudicam o entendimento do conceito de sacerdócio cristão e suas duas modalidades na Igreja.

A devida aproximação e distinção entre sacerdócio comum e sacerdócio ministerial, é realizada com precisão na medida que se tem clareza sobre o supremo e único sacerdócio que Cristo realiza por meio da oferta de si mesmo. “Cristo Jesus, Sumo e Eterno Sacerdote, quis que a Sua Igreja fosse partícipe do seu único e indivisível sacerdócio. Ela é o povo da Nova Aliança”³¹⁵. Este povo é formado por aqueles que, recebendo o batismo, formam um templo espiritual e sacerdócio santo para dar a conhecer aquele que os chamou das trevas à sua luz³¹⁶. É um só povo, um só batismo e uma só fé. “Comum a dignidade dos membros pela regeneração em Cristo. Comum a graça de filhos. Comum a vocação à perfeição”³¹⁷. Há, portanto, entre todos uma comum dignidade e ação de todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo.

Para favorecer o crescimento e integração de todos os fiéis num só Corpo, alguns são consagrados de modo especial. Pela recepção do sacramento da Ordem são configurados a Cristo Sumo e Eterno Sacerdote para anunciar o evangelho, orientar os fiéis e celebrar o culto divino. É fundamental a compreensão de que o sacerdócio ministerial “garante a continuidade das funções confiadas por Cristo aos Doze e dos poderes que com tais funções andam relacionados”³¹⁸; “não é conferido para honra ou para simples vantagem daquele que o recebe”³¹⁹, mas para ser um serviço a Deus e à Igreja. A *Pastores dabo vobis* ainda afirma que o sacerdócio ministerial não significa maior santidade relativamente ao sacerdócio comum dos fiéis, mas através dele, é dado aos presbíteros um dom particular, por Cristo no Espírito, para ajudarem o Povo de Deus a exercitar com fidelidade e plenitude o sacerdócio comum que lhes é conferido³²⁰.

admissão de mulheres ao sacerdócio ministerial, há também a Carta Apostólica *Ordinatio sacerdotalis* (1994). Embora seja um documento de peso considerável, basicamente reafirma tudo que foi dito em 1976.

³¹⁵ IFLMS, nº 1, 2.

³¹⁶ 1 Pd 2, 4-10.

³¹⁷ IFLMS, nº 1, 2.

³¹⁸ InI, 4.

³¹⁹ InI, 6.

³²⁰ PDV 17.

A partir do que foi exposto, entende-se que o sacerdócio ministerial é necessário para a existência da comunidade e é insubstituível. Ele não é anterior à Igreja, porque existe em função do serviço à Igreja, nem “posterior à comunidade eclesial, de modo que esta pudesse ser concebida como já constituída independentemente de tal sacerdócio”³²¹.

O que foi visto até aqui parece ser suficiente para entender a relevância desta temática no pós-concílio. Todos estes apontamentos sobre a rica relação entre sacerdócio comum e sacerdócio ministerial ajudam a ter claro os conceitos de sacerdócio único de Cristo e a natureza da missão da Igreja. São precisamente estes conceitos que delineiam a identidade dos presbíteros e ajudam a corrigir distorções e reducionismos.

A segunda grande contribuição da reflexão magisterial pós-conciliar diz respeito a derivação cristológica. Diante da crise de identidade do presbiterado o Magistério procurou responder à pergunta sobre a necessidade e finalidade do ministério sacerdotal.

Ultimis Temporibus é o primeiro documento que acentua o elemento cristológico do ministério ordenado. Ele inicia sua argumentação por uma verdade elementar: “Não há dúvida de que o próprio Cristo, Filho de Deus e filho do homem, que pela Igreja se faz presente na história, se oferece como única e integral salvação para os homens”³²². Ele é o ponto de união capaz de revelar o pleno sentido da vida humana, individual e social. A missão da Igreja, portanto, é compreendida a partir de Jesus Cristo. À luz desta verdade, qual é a função própria do ministro ordenado?

É função própria do ministro, no seio da Igreja, tornar presente o amor de Deus em Cristo por nós através da palavra e do sacramento e, ao mesmo tempo, despertar a comunhão dos homens, com Deus e entre eles³²³.

Sendo mais específico e para entender a função do ministro ordenado, é necessário ter presente que o sacerdócio único de Cristo introduz a comunhão com o Pai por meio do Espírito Santo. Cristo, também inclui em si mesmo a função profética e real e o mesmo acontece com o sacerdote. Através do sacramento da Ordem, os presbíteros são assinalados com um caráter particular e assim

³²¹ PDV 16.

³²² UT, Introdução.

³²³ UT, Introdução.

configurados a Cristo Sacerdote e Pastor³²⁴. Desta forma, o presbítero, quando anuncia o Evangelho, congrega e guia a comunidade, perdoa os pecados e sobretudo quando celebra a eucarística, faz presente Cristo cabeça da comunidade no exercício da redenção humana³²⁵. Em outras palavras, Cristo realiza sua obra por meio dos ministros ordenados.

A identidade do presbítero tem como aspecto chave a continuidade da obra de Cristo em meio ao seu povo, a Igreja. Para que isto aconteça o presbítero é configurado com Cristo Sacerdote e Pastor. Portanto, a verdade profunda da sua identidade consiste “no fato de ser uma derivação, uma participação específica e uma continuação do próprio Cristo sumo e único Sacerdote da nova e eterna Aliança”. Podemos dizer que “ele é uma imagem viva e transparente de Cristo Sacerdote”³²⁶.

Esta forte vinculação entre o ministro ordenado e Cristo tem como seu ambiente vital a Igreja, pois “o sacerdócio ministerial tem a sua raiz na sucessão apostólica”. É nesta comunhão vital com a Igreja que ele “é dotado de um poder sagrado que consiste na faculdade e na responsabilidade de agir na pessoa de Cristo Cabeça e Pastor”. Como consequência, “esse sacerdócio torna os ministros sagrados servidores de Cristo e da Igreja”³²⁷. O entendimento sobre a derivação cristológica do sacerdócio ministerial torna clara a compreensão do seu fundamento eclesiológico. Aqui entra-se na terceira maior contribuição da reflexão magisterial pós-conciliar.

Vimos que a configuração a Cristo sacerdote torna os ministros servidores de Cristo e da Igreja, este aspecto abre para a compreensão mais profunda: a referência a Cristo traz em si a referência à Igreja.

A referência à Igreja inscreve-se na única e mesma referência do sacerdote a Cristo, no sentido que é a ‘representação sacramental’ de Cristo a fundamentar e animar a relação e referência do sacerdote à Igreja³²⁸.

³²⁴ PO 2.

³²⁵ LG 10.

³²⁶ PDV 12.

³²⁷ IFLMS, nº 1, 1.

³²⁸ PDV 16.

Se por um lado há uma clara referencialidade a Cristo, Cabeça e Pastor, sem a qual não há real inserção do ministro ordenado na Igreja, Corpo de Cristo; por outro lado, o ministério ordenado surge com a Igreja.

“O ministério ordenado surge, portanto, com a Igreja e tem nos Bispos, e em referência e comunhão com eles nos presbíteros, uma relação particular com o ministério dos Apóstolos, ao qual efetivamente ‘sucede’ ainda que, relativamente a esse, assuma diferentes modalidades de existência”³²⁹.

Ao se afirmar que o ministério surge com a Igreja se está assegurando a impossibilidade de pensar o sacerdócio ministerial “como se fosse anterior à própria Igreja”, visto que está a serviço da Igreja; não se pode também “pensar como posterior à comunidade eclesial”, visto que a Igreja não pode ser concebida independente deste sacerdócio³³⁰.

O sacerdócio ministerial manifesta que a Igreja não pertence a si mesma e a Igreja recorda ao sacerdote que ele existe “para a promoção do exercício do sacerdócio comum de todo o Povo de Deus”³³¹. Aqui se estabelece o conceito da dupla representação. Diante de Cristo o presbítero representa (*repraesentatio*) o Corpo de Cristo e diante da Igreja representa (*repraesentatio*) a cabeça da Igreja. É esta relacionalidade que define a identidade dos presbíteros.

Não se pode, então, definir a natureza e a missão do sacerdócio ministerial, senão nesta múltipla e rica trama de relações, que brotam da Trindade Santíssima e se prolongam na comunhão da Igreja como sinal e instrumento, em Cristo, da união com Deus e da unidade de todo o gênero humano³³².

A partir da referência cristológica, a eclesiologia de comunhão é elemento importante para explicar a identidade do presbítero, sua dignidade original, a sua vocação e missão no seio do Povo de Deus e do mundo. É possível afirmar então que “a referência à Igreja é necessária, mesmo se não prioritária, na definição da identidade do presbítero”³³³.

Esta linha de compreensão é encontrada na base da reflexão proposta pelo Ano Sacerdotal. O seu lema: “fidelidade de Cristo, fidelidade do sacerdote”,

³²⁹ PDV 16.

³³⁰ PDV 16.

³³¹ PDV 16.

³³² PDV 12.

³³³ PDV 12.

permite ver a prioritária referência a Cristo, que se desdobra na fidelidade à missão vivida na Igreja, como sinal eficaz e permanente de Cristo Cabeça, Pastor e Esposo da Igreja. O Ano Sacerdotal fez presente, a partir da referência a Cristo, o horizonte da identidade, espiritualidade, comunhão dos sacerdotes, para uma eficaz missão no mundo de hoje. É também esta referência a Cristo que orienta a inculturação na missão. Compreendendo bem a sua identidade, o presbítero irá se inserir de modo mais eficaz no anúncio e tornar cada vez mais a missão da Igreja a sua missão³³⁴.

4.2.3 Síntese dos posicionamentos teológicos

Até então colheu-se elementos importantes do Decreto *Presbyterorum Ordinis* e do Magistério pós-conciliar. Neste terceiro momento serão sintetizadas as principais ideias teológicas, a partir do exposto no item 3.2 (A teologia do presbiterado na reflexão teológica). Três momentos serão considerados nesta síntese: polo cristológico, polo eclesiológico e questões atuais. Deles serão tiradas algumas contribuições que parecem ser de maior relevância, a partir do que foi apresentado ao longo deste trabalho.

No que diz respeito ao polo cristológico, tratou-se de duas perspectivas, a primeira mais ligada ao culto e uma segunda mais ligada à missão. Entre as duas é perceptível que a mediação eclesial ganha relevância como um importante item de divergência entre uma e outra perspectiva.

A perspectiva mais ligada ao culto valoriza conceitos como: identificação entre sacerdócio e vítima e centralidade da Eucaristia. São dois conceitos que em si precisam ser considerados e valorizados, no entanto, a forte individualização leva a uma identificação direta do ministro ordenado com Cristo, sem a mediação da Igreja, de tal forma que o múnus de santificar é identificado com o ser e múnus de ensinar e governar com o fazer.

A segunda perspectiva, mais ligada à missão, valoriza o ministro ordenado como sacramento de Cristo. Aqui não está em primeiro lugar o conceito de sacerdócio como ponto de união entre Cristo e o ministro ordenado, mas a missão. É sempre Cristo quem, presente no ministro, continua nele sua missão. Nesta mesma perspectiva, Leo Scheffczyk defende o conceito de representação, como

³³⁴ QA, 87.

específico do ministério ordenado na Igreja. A imposição das mãos, como gesto que permanece após os apóstolos seria o sinal da estrutura ministerial que confere a capacidade de representar Cristo.

Há uma distinção que marca as diferentes argumentações: o elemento eclesiológico. Não são, precisamente, divergências cristológicas que marcam os limites entre um posicionamento e outro. A vinculação do ministro ordenado a Cristo está clara e não oferece grandes pontos de divergência. Ratzinger, autor escolhido para aprofundar o tema, articula a pessoa do ministro ordenado com Cristo, mas a partir da mediação da Igreja. Além disso, é interessante observar como advoga pelo uso do termo sacerdote. Sua leitura é a de que há razões importantes para seu uso, abandoná-lo significaria dessacralizar o ministro ordenado. A partir de Ratzinger, entende-se que a desacerdotalização deixaria em segundo plano um aspecto identitário essencial: a configuração a Cristo.

No que diz respeito ao polo eclesiológico, tratou-se de uma perspectiva radical, tendo como representantes os teólogos Hans Küng e Edward Schillebeeckx; e a perspectiva moderada, representada pelos teólogos Francisco Taborda, Yves Congar e Gisbert Greshake.

A primeira perspectiva, chamada radical, consiste numa linha carismático-funcional que conduz a absolutização do caráter eclesiológico. Como elemento central há o entendimento da que a consagração é designação de baixo. A comunidade é que realiza o discernimento de características necessárias para que determinada pessoa seja escolhida para coordenar a comunidade e animar os dons que toda comunidade já possui, pela ação do Espírito Santo. Esta visão não se harmoniza com a ontologização do ministério ordenado e entende a sacerdotalização ocorrida a partir do século III como um desvio daquilo que era vivido pelas primeiras comunidades.

Hans Küng, defende uma visão mais democrática na Igreja, Schillebeeckx é a favor de uma concepção mais eclesial-horizontal dos ministérios ordenados. Para este, o essencial no ministério não seria a Eucaristia, mas a edificação da comunidade através da pregação e orientação. Este segundo posicionamento traz como consequência a ideia de que não-ordenados poderiam presidir a eucaristia, quando necessidades particulares o exigissem. Sua posição teológica leva em consideração o direito das comunidades cristãs de receber a Eucaristia, dada a estreita ligação deste sacramento com a Igreja. Em termos gerais esta primeira

perspectiva, descarta a prioritária referência a Cristo. A absolutização do dado eclesiológico conduz a uma natural desacerdotalização e consequentemente à dessacralização, visto que a referência a Cristo fica em segundo plano.

A segunda perspectiva, chamada de moderada, parte da ideia de que toda Igreja, povo sacerdotal, é chamada a levar a salvação através do anúncio, celebração dos sacramentos e testemunho da caridade. A estrutura da comunidade, animada com dons e carismas, exige a presença de um ministério hierárquico que preste o serviço da unidade. Segundo esta visão o ministério não provém unicamente de um mandato de Cristo, mas da própria natureza da estrutura carismática da Igreja.

Dois autores são brevemente mencionados. Yves Congar, expoente da eclesiologia, trabalha sua visão a partir da ministerialidade. A partir dela a transformação ontológica do ministro ordenado é posta na linha do serviço à comunidade cristã. A teologia do caráter, segundo sua visão, precisa ser entendida como afirmação do valor permanente do sacramento recebido, que o qualifica para servir em nome de Cristo. Gisbert Greshake trabalha a questão da dupla representação. Em Cristo (*in persona Christi*) o presbítero representa a cabeça da Igreja e na comunidade (*in persona ecclesiae*) o Corpo de Cristo congregado e plenificado de sua vida por meio do Espírito Santo.

Francisco Taborda é o autor escolhido para aprofundar o tema da eclesiologia na perspectiva moderada. Sua concepção parte da ideia da Igreja local como congregada no Espírito Santo por meio do Evangelho e dos sacramentos em comunhão com seu pastor. A comunidade edificada pelo Espírito Santo, dentre os dons e carismas, recebe o ministério ordenado, posto para ser sinal de unidade e exercer a representação de Cristo. O modelo para exercício deste ministério é o do Servo de YHWH e do Bom Pastor.

O ministro só pode representar a Cristo estando inserido na fé e na comunhão da Igreja e, portanto, estando na comunidade. O ministério é exercido numa realidade concreta, e a comunhão deve ser realizada numa Igreja local (visão sincrônica) que o insere na Tradição, através da sucessão apostólica (visão diacrônica).

Encontramos elementos em comum entre os três teólogos estudados: a ministerialidade e a dupla representação. Duas ideias fortes desta perspectiva aparecem: a Igreja como anterior ao ministro e a vinculação à comunidade local como garante do vínculo com a Tradição. Todos os ministérios, aqui em especial o

ordenado, só pode ser compreendido em sua natureza a partir de uma comunidade concreta.

A extrema relevância do debate sobre os presbíteros hoje leva a mencionar questões que vão além do campo da teologia. Por isso, após tratar sobre os polos cristológico e eclesiológico, mencionam-se aqui três autores: Hackmann, Castellucci e Brighenti. Da rápida e geral exposição feita, destaca-se a recente contribuição do teólogo pastoralista Agenor Brighenti, que junto aos dois primeiros, mostra a diversidade de questões relacionadas aos presbíteros hoje. De modo específico, Brighenti³³⁵ contribui com uma profundo panorama sobre a situação dos presbíteros. Sua análise comparativa, baseada nos dados de pesquisa, revela aproximações e distanciamentos.

Dois grupos de presbíteros são observados, os chamados “padres das décadas de 1970/1980” e os “padres novos”. Duas perspectivas sociopastorais são levantadas, a perspectiva “institucional/carismática” e a perspectiva “evangelização/libertação”. A leitura da obra permite ver que Brighenti expõe com outras palavras e interrelações ricas e profundas aquilo que é representado pelo esquema deste trabalho. A concepção mais cultural e cristológica apresentada neste trabalho aproxima-se da perspectiva “institucional/carismática” de Brighenti e tem os “padres novos” como grupo mais próximo. A concepção mais missionária e eclesial, aproxima-se da perspectiva “evangelização/libertação” de Brighenti e tem os “padres das décadas de 1970/1980” como grupo mais próximo. Apesar da perigosa simplificação destas comparações, abre-se aqui uma perspectiva de estudo relevante e que vem contribuir com este trabalho.

Neste estudo chefiado por Brighenti não há uma clara pergunta dirigida aos entrevistados sobre a identidade teológica dos presbíteros, embora os dois grupos representem uma concepção bem característica de cada um. Por outro lado, aparece com clareza questões relacionadas a visão de mundo, opções políticas, as relações dos presbíteros, valores e antivalores e modelo pastoral. Isto reforça a constatação que está-se não mais diante de uma crise teológica de identidade, mas de uma crise de identidade pastoral e pessoal dos presbíteros.

Esta síntese da teologia do presbiterado pós-conciliar soma-se agora as duas sínteses anteriores, do Decreto *Presbyterorum Ordinis* e do Magistério pós-

³³⁵ BRIGHENTI, A. O novo rosto do clero: perfil dos padres novos no Brasil, 17-31.

conciliar. Tem-se agora elementos mais claros para tentar compreender a recepção da teologia do presbiterado conciliar e visualizar alguns horizontes de compreensão.

4.3

A recepção da teologia conciliar do presbiterado

Depois de um longo percurso, chega-se até aqui com um rico e denso conteúdo que torna possível uma análise sobre a recepção da teologia conciliar do presbiterado. É importante lembrar que trata-se de um dos temas mais complexos e debatidos no pós-concílio. Por isso, reafirma-se que não há pretensão de dar uma resposta única. Partindo daquilo que foi apresentado nos capítulos anteriores, propõem-se uma leitura global, apresentando possíveis horizontes de compreensão.

Este item do capítulo quarto foi se construindo com o avançar da pesquisa e escrita dos capítulos, que desde cedo foram revelando dados importantes e que aqui se transformam em tópicos. A partir deste estudo, são cinco as ideias centrais que marcam a recepção da teologia conciliar do presbiterado: 1. A crise de identidade teológica dos presbíteros: entraves e oportunidades; 2. A solução conciliar: o tríplice múnus; 3. O acento cristológico em chave eclesiológica e a questão da nomenclatura; 4. O conceito de presbitério e as relações eclesiais; 5. A teologia do presbiterado e o momento atual.

4.3.1

A crise de identidade teológica dos presbíteros: entraves e oportunidades

Para uma análise no mínimo equilibrada do período é preciso considerar com seriedade o papel da crise que se abateu sobre os presbíteros nas décadas de setenta e oitenta. A recepção da teologia do presbiterado foi fortemente marcada por este período crítico em que as discussões se acirraram. Os debates que sucederam o Concílio causaram grandes entraves para o pretendido *aggiornamento*, a teologia se viu diante de uma efervescência de ideias e linhas de pensamento que se quer poderiam ser imaginadas nas décadas precedentes ao Vaticano II. O desafio era reencontrar aquele equilíbrio conseguido pelos documentos conciliares.

Para compreender o papel deste período na recepção da teologia conciliar é interessante retomar a comparação histórica entre o Concílio de Trento e o Concílio

Vaticano II. Enquanto aquele se deu num clima de confronto direto com os reformistas, este se dá num clima relativamente pacífico³³⁶. O período imediato que se segue ao Concílio Vaticano II foi marcado por mudanças importantes. Internamente a Igreja já vinha experimentando mudanças significativas com os Movimentos teológico, litúrgico, bíblico e ecumênico³³⁷. Por estarem em curso desde o início do século XX, prepararam os ânimos para uma reforma profunda. Somado a isso, há que considerar que este Concílio reuniu o maior número de bispos já visto, o que favoreceu uma confrontação entre as diversas realidades pastorais e teológicas, exigindo assim uma síntese abrangente e que articulasse as posições divergentes.

O fato é que após o Concílio a confrontação se deu. Ratzinger, ao tratar sobre este período, afirma que o Concílio forneceu respostas válidas, mas que posteriormente se mostraram insuficientes para contrapor os novos argumentos trazidos por uma exegese pautada por pressupostos protestantes e articulada com concepções da Reforma³³⁸. Podemos acrescentar aqui o clima de contestação e do rápido abandono do texto conciliar por teólogos que retomavam as polarizações presentes no Concílio.

Retomando a pergunta lançada anteriormente: qual o papel da crise de identidade do presbiterado na recepção da teologia conciliar? A crise das décadas de 70 e 80, ampliou o debate acontecido nas aulas conciliares para o contexto eclesial e teológico universal. O que o Magistério fez no pós-concílio foi reenquadrar as novas ideias teológicas num esquema capaz de oferecer respostas para os presbíteros. Isto se deu sobretudo no Sínodos de 1971 e com a publicação da *Pastores dabo vobis*. Se o decreto *Presbyterorum ordinis* já significava uma síntese nunca vista antes sobre o presbiterado, a reflexão pós-conciliar aprofundou mais ainda e resolveu a questão da identidade teológica.

4.3.2

A solução conciliar: o tríplice múnus

Os modelos de compreensão do presbiterado que se confrontaram no pós-concílio foram basicamente dois, um que privilegiava uma concepção mais cultural-

³³⁶ CASTELLUCCI, E. *Il ministero presbiterale da Presbyterorum ordinis a oggi*, nº 3 e 4.

³³⁷ BARROS, P. C. Concílio Ecumênico Vaticano II, item 1.

³³⁸ RATZINGER, J. Sobre a natureza do sacerdócio, p. 59.

cristológico e outro missionário-ecclesial. Tal divisão já estava presente nos debates conciliares, aos dois acrescentava-se um terceiro que não adquiriu tamanha relevância: a guia pastoral. Depois de longas discussões os três modelos foram propostos pelo Decreto *Presbyterorum Ordinis* como “três dimensões de um único modelo”³³⁹, que tem sua origem no sacramento da Ordem.

O conceito de tríplice *múnus* é fruto da inserção dos presbíteros no Sacerdócio único de Cristo, em ligação com o ministério episcopal. Pelo sacramento da ordem o presbítero passa a agir *in persona Christi* como profeta, sacerdote e rei; para anunciar, santificar e pastorear. A raiz desta vinculação sacramental se estabelece pelo caráter recebido na ordenação, pelo qual o sacerdote recebe o encargo permanente, indelével, para agir *in persona Christi* e participar da única mediação de Cristo. Esta especial configuração tensiona o presbítero a buscar constantemente a santificação por meio da caridade pastoral. Para a vivência da caridade pastoral no exercício do tríplice *múnus*, o Cristo Bom Pastor é apresentado como referência.

É interessante perceber que um dos principais eixos ligados ao conceito do tríplice *múnus* não apareça no desenvolvimento Magisterial e teológico do pós-concílio. Qual seja, aquela fundamental harmonia alcançada com o estabelecimento da pregação como *primum munus* dos presbíteros e a celebração eucarística como o *múnus praecipuum*. Esta solução dada pelo Concílio é um dos temas que parecem não estar claro para muitos ainda hoje e que merece atenção. Tensões atuais entre missão e oração; evangelização e culto talvez existam porque este ponto específico do decreto conciliar não tenha sido compreendido em sua profundidade e alcance. Entender a hierarquia entre os três *múnus* influencia não só o conceito de identidade teológica do presbiterado, mas o modo como os presbíteros devem se colocar na atividade pastoral no mundo, diante de Cristo e da Igreja.

O conceito de tríplice *múnus* permanece sendo uma referência segura para as discussões teológicas e aprofundamento magisterial sobre o sacerdócio ministerial na esteira da Tradição. É uma das peças-chave da solução conciliar para efetivação do *aggiornamento* da teologia do presbiterado.

³³⁹ CASTELLUCCI, E. *Il ministero presbiterale da Presbyterorum ordinis a oggi*, nº 4.

4.3.3

O acento cristológico em chave eclesiológica e a questão da nomenclatura

Aprofundar o entendimento sobre a relação entre perspectiva cristológica e perspectiva eclesiológica foi uma das tarefas mais importantes do Magistério no pós-concílio. Como mencionado, dois documentos contribuíram para isso: *Ultimis temporibus* e *Pastores dabo vobis*. Paulo VI, tão logo se viu em meio à crise, aproveitou o Sínodo sobre a Justiça no mundo para incluir o tema do ministério ordenado. Sua abordagem proporcionou a leitura deste ministério em chave eclesiológica, para isso foi necessária uma ênfase maior na cristologia. Esta opção se revela, por exemplo no simples fato da recuperação do termo “sacerdote” ao invés de “presbítero”, este usado com muita frequência no Concílio.

Ultimis Temporibus priorizou a categoria da Igreja como Corpo de Cristo e expressou a necessidade de se entender o ministério ordenado como eixo entre Cristo e a Igreja. “A pedra angular do documento, [está na compreensão] de Cristo como aquele que expressa e manifesta a presença e eficácia do amor providente de Deus”³⁴⁰. O sacerdote é a representação sacramental desta realidade de Cristo. Esta é a concepção que permitiu, mais tarde, a *Pastores dabo vobis* afirmar a dupla representação: diante de Cristo e diante da Igreja. É notável que desde muito cedo a cristologia foi posta como elemento de derivação do ministério ordenado, sempre a partir da chave eclesiológica. Tal posicionamento magisterial chega, na década de 90, ao limite de afirmar que a relação com a Igreja é necessária, mas não prioritária na definição da identidade do sacerdote³⁴¹. Para dissipar qualquer polarização, o documento pós-sinodal coloca a referência do sacerdote à Igreja na mesma referência à Cristo³⁴².

Finalmente, para compreender o lugar do ministério ordenado e responder às tendências teológicas que priorizam seja a cristologia seja a eclesiologia PDV 16 defende que o ministério ordenado surge com a Igreja³⁴³. Este é um dado essencial

³⁴⁰ LA DELFA, R. *Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II*, p. 139.

³⁴¹ PDV, 12.

³⁴² A referência à Igreja inscreve-se na única e mesma referência do sacerdote a Cristo, no sentido que é a ‘representação sacramental’ de Cristo a fundamentar e animar a relação e referência do sacerdote à Igreja. (PDV, 16).

³⁴³ “O ministério ordenado surge, portanto, com a Igreja e tem nos Bispos, e em referência e comunhão com eles nos presbíteros, uma relação particular com o ministério dos Apóstolos, ao qual efetivamente ‘sucede’ ainda que, relativamente a esse, assuma diferentes modalidades de existência”. (PDV 16).

que sustenta o conceito da dupla representação: “Enquanto representa Cristo Cabeça, Pastor e Esposo da Igreja, o sacerdote coloca-se não apenas na Igreja, mas também perante a Igreja”³⁴⁴.

A referência à Igreja não é aqui colocada a margem ou em segundo plano, pois está junto da referência a Cristo. O sacerdote, sendo representação sacramental, marcado com um caráter que o habilita a agir *in persona Christi*, só pode ser compreendido na ligação com a Igreja Corpo de Cristo. Vale aqui a insistência de Taborda ao afirmar o ministério ordenado em profunda ligação a uma comunidade concreta. O ministro só pode representar a Cristo estando inserido na fé e na comunhão da Igreja e, portanto, estando na comunidade. No entanto, a configuração a Cristo pelo sacramento da Ordem é que confere esta realidade, colocando-o em referência a Cristo e a Igreja.

A partir desta noção cristológica se entende a recuperação do uso da palavra “sacerdote”, visivelmente colocada nos documentos pós-conciliares. O uso do termo é tão evidente que teólogos chegam a falar do período pós-conciliar como um período de “involução”; ou um período de “sacerdotalização”³⁴⁵; por outro lado, parece haver uma retomada de termos conciliares lidos numa perspectiva que desconsidera o reenquadramento conciliar. O uso do termo “sacerdote”, mesmo após a revalorização do conceito de “presbitério” e “presbítero”, visa deixar claro o elemento cristológico na definição da identidade teológica do ministro ordenado. Algo necessário durante a grave crise que se abateu sobre os presbíteros e, consequentemente, sobre a Igreja.

É necessário este movimento de recuperação do termo sacerdotal, desde que lido a partir da noção presbiteral. Rejeitá-lo seria comprometer todo esquema teológico do presbiterado aprofundado pelo Vaticano II. São três os fatores que motivaram os padres conciliares a adotarem este conceito: seu uso favorece a aproximação com o vocabulário do NT; confere maior objetividade na escrita e

³⁴⁴ PDV 16.

³⁴⁵ Os termos ou ideias nesta linha aparecem em obras como: BRIGHENTI, A. O novo rosto do clero: perfil dos padres novos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2021; TABORDA, F. O ministério eclesial à luz da atuação de Jesus a propósito do Ano Sacerdotal. *Perspectiva Teológica*, v. 42 n. 116, p. 13-43, 2010. Disponível em: <<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/293/548>> Acesso em: 16 jun. 2020;

reflexão, já que sacerdote inclui também bispos e opção por uma linguagem menos individual e ligada ao culto³⁴⁶.

Se o termo sacerdote estava mais ligado ao culto e indicava um componente mais individual, porque no pós-concílio precisa ser retomado? Para responder esta pergunta é preciso levar sempre em conta a crise de identidade dos presbíteros surgida após o concílio. O termo sacerdote acentua mais a configuração ao Cristo Sacerdote e Pastor. Recuperar esta ideia seria um passo importante para restabelecer o equilíbrio alcançado pelo decreto dos presbíteros. Não se trata aqui de definir quando se deveria usar o termo presbítero ou o termo sacerdote, mas de entender os diferentes níveis de compreensão e conceitos que estão ligados a um e a outro e dissipar compreensões que possam fazer reviver conflitos vividos no Concílio e pós-concílio.

4.3.4

O conceito de presbitério e as relações eclesiais

Ligado a essa noção de presbítero está o conceito de presbitério, termo relevante desde as cartas de Inácio de Antioquia e que foi recuperado pelo Vaticano II. Presbitério é um termo chave que exprime a vinculação ontológica entre presbíteros e bispo e dos presbíteros entre si. A relação com os bispos é estabelecida pela comum consagração e missão, que exige dos presbíteros a comunhão hierárquica com os bispos. As relações dos presbíteros entre si estão fundadas na fraternidade sacerdotal, resultado da incorporação na ordem dos presbíteros.

O conceito de presbitério indica a relacionalidade como dado identitário fundamental dos presbíteros. O decreto conciliar elencou três importantes relações eclesiais dos presbíteros: com o bispo, o presbitério e demais fiéis³⁴⁷. Uma das preocupações da Igreja no pós-concílio tem sido a qualidade das relações dos presbíteros. Castellucci, realiza uma importante reflexão sobre isto:

De fato, concretamente, a experiência da Igreja que está na base da ‘crise pastoral’ passa pelos presbíteros através de três relações fundamentais, nas quais se reflete profundamente a partir do Vaticano II e que constituem a estrutura eclesial do seu ministério: a relação com a porção do povo de Deus a que são enviados (uma paróquia, uma esfera pastoral, uma associação ou um movimento), com os confrades no presbitério e, nele, com o seu bispo. Na

³⁴⁶ CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*, p. 321.

³⁴⁷ PO 7-9.

atual ‘crise pastoral’, é precisamente na qualidade dessas relações eclesiais que grande parte do ministério está em jogo.

A questão relacional não se reduz a esfera da natureza teológica dos presbíteros, mas se estende a vivência do ministério. Este é um ponto importante que faz ver como a vivência do ministro ordenado está em estreita ligação com a compreensão que ele tem de sua identidade relacional. O estabelecimento de relações eclesiais saudáveis é condição que viabiliza um fecundo e alegre testemunho e consequência necessária do enraizamento sacramental no sacerdócio único de Cristo Pastor pela mediação da Igreja. É este conceito de mediação da Igreja o eixo que articula natureza e missão ou identidade e vivência. A fraternidade sacerdotal vivida na prática é ícone do vínculo ontológico que une presbítero-Bispo; presbíteros-presbíteros e presbíteros-demaís fiéis.

4.3.5

A teologia do presbiterado e o momento atual

Até aqui viu-se os desdobramentos da recepção conciliar atrelados à questão fundamental da crise de identidade dos presbíteros. Cabe a pergunta: Após o documento *Pastores dabo vobis* e a resolução da crise de identidade teológica dos presbíteros, como se verifica hoje a recepção da teologia conciliar?

Os aspectos identitários não têm mais concentrado a reflexão desde a década de 90 até hoje, pelo menos não como nas décadas de 70 e 80. No entanto, temas importantes têm tomado o debate acerca dos presbíteros. Fala-se em crise pastoral e percebe-se a preocupação com a saúde psíquica dos presbíteros³⁴⁸. Ligado a isso, vem chamando atenção a incidência do suicídio entre o clero no Brasil³⁴⁹. Além disto, há uma variedade de estilos de vivência do ministério. Castellucci elenca alguns a partir da realidade italiana, mas que podem ser vistos nos Brasil e em outros lugares:

presbíteros que vivem o ministério em chave predominantemente litúrgica e sacramental convivem legitimamente com outros que colocam o testemunho da caridade em primeiro lugar, em situações difíceis; presbíteros que se dedicam essencialmente à animação da comunidade cristã e à chamada pastoral ordinária, com outros que acolhem os desafios do

³⁴⁸ Um trabalho de referência foi publicado por William Cesar Castilho Pereira, com o título “Sofrimento psíquico dos presbíteros: dor institucional”.

³⁴⁹ Em matéria intitulada “O suicídio no clero do Brasil” publicada pelos site Vaticannews, Pe. José Rafael Solano Durán, da Arquidiocese de Londrina trata do assunto.

‘novo areópago’ da cultura e da comunicação, explorando as várias possibilidades que hoje oferecem os meios de comunicação; presbíteros que se concentram nas relações interpessoais e atuam como companheiros espirituais e guias, com outros que despendem suas melhores energias no ensino de religião, teologia e ciências humanas ou talvez, pelo menos por certos períodos e em certas situações, assumem tarefas substitutas nos campos da educação, promoção humana e profissional ou outra.

Com estas novas configurações pastorais a preocupação pela identidade dos presbíteros está definitivamente posta de lado? Não. Na verdade, parece que a crise teológica e crise pastoral estão em constante interação. É feita a afirmação de que a década de 90 marca a solução do problema da identidade presbiteral, não porque tudo já está resolvido. A teologia vai adquirindo novos contornos e rumos conforme os contextos pastorais e culturais sofrem transformações. A clareza da identidade dos presbíteros ilumina a resolução das crises pastorais e estas provocam a constante reflexão sobre o *proprium* da identidade presbiteral. Tudo isto provoca novos processos de recepção da teologia conciliar do presbiterado.

O processo de recepção conciliar encontra-se marcado de modo irreversível por acontecimentos importantes. Por isso, recepcionar a teologia do presbiterado do Concílio não significa reproduzir os textos e ideias da década de 60, mas lê-los a partir dos fundamentos consolidados posteriormente pelo Magistério.

O necessário *aggiornamento* provoca interação entre os dados consolidados da teologia pós-conciliar e o momento atual. Isto leva a afirmar que a recepção da teologia do presbiterado está em ato na Igreja de hoje. A realidade concreta pressiona a reflexão teológica a se atualizar constantemente, rever seus esquemas e aprofundar suas conclusões, num humilde serviço ao Magistério e aos presbíteros.

5 Conclusão

Esta pesquisa sobre a teologia do presbiterado teve como objetivo analisar o percurso teológico entre evento conciliar e sua recepção. A partir da revisão bibliográfica procurou-se identificar elementos que guiaram e guiam a recepção da teologia conciliar nas décadas que sucederam o grande evento.

Ao longo do contexto histórico-teológico, viu-se momentos de polarização na reflexão sobre os presbíteros. Desde as aulas conciliares o tema tem gerado compreensões até mesmo opostas sobre o que seja o presbiterado. Entende-se que esta instabilidade tem a ver, em primeiro lugar, com o contato permanente entre doutrina e contexto sociocultural ou teologia e pastoral. O debate teológico parte deste contexto diverso e fornece elementos para o aprofundamento e exposição do Magistério. Além disso, a instabilidade é também favorecida por leituras parciais dos documentos eclesiais, por vezes alimentadas por ideias reducionistas sobre a identidade teológica dos presbíteros. Somado a isso, há também o influxo de posicionamentos ideológicos que torna turbulento o processo de construção de ideias.

A existência de polos opostos na discussão não é negativa em si mesma. Desde a Igreja antiga o modelo sacerdotal do Pseudo-Dionísio e o modelo pastoral de Santo Agostinho, são reproduzidos com as adaptações próprias de cada tempo. Em vez de insistir na oposição entre um e outro, é preferível elaborar uma concepção de síntese que respeite e articule as várias dimensões do sacramento da Ordem, salvaguardando a necessária tensão entre um e outro polo.

É por considerar a validade da existência destas duas compreensões distintas, que o Vaticano II conseguiu elaborar esta síntese da teologia do presbiterado. A visão mais cristológica deve lembrar à eclesiologia que sua existência depende de Cristo e não de uma democracia eclesial; a visão mais eclesiológica deve lembrar a cristologia que ela tem como horizonte a missão do anúncio da Palavra e não se basta a si mesma.

Como fruto desta interação entre elementos distintos, o decreto sobre os presbíteros equilibrou a noção de consagração e missão; integrou o ministério cultural ao ministério profético e pastoral; leu o conceito de sacerdote na

compreensão presbiteral; propôs o uso do termo *in persona Christi* e estabeleceu a reciprocidade entre santidade e ministério.

A reflexão teológica do pós-concílio elaborou uma variedade e densidade de ideias sobre a teologia do presbiterado. Com os rápidos questionamentos dirigidos ao recém aprovado Decreto *Presbyterorum Ordinis*, ressurgiu e se fortaleceu a polarização presente no Concílio. Entre as leituras de cunho mais cristológico, este trabalho destacou Ratzinger; no lado eclesiológico, o trabalho se deteve em obras de Taborda sobre os ministros ordenados.

O Magistério trabalhou para dar respostas à crise de identidade teológica, promovendo uma verdadeira virada cristológica em relação à tendência eclesiológica presente em LG e PO. Esta posterior abordagem cristológica do presbiterado valorizou a dimensão eclesiológica e esta, por sua vez, forneceu um largo e seguro horizonte para o entendimento da identidade e missão dos presbíteros.

A análise comparativa entre Concílio e pós-concílio (reflexão teológica e Magistério), permitiu a visualização de cinco pontos conclusivos que expressam elementos centrais da recepção da doutrina conciliar e marcam definitivamente a teologia do presbiterado hoje. São eles: o aprofundamento proporcionado pela crise de identidade teológica; a solução conciliar alcançada com o conceito tríplice múnus; o acento cristológico em chave eclesiológica; a teologia do presbiterado integrada na concepção sacerdotal e os desafios atual.

A crise de identidade teológica dos presbíteros favoreceu um aprofundamento na teologia do presbiterado. O entrave provocado pela tensão abriu novos horizontes de compreensão que, a partir da teologia do Concílio, foram sendo aprofundados. O impacto das reflexões pós-conciliares é de tamanha relevância que não se pode hoje entender em profundidade a teologia do presbiterado sem ler o Decreto *Presbyterorum Ordinis* e considerar seu desenvolvimento pós-conciliar. O texto do documento precisa ser seguido, mas não sem considerar os rumos ditados pelo Magistério posterior. Portanto, conclui-se que aplicar a teologia do presbiterado do Concílio não significa aplicar exclusivamente o texto e as ideias do Decreto *Presbyterorum Ordinis*, mas a partir e com ele, ler o desenvolvimento do Magistério pós-conciliar.

A aqui chamada solução conciliar, consiste no reenquadramento do ministro ordenado a partir do conceito de tríplice múnus. É um dos fatores-chaves a serem

revisitados para firmar a identidade dos presbíteros diante de Cristo e da Igreja e oferecer respostas para crises atuais. Diante de conflitos sobre a finalidade e natureza do ministério ordenado hoje é de grande valia recordar a articulação conciliar entre pregação como *primum munus* dos presbíteros e a celebração eucarística como o *munus praecipuum*. Tensões atuais entre vida pastoral e vida de oração; missão e culto podem ser melhor trabalhadas se levarem em conta a interdependência dos três múnus e seu mútuo enriquecimento. A variedade de modelos presbiterais hoje, provoca a teologia e o Magistério a darem respostas claras sobre a natureza e missão dos presbíteros. A fim de que os diferentes contextos e estilos de vivência presbiteral colaborem para uma verdadeira evangelização.

O acento cristológico em chave eclesiológica é uma das grandes conquistas no pós-concílio. É um dos conceitos que ofereceu elementos sólidos para o entendimento da real identidade da teologia do presbiterado. A variabilidade de dados da reflexão teológica abriu caminho para uma leitura madura do Magistério, que integrou polos opostos e forneceu uma síntese da história teológica sobre os presbíteros.

O conceito de presbítero favorece o aprofundamento da compreensão do sacerdote como ministro em comunhão com a missão da Igreja. Já a compreensão sacerdotal é o eixo que articula a relação entre Cristo e sua Igreja. A configuração a Cristo Sacerdote e Pastor, se dá pela recepção do sacramento da Ordem, que ao mesmo tempo o enxerta na Igreja. Na pessoa do Bispo o presbítero se vê ligado à Igreja de todos os tempos e a uma comunidade local. Nela os presbíteros são chamados a viverem a comunhão com o Bispo e o presbitério como expressão máxima do único sacerdócio de Cristo que os une. Tendo o Bom Pastor como paradigma, são chamados a servir os demais fiéis, promovendo a unidade do Corpo de Cristo e, por consequência a Glória de Deus.

Esta clareza teológica e doutrinal a respeito do ministro ordenado promove o entendimento sobre a importância da manutenção dos termos presbítero e sacerdote para designar o ministro ordenado no segundo grau da ordem. A necessária afirmação de que o específico do ministro ordenado é expresso pelo termo sacerdote, não permite o descarte do termo presbítero.

A articulação entre ambos os termos é chave para fundamentação da identidade teológica do ministro ordenado. O risco de uma perigosa

individualização e desconsideração da mediação da Igreja atrelado ao uso do termo sacerdote é dissipado quando este é compreendido através do conceito de presbítero. O risco de uma danosa dessacralização e desconsideração da configuração a Cristo Sacerdote desaparece quando se considera o conceito de sacerdote.

Atrelado a noção presbiteral está o próprio conceito de presbitério. Este é um dos grandes temas resgatados da patrística. O ministro ordenado é inserido no presbitério pela ordenação recebida na Igreja através do epíscopo. Logo, a comunhão e fraternidade sacerdotal não é uma simples obrigação dos presbíteros, mas exigência ontológica.

Em momentos de forte divisão ideológica e política no clero, pode haver a tentação de promover uma comunhão e fraternidade forçadas, do exterior para o interior, como se nascessem de leis externas. Como afirmado anteriormente, a fraternidade sacerdotal vivida na prática é ícone do vínculo ontológico que une presbítero-Bispo, presbíteros-presbíteros e presbíteros-demais fiéis. Comunhão e fraternidade sacerdotal nascem do exercício fiel do ministério, segundo a natureza que lhe é própria; é desdobramento da fidelidade a Cristo e a Igreja.

Novos desafios e muitas perguntas se colocam hoje para a teologia do presbiterado. A questão teológica sobre os presbíteros não concentra mais tanta atenção como nas décadas de 70 e 80. Isto não diminui o fato de que a reflexão sobre a identidade teológica do presbítero seja fundamental, especialmente hoje. Em um contexto onde o presbítero é cada vez mais exigido por inúmeras demandas, é essencial que tenha clareza sobre sua identidade e missão.

A realidade pastoral de hoje é marcada pelos desafios políticos e culturais e diversidade de modelos de vivência do sacerdócio ministerial. Esta realidade variada pressiona a teologia por novas articulações entre dados consolidados e novas demandas. Com os argumentos da reflexão teológica o Magistério é chamado a elaborar diretrizes seguras e favorecer o exercício fiel do ministério ordenado na atualidade.

A teologia do presbiterado é viva e complexa e requer atenção constante no seu processo de atualização, pois além de seu valor em si mesma, é peça chave para renovação da Igreja. Apesar disso, não é apenas a complexidade histórica, cultural e pastoral que confere esta dinamicidade. A presença do Senhor, que se coloca diante da barca da Igreja, a impulsiona a dar respostas seguras para as perguntas

próprias deste tempo. Magistério e reflexão teológica estão em constante interação para abrir horizontes e fornecer aos presbíteros de hoje as condições necessárias para anunciar a salvação dando a esta geração o Cristo, Verbo encarnado.

Referências Bibliográficas

ANDREATTA, C. Apontamentos sobre o Contexto Teológico do Vaticano II. **Revista IHU on-line**, ed. 401, 03 set. 2012. Disponível em: <<http://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/4607-cleusa-andreatta>>. Acesso em: 31 mai. 2021.

ALMEIDA, A. J. Aggiornamento. In: SANCHEZ, W.L; PASSOS, J.D (Coord.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 8-9.

ALMEIDA, A. J. Lumen Gentium. In: SANCHEZ, W.L; PASSOS, J.D (Coord.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 562-573.

ALMEIDA, A. J. Milhares de comunidades sem eucaristia interpelam o Sínodo da Amazônia. **Pistis e Praxis: Teologia e Pastoral**, Curitiba, v. 11, n. 3, set./dez. 2019, p. 585-616.
Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/view/25941/23886>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

BARROS, P. C. **Concílio Ecumênico Vaticano II**. Theologica Latinoamericana. Enciclopedia Digital. Disponível em: <<http://teologicalatinoamericana.com/?p=1362>>. Acesso em: 13 mar. 2021.

BENTO XVI. PP. **Audiência Geral**. 24 de junho de 2009. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/audiences/2009/documents/hf_ben-xvi_aud_20090624.html>. Acesso em: 09 out. 2021.

BENTO XVI. PP. **Discurso do Papa Bento XVI durante a audiência concedida à Congregação para o Clero**. 6 de março de 2009. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2009/march/documents/hf_ben-xvi_spe_20090316_plenaria-clero.html>. Acesso em: 09 out. 2021.

BEOZZO, J. O. Concílio Vaticano II. In: SANCHEZ, W.L; PASSOS, J.D (Coord.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 1017-1027.

BÍBLIA de Jerusalém. Nova ed. rev. e ampl. 8. impr. São Paulo: Paulus, 2012.

BOFF, L. **Igreja**: Carisma e poder. São Paulo: Record; 2005.

BRIGHENTI, A. **O novo rosto do clero**: perfil dos padres novos no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2021.

CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA. Petrópolis: Vozes; São Paulo: Paulinas: Loyola, 1999.

CATELAN FERREIRA, A. L., *Eclesiologia do Concílio Ecumênico Vaticano II: antecedentes históricos*. **Encontros Teológicos**. v. 27, n. 2, 2012, p. 51-79. Disponível em: <<https://facasc.emnuvens.com.br/ret/article/view/187/178>>. Acesso em: 09 jun. 2021.

CASTELLUCCI, E. **Il Ministero Ordinato**. Brescia: Queriniana, 2002.

CASTELLUCCI, E. **Il ministero presbiterale da Presbyterorum ordinis a oggi**. Disponível em: <http://www3.diocesiv.it/treviso/allegati/2427/AGV2010_Rel_d_Erio_Castellucci.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2020.

CASTELLUCCI, E. *Presbyterorum ordinis*. In: NOCETI, S., REPOLE, R. **Commentario ai documenti del Vaticano II**: Christus Dominus, Optatam totius, Presbyterorum ordinis. Bologna: Edizioni Bologna, 2017. v. 4, p. 295-474.

CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. **Sacerdotium Ministeriale**. Carta aos bispos da Igreja Católica sobre algumas questões respeitantes ao ministro da eucaristia. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19830806_sacerdotium-ministeriale_po.html>. Acesso em: 06 set. 2021.

CONGREGAÇÃO PARA DOCTRINA DA FÉ. **Declaração inter insigniores**. Sobre a questão da admissão das mulheres ao sacerdócio ministerial. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19761015_inter-insigniores_po.html>. Acesso em: 07 set. 2021.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros (1994)**. Disponível em: <http://www.clerus.org/pls/clerus/cn_clerus.h_centro?dicastero=2&tema=2&argomento=8&sottoargomento=5&lingua=4&Classe=1&operazione=ges_doc&vers=3&rif=68&rif1=68sabato>. Acesso em: 14 set. 2021.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO. **Diretório para o Ministério e a Vida dos Presbíteros (2013)**. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cclergy/documents/rc_con_cclergy_doc_20130211_direttorio-presbiteri_po.html#_ftnref6>. Acesso em: 14 set. 2021.

FRANCISCO. PP. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Querida Amazonia.** Disponível em <<http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/exortacao-apostolica-pos-sinodal--querida-amazonia-.html>>. Acesso em: 09 out. 2021.

JOÃO PAULO II, PP. **Carta Apostólica Ordinatio sacerdotalis.** Sobre a ordenação sacerdotal reservada somente aos homens. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_letters/1994/documents/hf_jp-ii_apl_19940522_ordinatio-sacerdotalis.html>. Acesso em: 07 set. 2021.

COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. **Temas selectos de Ecclesiologia.** 1984. Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/cti_documents/rc_cti_1984_ecclesiologia_sp.html#_edn*>. Acesso em: 17 jun. 2021.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Discurso do Papa João XXIII na abertura solene do Concílio (*Gaudet Mater Ecclesia*). In: **DOCUMENTOS do Concílio Ecumênico Vaticano II.** São Paulo: Paulus, 2011.

CONGREGAÇÃO PARA O CLERO; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA OS LEIGOS; CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ; CONGREGAÇÃO PARA O CULTO DIVINO E A DISCIPLINA DOS SACRAMENTOS; CONGREGAÇÃO PARA OS BISPOS; CONGREGAÇÃO PARA A EVANGELIZAÇÃO DOS POVOS; CONGREGAÇÃO PARA OS INSTITUTOS DE VIDA CONSAGRADA E AS SOCIEDADES DE VIDA APOSTÓLICA; CONSELHO PONTIFÍCIO PARA A INTERPRETAÇÃO DOS TEXTOS LEGISLATIVOS. **Instrução sobre a colaboração dos fiéis leigos no ministério dos sacerdotes.** Disponível em: <https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/ccclergy/documents/rc_con_interdic_doc_15081997_po.html>. Acesso em: 08 out. 2021.

CUÉLLAR, M. P.; DE LAS ASTURIAS, N. A. **Llamados y enviados:** una introducción a la teología del sacerdocio ministerial. Madrid: Palabra, 2019.

GAGLIARDI, M. **A doutrina católica sobre o sacerdócio ministerial, antes, durante e depois do Concílio Vaticano II.** Disponível em: <http://www.clerus.org/clerus/dati/2009-11/12-13/Studio_su_P_O_pt.html#_ftnref39>. Acesso em: 11 out. 2021.

GAMARRA, S. Pastores dabo vobis. In: PROFESORES DE LA FACULTAD DE TEOLOGÍA DE BURGOS. **Diccionario del sacerdocio.** Madrid: BAC, 2005, p. 599 - 604.

HILBERATH, B. J. Pneumatologia. In SCHNEIDER, T. (org.). **Manual de Dogmática.** Vol. 1. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 403-497.

JOÃO PAULO II, PP. **Exortação Apostólica Pós-Sinodal Pastores Dabo Vobis**. Sobre a formação dos sacerdotes nas circunstâncias atuais. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/apost_exhortations/documents/hf_jp-ii_exh_25031992_pastores-dabo-vobis.html#nref19>. Acesso em 03 ago. 2021.

KLOPPENGURG, B. **Vaticano II**. Vol. III. Petrópolis: Vozes, 1964.

KLOPPENGURG, B. **Vaticano II**. Vol. V. Petrópolis: Vozes, 1965.

LOBINGER, F.; ALMEIDA, A. J. de. **Equipes de ministros ordenados**: uma solução para a Eucaristia nas comunidades. São Paulo: Paulus, 2009.

LOPES, G. **Lumen Gentium**: texto e comentário. São Paulo: Paulinas, 2011. E-book.

MARTÍNEZ, N. L. Presbyterorum Ordinis y Vaticano II. In: PROFESORES DE LA FACULTAD DE TEOLOGÍA DE BURGOS (Org.) **Diccionario del sacerdocio**. Madrid: BAC, 2005, p. 629 - 639.

MARTÍNEZ, J. M. H. La teología del ministerio ordenado hoy entre Escila y Caribdis. **Proyección**: Teología y mundo actual, nº 237, pág. 157-173. 2010.

Disponível em: <<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=3235604>>. Acesso em: 19 nov. 2021.

MELO, A. A. O Vaticano II: origens, avanços, perspectivas. **Interações**: Cultura e Comunidade, v. 8, n. 13, p. 17-38, jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.2316-9451.2013v8n13p17/5684>>. Acesso em: 28 jun. 2021.

HACKMANN, G. L. B. A identidade presbiteral depois do Vaticano II. **Horizonte**: Revista de estudos de teologia e ciências da religião da PUC Minas, Belo Horizonte, v. 9, n. 24 (Especial), p. 1090-1112, dez. 2011, p. 1100.

Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/horizonte/article/view/P.2175-5841.2011v9n24p1090/3531>>. Acesso em: 17 ago. 2021.

OLIVEIRA, A. G. C. Cronologia Geral do Concílio Vaticano II. In: SANCHEZ, W.L; PASSOS, J.D (Coord.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015. p. 1017-1027.

OLIVEIRA, F. M. A Constituição Dogmática Dei Verbum e o Concílio Vaticano II. **Cadernos Teologia Pública**. Ano XII, n. 102, vol. 12, 2015, p. 3-23. Disponível em: <file:///C:/Users/Marcos%20Quaini/Desktop/102_cadernosteologiapublica.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2021.

O suicídio no clero do Brasil. Disponível em: <<https://www.vaticannews.va/pt/igreja/news/2021-11/o-suicidio-no-clero-do-brasil.html>>. Acesso em: 28 dez. 2021.

LA DELFA, R. Il ministero presbiterale nei documenti del magistero dopo il Vaticano II. SORCI, P (ed.). **Il presbitero nella Chiesa**: dopo il Vaticano II. Trapani: Il Pozzo di Giacobbe, 2005. p. 127-144.

PARENT, R. **O Espírito Santo e a liberdade cristã**. São Paulo: Paulinas, 1978.

PAULO VI, PP. **Carta Encíclica Sacerdotalis Coelibatus**. Sobre o celibato sacerdotal. Disponível em: <https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_24061967_sacerdotalis.html>. Acesso em: 16 ago. 2021.

PEREIRA, W. C. C. **Sufrimento psíquico dos presbíteros**: dor institucional. Petrópolis: Vozes, 2012.

RATZINGER, J. **Compreender a Igreja Hoje**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992.

RATZINGER, J. Ministerio y vida del sacerdote. In: ALUNOS DE RATZINGER. **Convocados en el Camino de la Fe**: la Iglesia como Comunión. Madrid: Ediciones Cristandad, 2005, p. 159-180.

RITUAL de Ordenação de bispos, presbíteros e diáconos. São Paulo: Paulus, 2002.

SARAH, R; BENTO XVI (Col.). **Do profundo de nosso coração**. São Paulo: Fons Sapientiae, 2020.

SÍNODO DOS BISPOS. **Documento final**: Assembleia Especial do Sínodo dos Bispos para a Região Pan-Amazônica. Disponível em: <<http://secretariat.synod.va/content/sinodoamazonico/pt/documentos/documento-final-do-sinodo-para-a-amazonia.html>>. Acesso em: 09 out. 2021.

SÍNODO DOS BISPOS. **Documento Final *Ultimis Temporibus***, 30 de novembro de 1971, AAS 63 (1971) 898-922. Disponível em: <<https://www.vatican.va/archive/aas/documents/AAS-63-1971-ocr.pdf>>. Acesso em 02 ago. 2021.

SCORDATO, C. Teologia del Presbiterato: orientamenti teologici postconciliari. SORCI, P (ed.). **Il presbitero nella Chiesa**: dopo il Vaticano II. Trapani: Il Pozzo di Giacobbe, 2005. p. 145-196.

TABORDA, F. **A Igreja e seus ministros**: uma teologia do ministério ordenado. São Paulo: Paulus, 2016.

TABORDA, F. O ministério eclesial à luz da atuação de Jesus a propósito do Ano Sacerdotal. **Perspectiva Teológica**, v. 42 n. 116, p. 13-43, 2010.

Disponível em:
<<http://faje.edu.br/periodicos/index.php/perspectiva/article/view/293/548>>
Acesso em: 16 jun. 2020.

WOLFF, Elias. O ecumenismo no horizonte do Concílio Vaticano II. **Atualidade Teológica**, n.39, p. 403-428, set./dez. 2011. Disponível em:
<<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/20406/20406.PDF> >. Acesso em: 19 mai. 2021.

ZAMAGNA, D. Documentos Conciliares, p. 299. In. SANCHEZ, W.L; PASSOS, J.D (Coord.). **Dicionário do Concílio Vaticano II**. São Paulo: Paulus, 2015.

ZEPEDA, J. J. L. A luta pelo sentido do Vaticano II em seu processo de recepção nas Conferências Gerais. In. BRIGHENTI, A.; PASSOS, J. D (orgs). **Compêndio das Conferências dos Bispos da América Latina e Caribe**. São Paulo: Paulinas; Paulus, 2018, p. 119-131.